



Anais da Assembléia

N.º 42

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1984.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Belinati e Francisco Escorsin.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacii, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antonio Belinati. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Werner Wanderer) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 26/84, que transforma a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL, em Faculdade Estadual.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) EDGAR PIMENTEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, o adiamento da votação por 01 (uma) sessão, para o Projeto de Lei Complementar nº 77/83, constante da Ordem do Dia marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(aa) NILSO SGUAREZI, TADEU LÚCIO MACHADO, ADHAIL SPRENGER PASSOS, MÁRIO PEREIRA, CAÍTO QUINTANA e ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, seja solicitado os préstimos da Douta Comissão Executiva, no sentido de diligenciar e agilizar o Projeto de Resolução, que objetiva regulamentar a promoção e acesso dos Funcionários desta Casa na forma do disposto no Artigo 25 e 32 (tratando dos Funcionários inativos) da Lei nº 7784 de 14 de dezembro de 1983.

O apelo proposto objetiva o cumprimento do Artigo 25 da referida lei, que determina o prazo de 30 dias a contar de sua publicação para, através de Resolução ser regulamentado os dois Institutos. no entanto, já decorreram mais de 120 dias, sem que tenha sido adotada a indispensável providência pela Mesa.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(aa) TADEU FRANÇA, FERRARI JÚNIOR, EDMAR LUIZ COSTA, ANTÔNIO ANIBELLI, DIRCEU MANFRINATO, MÁRCIO ALMEIDA, SABINO CAMPOS, ORLANDO PESSUTI, RUBENS BUENO, HOMERO OGUIDO, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, NELSON VASCONCELLOS, TADEU LÚCIO MACHADO e AMÉLIA HRUSCHKA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ CARLOS COSTA, falecido no Município de Piraquara -PR., de tradicional família de Clevelândia.

Requerem, ainda, que da decisão desta Casa seja notificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(aa) NILSO SGUAREZI, e ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora AMÁLIA BAGGIO, avó

do Deputado Eduardo Baggio.

Requer ainda que, da presente manifestação, se dê ciência aos familiares enlutados, à Rua Sete de Setembro, 3219, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Vice - Líder do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora AMÁLIA BAGGIO, ocorrido hoje, nesta Capital.

A extinta era avó do Deputado Eduardo Baggio.

Outrossim, aprovado o presente, REQUER seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Senhor Jorge, Heitor, José, Carlinda e Ester Baggio.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora AMÁLIA BAGGIO, ocorrido hoje, nesta Capital.

A extinta era avó do Deputado EDUARDO BAGGIO.

Outrossim, solicita da decisão da Mesa, seja dada ciência aos senhores JORGE, HEITOR e JOSÉ BAGGIO.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção, na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sr.^a ÚRSULA LANGE PEDROSO, esposa do Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Luiz Renato Pedroso, ocorrido ontem em nossa Capital, deixando 6 filhos e 5 netos.

A extinta era esposa altamente relacionada e com seu passamento consternou a todos aqueles que a conheciam e a estimavam.

Uma vez aprovado o presente, dê-se ciência à família enlutada à Rua Peru nº 100, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) FUAD NACLI.

APOIAMENTO: Tércio Albuquerque.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa um voto de profundo pesar pelo falecimento ontem, dia 20 de maio de 1984, de Dona Úrsula Lange Pedroso, esposa do Desembargador Luiz Renato Pedroso, Corregedor Geral da Justiça no Paraná.

Figura benquista; na sociedade paranaense,

onde granjeou a estima e a consideração daqueles que com ela tiveram a ventura de conviver, D. Úrsula deixa uma lacuna difícil de preencher, não só em sua família, como no seio de suas amizades.

Nestas condições, requer outrossim, que do presente requerimento seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento da Senhora ÚRSULA LANGE PEDROSO, esposa do Desembargador Luís Renato Pedroso, digno Corregedor da Justiça do Estado do Paraná.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja notificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 20/05/84, da Sra. ÚRSULA PEDROSO, esposa do Desembargador Luís Renato Pedroso, atualmente exercendo as funções de Corregedor Geral da Justiça do Estado do Paraná.

Tal passamento vem de consternar a sociedade curitibana e paranaense face aos méritos da extinta, sempre voltada aos mais altos e dignificantes gestos em prol dos menos favorecidos de nossa comunidade. Alma generosa e caritativa, deixa lacuna irreparável no seio familiar, da qual sempre foi um esteio.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(aa) GILBERTO CARVALHO

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento ontem, em Curitiba, aos 55 anos de idade, da Sra. ÚRSULA LANGE PEDROSO.

A extinta era esposa do Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Luís Renato Pedroso, deixando seis filhos e netos.

Requer ainda, seja cientificada da decisão desta Casa, a família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO

Apoiamento: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Marechal HENRIQUE TEIXEIRA LOTT, ex-Ministro da Guerra, deixando viúva a Sra. Antonieta, cinco filhos, 30 netos e 20 bisnetos. Nasceu Teixeira Lott em Antônio Carlos — Minas Gerais, em 16 de novembro de 1894.

De infância pobre, chegara a Ministro da Guerra nos Governos de Café Filho, Carlos Luz e Juscelino Kubitschek, após cursar a Escola Superior de Guerra, em Paris e o curso de Estado Maior nos Estados Unidos. Lutou sempre pela legalidade, foi contra as revoluções de 1922, 1924 e de 1932.

Quando em 1955, os militares tentaram um golpe para impedir que Juscelino Kubitschek tomasse posse, foi Lott em companhia do General Denys, foi para o Ministério da Guerra e lá governou o País por 32 horas, empossando Nereu Ramos e garantindo posteriormente a posse de Juscelino.

Mesmo não gostando de política, aceitou ser candidato à Presidência da República em 1960, sendo derrotado nas urnas por Jânio Quadros.

Seu sepultamento ocorreu dia 20 último, às 16 horas, no Cemitério do Caju, sem honras militares, embora a família houvesse solicitado as honrarias.

Outrossim, requer ainda que, da decisão desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ter ouvido o Plenário, inserção na ata da presente sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor VICENTE TODT.

Foi funcionário do Frigorífico Baggio durante muitos anos, transferindo-se após para Guaratuba, onde era proprietário da Churrascaria Copa 70, onde fez um grande número de amizades.

Era ainda um excelente chefe de família, homem distinto e honrado por todos, seu falecimento significa perda irreparável.

Requer ainda, que do presente seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ÚRSULA LANGE PEDROSO, ocorrido no dia 20 do corrente mês, dando-se ciência do presente ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Luís Renato Pedroso, DD. Corregedor

Geral da Justiça

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Esposa do ilustre Desembargador Luís Renato Pedroso, Dona Úrsula Lange Pedroso deixa, com seu falecimento, uma grande consternação, não só em sua família, mas também em toda a sociedade paranaense, para a qual era uma figura merecedora de estima e consideração, granjeada com a sua bondade e simpatia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa de um voto de pesar pelo falecimento do Marechal HENRIQUE TEIXEIRA LOTT.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Incansável defensor da democracia e da Constituição, o Marechal Henrique Teixeira Lott é figura exemplar na vida político-militar do Brasil.

Ministro da Guerra nos Governos Café Filho, Carlos Luz e Juscelino Kubitschek, sempre esteve ao lado da legalidade, foi contra o golpe militar de 1964 e fez oposição ao novo regime.

Que seja consignado nos Anais desta Casa nossa tristeza pela perda desse defensor das liberdades do cidadão, que em vida lutou pelo respeito à vontade soberana do povo, respeito a uma Constituição legítima e à ordem democrática.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência no sentido de devolver, parcialmente, os documentos encaminhados pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, em resposta a pedido de informações formuladas por este Deputado, em 24 de novembro de 1983, por julgá-los incompletos, na forma que abaixo especifica:

1) Faltam as versões, em língua nacional, dos contratos firmados entre o Estado do Paraná e o Midland Bank, Banco de la Provincia de Buenos Aires e o First National Bank of Boston;

2) O item "c" do pedido de informações foi atendido apenas no que se refere a contratos em moeda nacional, faltando a documentação relativa aos contratos celebrados em moedas estrangeiras;

3) Vários contratos encaminhados estão incompletos, pois contém espaços em branco e faltam as assinaturas que os tornariam válidos.

Nestas condições, solicito de Vossa Excelência, retome o expediente ao Chefe do Poder Executivo para o atendimento cabal do pedido de informações.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e nos termos do Art. 20 da Constituição Estadual e Art. 92 do Regimento Interno, REQUER a convocação simultânea dos Secretários de Estado do Planejamento e das Finanças, para, em sessão especial, esclarecerem ao Paraná de forma clara e concreta, a formulação da única verdade possível, a respeito das divergências entre suas posições sobre empréstimos internacionais realizados pelo Governo do Paraná.

A acareação entre os dois Srs. Secretários se faz necessária, pois permitirá aos Srs. Deputados e ao povo do Paraná, melhor compreensão da matéria, tão controvertida e nebulosa. Os dois depoimentos recentes, de ambos auxiliares do Governador José Richa, encerraram acusações recíprocas, mergulhando os paranaenses num mar de perplexidade.

Com a urgência que o assunto exige, requeiro à Mesa a rápida marcação dessa sessão especial, tão logo seja aprovado este requerimento, apresentado para atender o legítimo interesse deste Poder e dos paranaenses, a quem os Srs. Parlamentares representam.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados componentes da Bancada do Partido Democrático Social, infra-firmados, com base no Art. 92 e seguintes, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, e Art. 20 da Constituição do Estado, REQUEREM seja convocado o Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, Deputado Federal EUCLIDES SCALCO, para prestar informações sobre os fatos que originaram a criação da Comissão de Alto Nível, conforme Decreto 2934, de 04 de maio de 1984, para proceder ampla análise de todas as operações de crédito em moeda estrangeira, realizadas no atual período de governo.

Com base no Artigo 92, parágrafo primeiro do Regimento Interno desta Assembléia, requerem também que o mesmo compareça no dia 25 do corrente, às 14:30 horas, para ser ouvido em Sessão Plenária Especial deste Poder.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

O chamado "escândalo dos dólares", ocorrido no âmbito das Secretarias das Finanças e Planejamento, sob as administrações dos Srs. Erasmo Garanhão e Belmiro Valverde Castor, respectivamente, está a exigir pelo reclamo popular e pela repercussão, não só no Estado como também em todo o País, numa ampla investigação por parte do Poder Legislativo, que não pode renunciar às suas prerrogativas de poder fiscalizatório.

"O direito investigatório do Congresso acha-se implícito no poder de legislar. É direito que qualquer Casa do Congresso tem de investigar fatos determinados".

É o que ensina João de Oliveira Filho in "Legislativo: Poder Autêntico" Editora Forense, Primeira Edição, 1974, página 268.

O direito de investigar, que os legisladores têm,

"quer sejam do Congresso Nacional, das Câmaras Estaduais ou das Câmaras Municipais, é indiscutível, reconhecido em todos os países de organização democrática".

Fiscalizar o Governo é função inerente às Assembléias.

"Nos regimes representativos, as assembléias têm duas funções principais: legislar e fiscalizar o Governo", segundo doutrina Francisco Sá Filho, in "Relações entre os Poderes do Estado", editora Barsoi, 1959, pág. 89.

E aduz o mesmo tratadista:

"O Legislativo não se limita a fazer leis, mas também fiscalizar o governo. E essa ação investigadora há de revestir-se de poderes compulsórios contra as pessoas ou outras entidades investigadas, com a possibilidade de infligir-lhes penas se recusam a comparecer quando intimadas ou a prestar declarações, bem como se se negam a exhibir papéis, documentos ou relatórios em seu poder".

No dia 2 do corrente, o Excelentíssimo Sr Governador do Estado, tornou pública uma Nota Oficial informando que, tendo chegado ao seu conhecimento atos referentes a operações de crédito em moeda estrangeira que colocam sob suspeição ocupantes de cargos de confiança do seu governo, iniciou averiguações tendentes a esclarecê-los.

No dia 04 do corrente, foi constituída a Comissão de Alto Nível, presidida pelo advogado Otto Luiz Sponholz, presidente da OAB do Paraná, que acabou por renunciar à presidência da Comissão e à função de membro da mesma, por "não desejar ver a OAB atingida por respingos do mar de lama", que corre sob o "escândalo dos dólares".

Convocados por esta Assembléia, aqui compareceram os Secretários do Planejamento, autor da acusação contra operações irregulares praticadas pela Secretaria das Finanças, sob a responsabilidade do Secretário Erasmo Garanhão, e esse secretário.

No seu libelo acusatório contra Garanhão, o Secretário do Planejamento confirmou perante esta Assembléia que no início de fevereiro de 1984, chegou ao seu conhecimento que o Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, havia autorizado uma operação de crédito externo, no valor de US\$ 7,2 milhões, junto ao Midland Bank of Londres, através de uma corretora, Lemann Ltda., Participações e Empreendimentos.

Por esta operação, o Tesouro Estadual pagaria 6.85 por cento de comissão local, ou seja, 493 mil dólares, cerca de 740 milhões de cruzeiros, a preço de hoje.

A operação, conforme acentuou o titular do Planejamento, era totalmente despropositada, pois mais da metade da dívida externa que o Estado do Paraná estava autorizado a rolar em 1984, isto é, 28 milhões de dólares em um total de 55 milhões de dólares, é contraída junto ao Banco do Brasil.

Portanto, antes de fazer qualquer operação junto a um banco particular era providência elementar negociar a rolagem da dívida de 1984, junto ao Banco do Brasil, que não cobra comissões locais. Assim o Estado do Paraná pouparia 493 mil dólares, cerca de 740 milhões de cruzeiros, a preços de hoje.

A presença de um corretor na operação também causava estranheza e o fato de que ela tivesse sido autorizada no auge da crise de liquidez brasileira, era insólito.

Depois de acentuar que esses fatos e comentários sobre irregularidades em decisões da área financeira, levaram-no a mandar rever toda a documentação relativa às operações de crédito realizadas no ano passado.

E o libelo acusatório diz que foi constatado que em uma das operações, intermediada pela mesma Lemann Ltda. Participações e Empreendimentos, tinha ocorrido a majoração da comissão de agenciamento e que, com isto, a operação tinha custado mais 98 mil dólares do que devia, isto é, cerca de 150 milhões de cruzeiros.

Segundo o Secretário do Planejamento, configurava-se no seu ponto de vista, uma situação em que o Governador do Estado (que é quem assina as operações), o Procurador Geral (que analisa sob o aspecto jurídico) e o Secretário do Planejamento (que analisa sob o aspecto de mérito da aplicação dos recursos), poderiam ter coonestado uma situação irregular.

Depois de historiar aspectos relacionados com o que determina o Decreto 5882/74, o Secretário do Planejamento revelou a esta Assembléia que decidiu levar os fatos ao conhecimento do Chefe da Casa Civil, Deputado Euclides Scalco e discutiu o assunto com o Procurador Geral do Estado, Dr. Mauro Maranhão.

Ainda segundo depoimento do Secretário do Planejamento, o Chefe da Casa Civil já estava preocupado com fatos que envolviam o Secretário das Finanças. Fatos ligados a operação de crédito pessoal feitas ou avalizadas por ele com taxas de juros altamente favorecidas.

O Secretário do Planejamento afirmou perante este Plenário que Salco levou o assunto ao Governador.

Diante de tudo isto e mais do depoimento do Secretário das Finanças nesta Assembléia, refutando as acusações do Secretário do Planejamento e para dirimir as dúvidas existentes e suscitadas pelos dois depoimentos, impõe-se a esta Assembléia ouvir preliminarmente o Secretário Chefe da Casa Civil, para que a transparência da verdade seja absoluta perante este tribunal do povo e para que este Poder Legislativo, no cumprimento das suas atribuições constitucionais, possa informar-se adequadamente para providências adicionais que deverão ser adotadas por esta Assembléia, no caso de corrupção envolvendo dinheiro dos contribuintes.

A denúncia de corrupção, formulada pelo Secretário do Planejamento, evidencia que teria sido causado ao Tesouro Estadual um prejuízo, só na operação com a Lemann, de mais de 150 milhões de cruzeiros, a preços de hoje.

A Bancada da Minoria não pode aceitar que os integrantes da Bancada da Maioria, que sempre se apresentaram, como na expressão do seu líder, "travestidos de vestais da moralidade pública", possam vir a pactuar com possíveis atos de corrupção no governo do PMDB. O que seria consumir uma traição à preservação da moral de todos os paranaenses.

A Bancada da Minoria, ao formular o presente requerimento, reafirma a sua firme disposição de apurar todas as irregularidades ocorridas no "escândalo dos dólares", para que a corrupção não fique impune e seus autores sejam submetidos às leis do País, doa a quem doer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a consignação de um voto de regozijo pela passagem do 50.^o

aniversário de Formatura dos Normalistas do Instituto de Educação do Paraná, a transcorrer no próximo dia 30 de maio.

Obs: Em anexo, o pronunciamento alusivo ao evento.
Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

"Senhor Presidente, Srs. Deputados.

No ano de 1934, o Instituto de Educação do Paraná formava uma de suas mais brilhantes turmas de normalistas.

Noventa e oito jovens atingiam um ideal em suas vidas ao receberem seu diploma, fruto de muita abnegação e sacrifício. Era dia 30 de maio e a antiga Assembléia Legislativa do Estado (no prédio onde hoje funciona a Câmara Municipal de Curitiba), recebia um grande público para compartilhar com eles essa imensa alegria.

Eram 17 rapazes de mais 81 moças a iniciar a caminhada de um futuro de aspirações e esperanças, numa confraternização inesquecível.

Muitos desses formandos deixaram uma indelével contribuição ao Paraná nos mais diferentes campos de atuação, quer na política, na cultura ou no magistério.

Hoje, passados 50 anos daquela festividade, são por nós reverenciados com profunda admiração, carinho e gratidão.

Impossível seria destacar-se a atuação de todos. Por isso, relembramos aqui apenas alguns nomes, sem que se injustice os demais, pois servirão apenas uma uma melhor ilustração de nosso pronunciamento.

Assim, queremos relembrar as figuras de Ernani Santiago de Oliveira, que chegou a ser nosso prefeito municipal; do renomado médico Heitor Dutra Silva; um José Muggiati Sobrinho, jornalista, advogado e escritor; de um Oney Borba, advogado, historiador e escritor; dos engenheiros Alaor Barbosa Borba e Flávio Maurer; de um Lauro Esmanhotto, que foi vereador e também diretor do Instituto de Educação do Paraná; de um Ildelfonso Marques, Meretíssimo Desembargador e Magnífico Reitor de nossa Faculdade de Direito e da Professora Maria Clara Brandão Tesserolli, que se destacou como vereadora no Legislativo Municipal e também da Professora Edy Capriglione, liderando até hoje inúmeras promoções sociais e religiosas.

Muitos abraçaram o magistério e foram insígnies mestres, alguns diretores das mais importantes escolas paranaenses, tais como: Argentina Nicz Roda, Jair Correia da Motta, Doralice Sponholz Iracema Lour, Jurema Masteck, Marina Adam e Nadir de Andrade.

Com sua inteligência e saber, todos colaboraram cada um com seu precioso quinhão em benefício da comunidade.

Desempenharam relevantes cargos nas atividades pública e privada. Constituíram suas famílias e se tornaram exemplos de trabalho e dedicação.

Outros, já cumpriram sua missão aqui na terra, porém são por nós considerados imperecíveis, deixando apenas uma doce saudade por não poderem, em vida, compartilhar daquela alegria de outrora. A eles, nosso respeito e veneração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por uma demonstração de afeto e reconhecimento por tudo o quanto fizeram e deixaram de dignificante, queremos tributar àqueles formandos o nosso preito de

carinho e respeito.

Para isso, subscrevemos e estamos encaminhando à Mesa um voto de regozijo pela festiva efeméride. E pedimos a Deus que ilumine e abençoe todos os remanescentes daquela turma de normalistas, paraninfada pelo Dr. Carlos de Brito Pereira, no dia 30 de maio de 1934.

Acredito ser a melhor maneira para homenageá-los, de forma simples mas sincera, transmitindo assim o júbilo e confraternização desta Casa com nosso abraço de felicitações.

E, oxalá, possamos a cada dia 30 de maio, todos os anos, comungar com eles ao relembrar a imorredoura data.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações à diretoria eleita da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior — ANDES, através de sua Presidenta, Professora Maria José Perez Ribeiro.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

No bojo de poderoso movimento paredista nacional dos docentes das autárquicas federais, foi eleita a segunda Diretoria da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior.

No Paraná, o índice de votantes assumiu proporções expressivas, frente à série de obstáculos criados pelo Governo Federal e pelas mantenedoras particulares, constitui o reconhecimento da categoria à luta incessante que a ANDES vem desenvolvendo em favor da democratização da universidade brasileira, mais verbas e melhores salários.

Que seja consignado nos Anais desta Casa o esforço ímpar dos professores universitários na construção de sólida entidade central, na função dos interesses superiores da Nação e do País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao jornal “Correio de Notícias”, pela sua reabertura, com conseqüente encaminhamento dirigido ao ilustríssimo Sr. Faruk El-Khatib e ao ilustríssimo Sr. Redator-Chefe, Mussa José Assis.

“Para Continuar Independente O Correio Fecha. Um Dia Volta. Independente”. Tais colocações foram estampadas em sua última edição no ano de 1980, em primeiro de junho.

Aquele importante órgão de imprensa teve suas atividades paralisadas com a pretensão firme de retornar pautada em seus objetivos iniciais, ou seja, um jornal comprometido única e exclusivamente com os reais interesses dos seus cidadãos, especialmente os paranaenses.

Esta forma de se conduzir por muitas vezes, trouxe inúmeras pressões quanto à sua linha editorial que atingia interesses escusos de grupos econômicos e dos governos autoritários até então sem respaldo do voto livre e direto, no âmbito estadual.

Portanto, seu retorno reflete muito bem não apenas a

resistência de seus idealizadores, mas a do conjunto da Nação brasileira, ante ao obscurantismo dos governos impostos ao povo após 1964, cujas ações maléficas atingiram violentamente os jornais e demais veículos de comunicação, que atuavam através de posturas contrárias do regime ainda vigente.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a consagração de um voto de congratulações ao jornal “O PARANÁ”, sediado na cidade de Cascavel, pelo transcurso de seu 8.º aniversário de fundação, nesta data.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 15 de maio de 1976, em Cascavel, vem o “O Paraná”, se constituindo até os dias de hoje, no principal veículo informativo da Região Oeste do Estado, através de sua impecável linha de conduta e marcante imparcialidade.

Independente, fazendo jus ao “slogan” de “Jornal de Fato”, pela justeza e correção nas vibrantes informações, foi aos poucos atravessando fronteiras e ganhando notoriedade, sendo hoje lido e aplaudido em diversos quadrantes do País, mantendo escritórios de representação nos Estados do Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além da Capital Federal, Brasília.

Dirigido pelo competente jornalista Emir Sfair, esse renomado órgão de comunicação vem prestando inestimáveis serviços à coletividade paranaense, portanto digno de nosso respeito e admiração ao receber nossas homenagens no festivo dia de seu oitavo aniversário.

À direção, redatores, funcionários e colaboradores que fizeram e fazem de “O Paraná” um grandioso jornal, fazemos transcrever nossos sinceros cumprimentos pela efeméride, extensivos à população cascavelense, por contar com tão importante veículo, um dos orgulhos de nossa imprensa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, vem mui respeitosamente REQUERER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de louvor ao trabalho desenvolvido pelos dirigentes da entidade “Aldeia SOS de Goioerê”, e de modo especial, ao seu digno Presidente, Padre Luigi Depaoli, os quais, pela sua louvável dedicação e graças à participação da sociedade daquele operoso município, conseguiram implantar uma modelar estrutura de atendimento às crianças órfãs, proporcionando-lhes verdadeiros lares onde encontram alimentação, instrução, moradia e, acima de tudo, amor e carinho das denominadas “Mães SOS”.

Essa iniciativa pioneira da coletividade goioerense, é digna de ser conhecida por todos os homens de boa vontade, pois presta uma valiosa colaboração para tentar remediar o angustiante problema do menor carente e abandonado, devendo servir de exemplo para que os Poderes Públicos implantem estruturas semelhantes em outras regiões de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do Plenário, seja enviado expediente à Câmara dos Deputados, no sentido de externar nossos votos de louvor à pessoa do Excelentíssimo Sr. Deputado Federal Valmor Giavarina, pela iniciativa tomada quando da apresentação do projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para permitir o ingresso, no Plenário, de Deputado Estadual.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

Líder do PMDB.

JUSTIFICATIVA:

Quando da visita dos Srs. Deputados Federais, sempre temos dispensado atitude de alta consideração e cordialidade.

Achamos extremamente válida a intenção do nobre colega, Deputado Federal Valmor Giavarina, alterando o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, numa atitude de reciprocidade de tratamento quando da nossa presença na Câmara.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa, de voto de protesto contra a ausência de honras militares no sepultamento do Marechal HENRIQUE TEIXEIRA LOTT, com envio de cópia ao Excelentíssimo Sr. General Walter Pires, Mui Digno Ministro de Estado do Exército.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O desaparecimento do patriota Marechal Henrique Teixeira Lott, abre uma lacuna de dor no coração do povo brasileiro.

Educado no espírito da legalidade, do respeito à vontade soberana da cidadania nacional, o Marechal Lott foi Ministro de Guerra nos Governos Café Filho, Carlos Luz e Juscelino Kubitschek, donde a larga tradição de honorabilidade de que desfrutava no seio das Forças Armadas do Brasil.

Considerando sua moral ilibada, é entendimento de toda a Nação o levantamento de preito de reconhecimento aos seus heróis. Não há justificativa, por conseguinte, para a negativa em propiciar as honras militares ao General Lott, cerimonial solicitado pela família e negado pelo Ministério do Exército brasileiro.

O Exército deve ser, historicamente, a expressão do povo, de sua consciência, de sua alma. E o povo o consagra como defensor das instituições democráticas, perfeitamente identificado com suas lideranças maiores.

Que se registre pois, o voto de protesto contra a ausência de honras militares no sepultamento do Marechal Henrique Teixeira Lott. E o fazemos, como ato de desagravo a todos quantos injustiçados pela História dos vencedores, padeceram a ignomínia, o desrespeito, a desonra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, se envie telex ao Presidente do Senado Federal, bem como aos líderes dos Partidos Políticos representados na mesma Casa, solicitando a aprovação urgente do novo Código Civil Brasileiro.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A sociedade brasileira e principalmente a mulher deste País, de há muito aguarda a aprovação do novo Código Civil Brasileiro, pois o mesmo dará novas diretrizes ao Direito da Mulher, daí a presente solicitação para que o Senado Federal aprove com urgência o mesmo, dando pois a justiça integral à mulher como ser humano capaz e como força produtora para o desenvolvimento desta Nação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado no sentido de formular veemente apelo a fim de que, através do setor competente, libere verbas com urgência para a Santa Casa de Ponta Grossa, que atravessa no momento uma séria crise financeira, tendo em vista que o estabelecimento em questão vem prestando relevantes serviços de assistência a necessitados da região.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e Esporte, Dr. Fernando Eugênio Ghignone, apelo no sentido de que seja atendida, com a urgência possível, a solicitação contida no Ofício número 1121/84-CM, da Câmara Municipal de Rio Negro, no sentido de que sejam doados, por aquela Secretaria de Estado, os instrumentos musicais necessários à formação da Banda do Colégio Barão de Antonina, daquela cidade.

O pedido prende-se à incontestável necessidade de se proporcionar aos jovens estudantes de segundo grau, além das atividades de formação curricular, outras que visem o conagração social e cultural não apenas entre os entre os jovens, mas entre eles e a sociedade.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No Distrito de Itaiacoca, no Município de Ponta Grossa, estão localizadas diversas empresas que se dedicam à produção de cal e talco, gerando centenas de empregos e gerando tributos apreciáveis em favor do erário público.

Um trecho dessa rodovia, num total de 502 quilômetros, ligando o Passo do Pupo à Princesa do

Ribeirão, apresenta permanentemente deficiências que impedem até mesmo o tráfego de caminhões carregados, especialmente em época de chuvas.

A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa não tem condições de proceder a retificação e manutenção do trecho em condições de tráfego durante todo o ano, fato que vem gerando prejuízos às empresas que, seguidamente, se vêem obrigadas a despedir empregados em razão do aumento do estoque e impossibilidade de transportar as mercadorias até os centros consumidores.

Utilizam-se dessa estrada as seguintes empresas que apresentam estas produções: COSTALCO: 500 toneladas diárias, mantendo 202 operários, realizando 50 viagens por dia, recolhendo mensalmente cerca de um bilhão e 400 milhões de cruzeiros de imposto único sobre minerais; ITALACOA S/A: produção mensal de 4 mil toneladas, mantendo 250 empregados, realizando 40 viagens diárias e recolhendo em média 800 mil cruzeiros de imposto único sobre minerais; MINERAÇÃO GIRALDO LTDA.: 30 viagens diárias, mantendo 40 empregados e recolhendo mensalmente uma média de um milhão e 400 mil cruzeiros por mês de tributos; ITAJARA MINÉRIOS LTDA.: produção mensal de 1.500 toneladas mensais de talco, realizando sete viagens diárias, empregando 22 operários e recolhendo mensalmente um milhão de cruzeiros de tributos; e SOCIEDADE PARANAENSE DE MINERAÇÃO LTDA: produção diária de 80 toneladas de talco cerâmico, mantendo 40 funcionários, realizando dez viagens diárias e recolhendo tributos mensais no valor aproximado de 850 mil cruzeiros.

Portanto, mais de mil pessoas dependem exclusivamente das condições de tráfego de veículos nesse trecho para poderem manter seus empregos.

O pequeno parque industrial ali existente é responsável pelo recolhimento de ponderáveis importâncias na forma de tributos.

Nada mais justo que o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, tome as providências necessárias e urgentes para que a rodovia seja retificada e mantenha, permanentemente, condições de dar vazão à produção industrial oriunda de Itaiacoca, e que se destina aos grandes centros consumidores de São Paulo e Rio de Janeiro.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER que os documentos anexados ao presente, sejam também encaminhados ao ilustre Secretário dos Transportes, em quem os produtores pontagrossenses manifestam total confiança e esperam que a obra seja realizada de imediato.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados abaixo-assinados, nos termos do Regimento Interno e após ouvido o soberano Plenário, REQUEREM seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, José Richa, solicitando que o mesmo encaminhe a esta Casa Mensagem capeando projeto de lei revogando o art. 2.º da Lei n.º 7809, de 29 de dezembro de 1983.

Porém, essa taxa adicional onera sobremodo as custas judiciais, impedindo mesmo que vastas camadas da população paranaense possam buscar soluções para seus conflitos junto

à Justiça.

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, já se manifestou contrária à taxa, manifestando a opinião de grande maioria dos advogados paranaenses.

Nesta Casa tramita projeto de lei de autoria do ilustre Parlamentar Luiz Alberto Martins de Oliveira, que propõe a revogação do citado dispositivo. A matéria é inconstitucional, e como tal, deverá ser rejeitada.

Porém, considerando que o intuito do Deputado é salutar e consulta os interesses de todos quantos procuram a Justiça, entendemos que o ilustre Governador José Richa — que tem pautado seu Governo pelo atendimento das reivindicações justas e de caráter social — terá a suficiente sensibilidade e tirocínio encaminhando a Mensagem Governamental a esta Casa, para que as custas judiciais sofram a redução dessa taxa adicional de vinte por cento.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA, TADEU LÚCIO

MACHADO, NELSON VASCONCELLOS,

MÁRCIO ALMEIDA, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA,

SABINO CAMPOS, ADHAIL SPRENGER PASSOS,

ORLANDO PESSUTI e SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. Secretários da Agricultura, do Interior e da Indústria e Comércio, bem como à direção da COPASA e BADEP, sugerindo-lhes que procedam, em conjunto, os estudos necessários para a implantação de câmaras de refrigeração para conservação da produção de maçã e sementes de batata, em nosso Estado, solicitando, se for o caso, o auxílio de outros órgãos especializados, para a execução do referido programa.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

Líder do PMDB

JUSTIFICATIVA:

A instalação de câmaras de refrigeração para a conservação de alguns produtos agrícolas está passando por uma fase experimental em nosso Estado.

No Município de Palmas, esta iniciativa foi bem recebida e está movimentando o meio rural.

Todavia, sabemos do alto custo dessas câmaras de refrigeração e da necessidade de se organizar um programa integrado pelas entidades a quem dirigimos este requerimento, a fim de que agindo em conjunto, possam propiciar o êxito almejado a tão relevante programa, do interesse de todas as regiões do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando sejam tomadas providências junto à EMOPAR, objetivando reparos urgentes no Colégio “Padre Cirilo”, no Município de Capanema, dando-se ciência deste

requerimento ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Capanema.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Padre Cirilo, do Município de Capanema, funciona com cerca de 1047 alunos, da primeira à oitava séries. Entretanto, este funcionamento é bastante precário, pois há falta de material esportivo, não há chuveiros para a higiene após a educação física, não há vestiários, tendo os alunos que usar o W.C. para a troca de roupas e os banheiros encontram-se igualmente deficientes. Urge, portanto, que sejam tomadas providências no sentido de dotar aquele colégio das condições necessárias ao seu funcionamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de correspondências aos Excelentíssimos Srs. Presidente do Tribunal de Justiça, Corregedor da Justiça e Presidente da Comissão de Organização e Divisão Judiciária do Estado, solicitando-lhes seja prevista a criação da 2.^a Vara Cível e da 2.^a Vara Criminal, na Comarca de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O movimento forense da Comarca de Pato Branco acusa índices que autorizam a criação da 2.^a Vara Cível, conforme relatório encaminhado pelo Excelentíssimo Sr. Juiz Diretor do Fórum, ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Por outro lado, tomando-se por base o número de processos ora em trâmite na vizinha Comarca de Francisco Beltrão, constatar-se-á que, em Pato Branco, o volume de serviço equivale praticamente ao dobro.

Considere-se ainda que o Juízo atende, em sua jurisdição, aos Municípios de Verê, Vitorino e Itapejara do Oeste, os quais contam com mais de 15 mil eleitores, totalizando, na região, cerca de 100 mil habitantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Deputado Doutor Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que Sua Excelência se digne determinar ao departamento competente a recuperação do Trevo de acesso de Guaíra, na confluência das PR-182 e 272, que se acha em péssimo estado.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e após ouvido o soberano Plenário,

REQUER se digne Vossa Excelência, de determinar seja expedido ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Alceu Conceição Machado, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando que sejam tomadas as providências visando a instalação da 2.^a Vara da Comarca de Castro, já criada em lei e até agora não implantada.

O Município e Comarca de Castro conta atualmente com mais de 50 mil habitantes, distribuídos no quadro urbano, na zona rural e nos distritos que apresentam grande intensidade populacional e grande produção agrícola e industrial, como ocorre no Carambei, Castrolanda, Socavão e Abapã.

No ano de 1983, foram autuados nada menos do que 1.400 processos cíveis, que se somaram aos 3.500 que já se encontravam em andamento. Afora isso, cerca de 400 processos criminais estão em andamento e mensalmente cerca de 60 são ajuizados.

Esses dados tomam difícil a tramitação de processos naquela Comarca, apesar dos esforços dos magistrados, promotores e serventuários que lá prestam serviços.

A Câmara de Vereadores vem seguidamente reivindicando a instalação da Segunda Vara, pois os processos que interessam diretamente ao povo começam a tramitar lentamente, gerando prejuízos muitas vezes insuperáveis.

Assim, confiamos que o ilustre e digno Presidente do Tribunal de Justiça se digne a gestionar visando a instalação da 2.^a Vara de Castro.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Alceu Conceição Machado, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de que Sua Excelência se digne determinar ao departamento competente daquele Tribunal, que estude a possibilidade de mudança do nome do Distrito Judiciário de Reserva para Distrito Judiciário de Rondinha, tendo em vista que o mesmo se localiza no Distrito de Rondinha, no Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que seja avaliada a possibilidade de se liberar recurso financeiro a ser aplicado na aquisição de combustível e lubrificantes na municipalidade de Peabiru.

São bastante extensas as áreas que a Administração Municipal de Peabiru tem para manter conservadas ou para os reparos que sempre se fazem necessários em termos de estradas.

Ademais, trata-se de uma região eminentemente voltada para o desenvolvimento agropecuário, cujas atividades dependem especialmente do bom estado das estradas de ligação da cidade as propriedades rurais e

vice-versa. Por diversas vezes tais conservações e reparos não são possíveis, ante a ausência do recurso financeiro para aquela finalidade.

Em razão dos motivos ora percorridos, espera-se dessa Secretaria de Estado das Finanças o devido encaminhamento do que é reivindicado, atendendo iniciativa do Excelentíssimo Sr. Nelson Proença, Prefeito Municipal de Peabiru, conforme o envio de correspondência neste sentido.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Finanças, solicitando esclarecimentos sobre o pagamento de comissões de intermediação para a contratação de empréstimos externos, em dólares.

Considerando que nas operações de crédito para obtenção de recursos externos, realizadas em 1983, o Governo do Estado do Paraná pagou US\$ 584 mil a título de comissão para empresas de intermediação, sendo US\$ 200.000,00 para o Bank D'Afair Ltd., US\$ 90.000,00 para a M.G. Assesores Financeiros e US\$ 294.000,00 para a Lemann Ltda., Participações e Empreendimentos, requer-se que o Governo do Estado, através da Secretaria das Finanças, informe:

1. Se o pagamento dessas comissões de intermediação foram autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Em caso afirmativo, qual(is) o(s) documento(s) autorizatório(s) do BACEM; solicitando-se envio a esta Assembléia de cópia(s) do(s) referido(s) documento(s); em caso negativo, informar em que estatuto legal baseou-se o administrador público que efetuou o pagamento para autorizá-lo.

2. Se existe contrato com as referidas empresas e se existe o envio a esta Assembléia de cópia dos contratos.

3. Se foi feito o processo licitatório para a contratação das empresas mencionadas. Em caso afirmativo, informar qual(is) o(s) concorrente(s) e qual(is) o(s) critério(s) que lastrearam a decisão da escolha. Em caso negativo, informar qual o suporte legal para não se proceder ao processo licitatório.

4. Informar a que título, em cada um dos três casos, se efetuou o pagamento e qual a dotação e elemento de despesa que suportou cada um dos pagamentos e quanto, em cruzeiros, recebeu cada uma das empresas.

5. Informar, em face do grande valor pago a cada uma das empresas, a situação de cada uma delas na época da realização da intermediação e a atual quanto: a) a composição societária; b) o capital registrado; c) a sede (com endereço detalhado) e filiais; d) se estavam autorizadas pelo Banco Central do Brasil para operar no mercado de capitais.

6. Informar qual a data da criação de cada uma das empresas especificadas e qual a tradição de cada uma delas no ramo específico.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à CAFE DO PARANÁ, através

da Secretaria de Estado da Agricultura, no sentido de obter as seguintes informações:

— Situação dos levantamentos físicos de fechamento de estoque, posto por posto, referente a 31/12/83, principalmente no que se refere aos quantitativos de algodão, soja, milho e arroz.

— Situação atual dos estoques do Posto de Cambará, contendo quantitativos, bem como, situação dos estoques dos últimos seis meses.

— Razões da dispensa do ex-contador, Sr. Romualdo Celinsky

— Razões da saída de cargos dos Srs. José Domingos Scarpellini e Carlos Hugo Von Grafen.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER consoante as disposições regimentais, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando do mesmo que determine imediatas providências, a fim de recuperar e restaurar as instalações do imóvel onde funciona a Delegacia de Polícia dos Municípios de Cândido de Abreu, Ipiranga e Tibagi, nestas localidades, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Tivemos a oportunidade e o desprazer de verificar "in loco" há dias atrás, a situação em que se encontram os referenciados imóveis.

Não esperávamos encontrá-los da forma em que estão, ou seja, em completo e real abandono, haja vista que a Segurança da Sociedade, além de ser um pressuposto básico para se obter mínimas condições de formação da coletividade, é ainda, um dos aspectos e preocupações mais notórios e constantes no Programa de Governo propugnado pela gestão José Richa.

Desta forma, sentimo-nos na obrigação e no dever de efetuar tais reivindicações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando o desenvolvimento de estudos apropriados, visando a criação e instalação de um Posto de Saúde na localidade de Silviolândia, pertencente à municipalidade de Peabiru.

A localidade denominada de Silviolândia possui atualmente um elevado contingente populacional cujas atividades são, em sua maioria, voltadas para o processo produtivo, tanto no campo agrícola como na pecuária.

Ademais, os moradores daquela região estão distantes cerca de dez quilômetros da sede do Município de Peabiru, ficando por muitas vezes à margem dos auxílios existentes na cidade, especialmente no que se refere ao setor de saúde, especialmente nos casos considerados de emergência.

Em razão dos motivos apresentados, espera-se dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, uma avaliação que venha de encontro à iniciativa formalizada pelo Excelentíssimo Sr. Nelson Proença, Prefeito Municipal, dado o real interesse manifestado pelo conjunto dos moradores de Silvianópolis.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Diretor-Presidente da COHAPAR — Companhia de Habitação do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, no sentido de que seja fornecida uma relação de todas as empreiteiras de obras, bem como os valores pagos a partir do dia 15 de março de 1983 até a presente data.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Presidente do ITC — Instituto de Terras e Cartografia, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo o devido apoio na orientação e criação de um canteiro de mudas nos Distritos existentes bem como na municipalidade de Boa Esperança.

Atualmente, é grande o interesse das lideranças da coletividade, no que diz respeito à elaboração e execução dos planos de revitalização ambiental, especialmente no que tange ao plantio de árvores frutíferas em áreas próximas das sedes urbanas.

Em razão dos motivos ora apresentados, espera-se dessa Secretaria e ITC, o encaminhamento de medidas que venham de encontro aos interesses daquela coletividade, notadamente pela iniciativa do nobre Vereador da Câmara Municipal de Boa Esperança, Excelentíssimo Sr. José Duela.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que sejam destinados maior quantidade de munição bem como novos armamentos para a Delegacia de Polícia, localizada na municipalidade de Janiópolis.

O pedido se faz necessário, tendo em vista o envio de correspondência encaminhada pelo Sr. Luiz de Oliveira, DD. Delegado de Polícia na municipalidade de Janiópolis, que relata a falta de melhores condições de atuação daquele organismo.

Em face de tal realidade conjuntural, são necessários para melhor atendimento da Delegacia Policial, os seguintes pedidos:

- a) Uma escopeta calibre 12
- b) Uma carabina calibre 38
- c) Maior quantidade de munição para todos os armamentos existentes.

Pelos motivos ora discriminados, aguarda-se dessa Secretaria de Estado da Segurança o encaminhamento de medidas que atendam as reivindicações daquele delegado, aliada às preocupações manifestadas em ocasiões anteriores, pelo Excelentíssimo Sr. Neurides Valber Brero, Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ao Deputado Deni Lineu Schwartz, MD. Secretário de Estado dos Transportes, expediente no sentido de determinar o revestimento de cascalho da estrada que liga o Distrito de Rosário (Município de Grandes Rios), à localidade denominada Herval de Cima (Município de Reserva), interligando as localidades de Água Amarela, Campineiro do Sul e Rio Novo, este último no Município de Reserva, e aqueles, no Município de Grandes Rios, dada a importância da ligação à BR-376.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo se faz em solicitação conjunta da população do Município de Grandes Rios e Reserva, totalizando aproximadamente 40 mil habitantes, em sua maioria da área rural.

Campineiro do Sul, bem como as regiões circunvizinhas, constituem como base de produção agrícola, as lavouras brancas (arroz, trigo, soja, milho, etc.), na maioria de pequenas propriedades rurais. O revestimento da estrada possibilitaria o escoamento com mais facilidade da safra agrícola, percorrendo apenas 70 km, sem o qual necessariamente este percurso aumentaria consideravelmente para 180 km, até o encontro da BR-376.

A estrada que liga Rosário ao Município de Grandes Rios a Herval, em Reserva, é constituída de 70 km de leito natural, tendo apenas 3,5 km de cascalho, entre Herval e a BR-376, onde existe uma ponte de concreto para a transposição do Rio do Peixe por veículos pesados.

Nos dias chuvosos, o tráfego torna impraticável, causando sérios transtornos à população e impedindo o escoamento normal da produção agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Felipe Haj Mussi, em que solicita a implantação do Posto de Identificação na sede do Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O pleito favorável à implantação de Posto de Identificação da Secretaria de Estado da Segurança Pública na sede do Município de Santa Terezinha do Itaipu, está necessitando de aperfeiçoamento dos serviços públicos do Estado.

Considerando a emancipação político-administrativa do município citado, julgamos ser perfeitamente consentânea com a política democrática desta Pasta a descentralização dos órgãos e a aproximação com as comunidades municipais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, José Richa, solicitando que o mesmo determine a instalação de representações dos órgãos estaduais no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Hoje, Campo Mourão é a cidade pólo da microrregião da CONCAM, que congrega 22 municípios, e para lá convergem-se todos os interesses de todos os municípios, não só pela sua importância como cidade, mas também por ser a centralizadora de todos os interesses comuns daqueles municípios.

Mas, infelizmente, alguns órgãos representativos do Governo estão ainda localizados em outros municípios que não Campo Mourão, como é o caso do IAM, que tem sua representação em Umuarama, dificultando daí o seu próprio serviço.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança, Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando cumprimento das disposições legais quanto ao transporte de "bóias-frias" em veículos abertos em rodovias de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O trabalhador rural, denominado "bóia-fria", sofre não só em nosso Estado, mas no resto do nosso País, todas as consequências do subdesenvolvimento, desde seus parcos e pequenos salários, até o risco de desemprego constante, mas o que é mais grave que para esse trabalhador chegar até o seu serviço, ele depende de transporte, e esse é feito em condições subumanas em veículos sem a mínima segurança trazendo a todos a insegurança e a intranquilidade a centenas de pais, filhos e mães que usam os caminhões para ganharem o seu pequeno salário, daí a solicitação de uma providência imediata, proibindo-se como determina

a legislação o transporte dos mesmos em veículos que não tenham segurança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente à Secretaria de Segurança, encarecendo a necessidade de se enviar um VEÍCULO para a Delegacia de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Equipar os meios de segurança de nosso Estado é uma necessidade inadiável, haja vista que o povo brasileiro vive numa insegurança total, daí a necessidade de se iniciar pelas pequenas e médias comunas essa medida, e Engenheiro Beltrão é um dos municípios de nosso Estado ainda mais carente desta medida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Fernando Eugênio Ghignone, Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, em que solicita consignação de auxílio financeiro para a Liga Iguaçuense de Futebol, com sede e foro em Foz do Iguaçu - PR.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A Liga Iguaçuense de Futebol, entidade associativa de desportistas em Foz do Iguaçu, tem importante papel na organização de grupo naquele município.

Ligada por tradição à resistência democrática ainda que em grau inferior no plano político-institucional, a Liga congrega ainda hoje lideranças jovens expressivas na sociedade iguaçuense, donde a necessidade de apoio por parte do Governo do Estado.

Considerando que a política da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte está vinculada ao incentivo dos pequenos núcleos organizacionais da área, advogamos a consignação de recursos financeiros para a referida entidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao IPARDES, através da Secretaria de Estado do Planejamento, no sentido de que sejam prestadas as seguintes informações:

— Quais os funcionários contratados a partir do dia 15 de março de 1983, especificando o salário, a época da contratação, o salário atual e lotação atual dos mesmos.

— A época em que são procedidos os reajustes salariais dos funcionários.

— A que se referem os totais recebidos no mês de dezembro/83, conforme valores constantes no relatório de 31/12/83, discriminando funcionário por funcionário.

Quais os salários atuais dos funcionários contratados antes de 15/03/83, com sua respectiva lotação.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ao Dr. Luiz Cordoni Júnior, DD. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, expediente solicitando a concessão de uma AMBULÂNCIA, disponível no Posto de Saúde do Município de Itaguajé, para atender a população de baixo poder aquisitivo que o procura.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Fazemos tal apelo ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, a fim de atender a solicitação em questão, pois a população de Itaguajé, constituída em sua maioria de trabalhadores autônomos da lavoura, os chamados "bóias-frias", são atendidos em grande número pelo Posto de Saúde, dando assistência médica e amparo aos doentes.

Em casos mais graves, de difícil solução, são encaminhados aos Municípios de Maringá ou Apucarana, numa longa distância.

Estas dificuldades são sempre enfrentadas pelo Posto de Saúde, dada a falta de um veículo que poderia atender ao município internamente, bem como a utilização do mesmo para longas distâncias, quando necessário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, via telex, ao Congresso Nacional, dirigido aos Excelentíssimos Srs. Deputados Federais da Bancada do PMDB paranaense, para que estes solicitem oficialmente informações ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco Central, abaixo discriminadas:

Considerando as declarações do Excelentíssimo Sr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, Líder do PDS nesta Casa, veiculadas pelos diversos tipos de órgãos de imprensa;

— Considerando que os valores referentes aos empréstimos em moeda estrangeira já se encontravam depositados no Banco Central;

— Considerando que em razão desses depósitos o referido Parlamentar contestou a necessidade e a legalidade do pagamento em cruzeiros, de taxas que chamou de "corretagem interna";

— Considerando que os recursos em moeda estrangeira depositados no Banco Central constituem responsabilidade direta do Tesouro Nacional perante os credores externos em virtude do pagamento nos vencimentos originários de empréstimos anteriores;

— Considerando que grande parte dos novos empréstimos pretendidos pelos órgãos governamentais, principalmente estadual e municipal, são efetuados mediante

a utilização desses mesmos recursos;

— considerando que esses valores assim depositados no Banco Central do Brasil nos seus respectivos vencimentos são de responsabilidade exclusiva da União;

— considerando que o Tesouro Nacional ao oferecer o aval nos empréstimos externos torna-se responsável solidário, absoluto e incondicional e sem benefício de ordem de todas as obrigações assumidas pelos Tomadores;

— considerando que o Governo Federal através da Secretaria de Estado do Planejamento é que autoriza a obtenção de novos empréstimos externos com a finalidade de propiciar a rolagem total ou parcial do serviço da dívida externa do setor público, por conseguinte conhece os valores que os tomadores do setor público irão buscar no mercado para atingir esse objetivo;

— considerando ainda que o Governo Federal conhece a identidade e valores depositados no Banco Central do Brasil;

— Requerem, os Deputados no final subscritos, as seguintes informações:

- 1) Por que o Banco Central do Brasil não direcionou, isto é, indicou o Banco fornecedor dos recursos para os Tomadores do Setor Público para ne negociação entre Banqueiros estrangeiros e Tomadores?
- 2) Que medidas podem ser tomadas a fim de que os Estados e Municípios tenham acesso ao mercado financeiro, sem intermediários?
- 3) Quais são as medidas já tomadas ou em vias de adoção a fim de permitir que Tomadores de Empréstimos Externos do Setor Público Estadual e Municipal possam rolar suas dívidas em moeda estrangeira, sob égide da Lei n.º 4131 com aval da União?

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(aa) RUBENS BUENO e
TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER o envio de expediente à Professora Lilian Anna Wachowszc, MD. Diretora Superintendente da FUNDEPAR — Fundação Educacional do Paraná, através da Secretaria da Educação.

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à professora Lilian Anna Wachowszc, MD. Diretora Superintendente da Fundepar — Fundação Educacional do Paraná, através da Secretaria de Educação, expediente solicitando a construção de uma cancha de esportes para atender os alunos de Campineiro do Sul, Município de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Campineiro do Sul, sito no Município de Grandes Rios, possui, segundo dados estatísticos, aproximadamente 650 alunos da rede escolar de primeira a oitava séries de primeiro grau, distribuídos no Ginásio Municipal, Escola Municipal Osvaldo Cruz e Escola Estadual Campineiro do Sul. Dado o contingente populacional das escolas, não há em Campineiro do Sul cancha de esportes para atender aos alunos quando necessário, improvisando então n'outros espaços suas atividades esportivas.

Nesse sentido, solicitamos à Mesa, após ouvido os nobres Pares desta Casa de Leis, seja enviado expediente à Fundepar, solicitando a construção do empreendimento ora mencionado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da Paranatur-Empresa Paranaense de Turismo, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no sentido de que sejam realizados estudos visando avaliar as reais possibilidades de se liberar recursos financeiros assim como estudos apropriados objetivando a implantação de um ponto turístico às margens da Usina Mourão, localizada na Municipalidade de Campo Mourão.

Nos dias atuais, é sabido que na crise por que passa a Nação brasileira, são incontáveis os esforços das lideranças políticas das cidades no sentido de colocar em prática ações que resultem no estabelecimento de pessoas que invistam nestas mesmas localidades no intuito de proporcionar o surgimento de mais divisas, através dos respectivos ramos de atividade que assegurem a criação por exemplo, de novos empregos diretos ou não.

No entanto, dado exatamente pelas dificuldades decorrentes da condução dos aspectos econômicos e financeiros, os municípios não têm obtido de um modo geral, resultados que sejam ao menos consideráveis, no que tange a necessidade de industrialização.

Campo Mourão não está alheio a essa conjuntura. Diante de tais fatos, procura-se caminhar para metas mais práticas, (sem abandonar é claro, a busca da criação de complexos de transformação de matéria-prima em produtos semi ou industriais).

Campo Mourão é sem dúvida alguma, um dos municípios mais importantes no contexto estadual, tendo em vista suas imensas propriedades rurais, onde são extraídos diversos cultivos, além da criação de animais destinados ao consumo (carne e leite). Sua proteção sócio-econômica evidenciada nos últimos anos, permitiu a estruturação e surgimento de diversas casas comerciais, assim como algumas fábricas e

indústrias de pequeno e médio porte. Como pólo conta com mais 19 municípios circunvizinhos integrantes da COMCAM – Comunidade dos Municípios da microrregião de Campo Mourão, totalizando um contingente populacional que ultrapassa 400 mil habitantes.

Em razão da necessidade real de se buscar caminhos que possam trazer divisas num menor espaço de tempo, o jornal "Folha de Londrina" desenvolveu publicação de uma página inteira de textos de autoria do jovem e conceituado jornalista da Sucursal de Campo Mourão, Antônio Luiz de Matos, intitulada: "Indústria Sem Chaminés". Inicialmente, torna-se importante lembrar o excelente nível daquele material divulgado, condizente com a realidade do tema enfocado, a respeito do lago formado pela Usina Mourão como futuro ponto turístico, o qual motivou este requerimento:

Seguramente que o lago formado pela Usina Mourão, dado o seu potencial, possibilitará indiscutivelmente a viabilização de um ponto turístico de visitação pública. O funcionamento daquela Usina Hidrelétrica aconteceu a partir do dia dois de outubro de 1964, ocupando uma área total de 300 hectares com um imenso reservatório capaz de abrigar mais de 64.600,00 metros cúbicos de água, com condições de gerar 7,5 MW, oferecendo um visual (o lago) de doze quilômetros, graças a dois mananciais hídricos, chamados Rio da Várzea e Rio Sem Passo.

Naquele local, atraídos pelas belezas naturais existentes, várias foram as pessoas que adquiriram lotes de terra e nestes construíram residências, assim como benfeitorias para recreação e passatempo. Embora do outro lado, outros tenham comprado áreas para o cultivo agrícola, por muitas vezes em desrespeito à natureza, seja através do uso exagerado de produtos químicos (fertilizantes, produtos para combate às pragas e adubos) ou da inexistência de métodos conservacionistas em relação à camada do solo; ambos os fatores vindo em prejuízo à fauna e à flora.

Neste sentido, lideranças da sociedade mourãoense são unânimes em declarar que o lago formado por aquela Usina, é um grande potencial turístico, apontando inúmeros aspectos para a sua efetiva viabilização.

Recentemente, a Câmara Municipal daquela cidade, por unanimidade, aprovou requerimento de autoria do nobre Vereador e Líder da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, o Excelentíssimo Senhor Itamar Agostinho Tagliari, propondo ao Executivo Municipal de Campo Mourão a desapropriação de áreas para a construção de benfeitorias à altura de dotá-lo à visitação de turistas; o Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor José Pochapski, por sua vez, manifestou-se favoravelmente a exploração daquele local, contudo reiterou a total ausência de recursos orçamentários próprios.

Em razão dos motivos ora discorridos, espera-se do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte conjuntamente com a Paranatur, autorizem a realização de estudos profundos quanto à reivindicação ora

enunciada, por tratar-se de uma justa aspiração não somente com referência à disponibilidade de recursos necessários, mas também a processos de implantação do pretendido ponto turístico, no que diz respeito às estruturas imprescindíveis à sua efetiva concretização.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, em conformidade com as disposições do Regimento Interno, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora GILDA POLI ROCHA LOURES, a fim de obter desta autoridade, os esforços necessários para efetivar a destinação de 1 (um) microônibus escolar aos Municípios de Imbituva, Ipiranga, Ivaí e Tibagi, neste Estado.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

É inequívoco o argumento de que o desestímulo e o conseqüente abandono da vida escolar, por parte do aluno, tem na falta de condições de locomoção casa-escola-casa, uma de suas principais razões.

Tal situação fática é verificada, peculiarmente, nas localidades e Municípios que possuem, na sua grande maioria, alunos advindos da zona rural, como é o caso dos municípios supracitados.

Assim sendo, fazemos a presente reivindicação, certos de contar com a sensibilidade e apoio das autoridades competentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário dos Transportes, formulando o seguinte pedido de informações:

- a) O Porto de Paranaguá, vem procedendo serviços de dragagem em seu Cais Comercial, especificamente nos pontos entre os armazéns 8, 9 e 10?
- b) Qual a firma que empreitou o serviço e para quantos metros cúbicos de dragagem foi feito o contrato?
- c) A Firma contratada pela Administração dos Portos de Paranaguá tem estrutura Técnica para serviços de tamanha importância?
- d) Quantos metros foram dragados e quantos faltam?
- e) Qual o valor do contrato e quais os reajustes feitos? Em quanto monta essa dragagem até o momento?
- f) Corre boato entre os portuários, havendo um certo nervosismo entre outros, porque a firma contratada teria dragado mil e duzentos metros cúbicos (1.200 m³) a mais ou seja ultrapassou

dez metros além do limite de segurança.

- g) É verdade que essa dragagem além do limite permitido está provocando fuga de material?
- h) É também verdade que essa fuga de material põe em risco a integridade do Cais, com graves riscos à economia paranaense?
- i) De outra parte, gostaria de saber porque a firma que vem realizando os serviços está tomando jogar a lama naqueles pontos anteriormente retirada?
- j) Quem é o fiscal da obra e quais as providências que este tenha tomado quanto a anormalidade do fato?
- k) O referido Fiscal (se houver) é Engenheiro e está qualificado a fazer esse tipo de vistoria?
- l) A Portobrás está ciente dos riscos (se é que existem) Quanto à segurança das operações de carga e descarga?
- m) A não qualificação do atual Superintendente, que não é engenheiro nem tem o curso de Portos, não contribui para que fatos como esses ocorram ou venham a ocorrer?

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação, Sr. Presidente, torna-se necessária tendo em vista as inúmeras denúncias, inclusive da Câmara dos Vereadores da cidade de Paranaguá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à FUNDEPAR, através da Secretaria de Estado da Educação, no sentido de solicitar a ampliação do refeitório e da cozinha para a Escola do Distrito de Paraná do Oeste, no Município de Moreira Sales, bem como a construção de lavatórios para a cancha de esportes, para a mesma escola.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a criação de uma Comarca no Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Luiz Felipe Haj Mussi, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de uma Delegacia de Polícia no Distrito de Rosário,

Município de Grandes Rios, bem como a designação de quatro soldados e um automóvel patrulha, dada a importância que tem esta especializada em atender ocorrências nos limites do Distrito, num raio aproximado de 26 km.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Em virtude do mal estado em que se encontra o prédio da Delegacia do Distrito de Rosário, no Município de Grandes Rios, fazemos tal apelo ao Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a fim de construir um novo prédio para atender as exigências que a mesma requer.

O prédio em uso atualmente, construído em madeira, tem aproximadamente 15 anos, que antes serviu de residência, sendo então convertida suas instalações, na Delegacia de Polícia.

Outro aspecto, de importância e deficitário, é o atendimento às ocorrências aos povoados adjacentes, estes num raio de 26 km, atendendo Rosário, Água Amarela, Campineiro do Sul e Bela Vista de Santa Cruz, num total de 30 mil habitantes, atendidos através do Delegado e um policial auxiliar, os quais seriam corrigidos com a designação de quatro policiais e um automóvel patrulha.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, no sentido de que sejam liberados recursos de ordem financeira que serão aplicados no atendimento à população em situação de carência existente na Municipalidade de Iretama.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, no sentido de que sejam liberados recursos de ordem financeira que deverão ser aplicados no atendimento à população em situação de carência existente na Municipalidade de Iretama.

A Administração Municipal de Iretama, segundo o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Humberto Gomes Martins, ainda no ano passado, endereçou pedido de verbas à Chefia da Casa Civil, em face das constantes dificuldades vivenciadas pela Prefeitura no tocante ao setor de assistência social.

Tendo em vista o início do período em que as temperaturas atingem índices bastante baixos, é que aumentam as dificuldades para se tentar enfrentar tais situações, notadamente pelos que situam-se dentro da camada de baixa renda, que são inclusive em sua maioria, pertencentes às atividades relacionadas direta e indiretamente ao setor agrícola e pecuário.

Em razão dos motivos ora apresentados, espera-se do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado um posicionamento que venha de encontro aos reais interesses de toda aquela próspera coletividade iretamese.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, objetivando a realização de estudos devidos, visando a imediata liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na construção de um matadouro na Municipalidade de Fênix.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor CICERO VIEIRA FEITOSA, Prefeito Municipal de Fênix, este afirma conforme correspondência, ser de fundamental importância a liberação, por parte dessa Secretaria de Estado das Finanças, de recursos de ordem financeira, uma vez que aquela Administração Municipal não dispõe de verbas para a concretização do referido pedido. Ademais, a construção do citado matadouro é uma exigência das próprias normas de saúde pública, tendo em vista que o local onde são realizadas as matanças de animais, localiza-se praticamente no perímetro urbano, permitindo a propagação de mau cheiro terrível.

Torna-se, portanto, imprescindível a imediata construção de um posto de abate a ser construído e instalado em terreno da própria Prefeitura Municipal (já destinado para esta finalidade) situado às margens da rodovia municipal GG 004, distante cerca de um quilômetro e meio do perímetro urbano.

É de capital importância que esta Pasta examine o que ora é reivindicado, conforme estudos realizados por aquela Administração referentes a discriminação de materiais a serem usados na obra, bem como os recursos necessários para garantirem sua plena realização.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, na forma regimental e após ouvido o Plenário, REQUER seja expedido ofício dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes - Deputado Deni Lineu Schwartz, sugerindo que sejam tomadas imediatas providências para a construção de trevo de acesso ligando a Rodovia PR-151, ao Distrito de Carambeí, no Município de Castro.

O Distrito de Carambeí está localizado às margens da rodovia Ponta Grossa-Castro. Nesse Distrito está instalado um importante parque industrial que se ocupa da pasteurização e industrialização do leite e seus derivados,

abatedouro e industrialização de aves e suínos, se constituindo num dos principais geradores de ICM na Região Sul do Paraná.

Ali existe uma área urbana hoje habitada por cerca de três mil pessoas e é grande o número de veículos que transitam na Rodovia Ponta Grossa-Castro e procuram alcançar a sede urbana e industrial daquela localidade.

Atualmente, o acesso é precário e perigoso, colocando em risco as pessoas que necessitam alcançar ou deixar a rodovia, pois esta apresenta grande movimento em ambos os sentidos, pois se constitui em trecho de ligação São Paulo-Paraná.

A construção de acesso moderno e seguro é antiga reivindicação dos moradores de Carambeí e dos produtores que canalizam suas produções para aquele local.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado à FUNDEPAR, através da Secretaria de Estado da Educação, no sentido de que sejam tomadas as devidas providências para a recuperação do colégio Estadual João Teotônio Neto, de primeiro e segundo graus, de Moreira Sales, no que diz respeito a reparos da rede elétrica, forro e instalação de água.

Solicita ainda, a construção de quadras, para a prática de esportes, bem como a ampliação de suas salas de aula. Pedido este de suma importância em virtude do Colégio funcionar em três turnos com 19 salas e não comportar em seu prédio o número total de alunos, tendo necessidade de utilizar 4 salas do prédio do CEMIC e ainda fazer uso de mais 3 salas na Igreja.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, no sentido de solicitar que a linha de ônibus que faz o trecho de Campo Mourão à Goioerê, seja estendida até o distrito de Paraná do Oeste, no Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado à FUNDEPAR, através da Secretaria de Estado da Educação, no sentido que a mesma forneça as seguintes informações a respeito de

seus servidores.

- Qual a relação de servidores admitidos em 1983 com respectivos cargos e salários de admissão? Qual o critério para contratação e enquadramento?
- Qual o salário e cargo atual de cada um deles? Se receberam gratificações por exercício de função de chefia, especificar separadamente.
- Existem servidores admitidos, que recebem de outras fontes? Quais são eles? Quais as fontes? Quanto recebem?
- Existem servidores que exercem funções em Curitiba e outra cidade, simultaneamente? Quem? Qual o salário?
- Algum dos servidores contratados em 1983, teve aumento em 12 meses de serviço, acima de duzentos por cento? Informar o nome e as razões.
- Quais as condições necessárias para exercer as funções de chefe de divisão ou de departamento?
- Qual a lotação de cada um dos servidores contratados após 31/03/83?
- Existem servidores contratados após 31/03/83, colocados à disposição de outros órgãos? Quais os critérios utilizados para analisar tais disponibilidades?

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado à FAMEPAR, através da Secretaria de Estado do Planejamento, no sentido de obter informações a respeito dos recursos do PRAM, a serem aplicados nos Municípios relacionados a seguir, bem como quais as prioridades levantadas.

— Alvorada do Sul, Amaporã, Arapoti, Cândido de Abreu, Goioerê, Ipitanga, Ivaí, Janiópolis, Mirador, Miraselva, Moreira Sales, Rebouças, Reserva, Salto do Itararé, Santa Cecília do Pavão, Santana do Itararé, Sarandi, Siqueira Campos, Teixeira Soares, Tibagi e Turvo.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, expediente solicitando que sejam acelerados, através dos órgãos competentes do Poder Executivo, os estudos para o envio, com a máxima urgência, à reavaliação deste Poder Legislativo, de Mensagem estabelecendo revisão aos proventos dos funcionários inativos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(aa) Gernote Kirinus e Adhail Sprenger Passos.

Apoiamto: Edmar Luiz Costa, Tadeu França, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Orlando Pessuti, Ferrari Júnior, Homero Oguido, Sérgio Spada, Amélia Hruschka, Márcio Almeida, Sabino Campos, Eduardo Baggio, José Antônio Fonseca, Irondi Púgliesi, Mário Pereira, Antônio Annibelli e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz atendendo aos constantes apelos da classe dos funcionários inativos de nosso Estado, que aguardam com ansiedade uma equiparação salarial.

Essa equiparação é pleiteada, tendo em vista que os salarios com os quais se aposentaram, após inúmeros anos de atividades em favor do serviço público, se encontram totalmente defasados face aos índices de aumento do custo de vida, vem como em vista das reclassificações havidas no Quadro de Pessoal do funcionalismo público, que não previu a revisão para os funcionários inativos.

Houve a retirada da Mensagem 28/83, com a alegação da sua revisão e posterior encaminhamento para a análise deste Poder, o que até a presente data não ocorreu, criando clima de angústia e intranquilidade ao grande número de aposentados, que por longos anos emprestaram com o seu trabalho profícuo, inúmeros benefícios à administração estadual paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado à FUNDEPAR, através da Secretaria de Estado da Educação, as seguintes informações, a respeito dos seus programas de obras:

- 1 - Quais as obras (local e município), programadas pela FUNDEPAR após 15 de março de 1983?
- 2 - Quais as obras (local e município), licitadas pela FUNDEPAR após 15 de março de 1983 e quais as fontes de recurso utilizadas para cada uma, bem como o seu valor?
- 3 - Quais as obras (local e município), inauguradas após 15 de março de 1983, com o valor da obra, número de salas e fonte de recurso, separando as iniciadas antes de 15 de março das após 15 de março?
- 4 - Qual o programa de obras para 1984, com fontes de recursos para sua consecução?
- 5 - Como vem procedendo o órgão quanto à contratação de empréstimos junto

ao BNH e Caixa Econômica Federal O (Programa FAS)?

- 6 - O Governo do Estado vem contribuindo com recursos para o Programa de Obras?
- 7 - Tem sido utilizados recursos de Salário Educação Quota Estadual, para o Programa de obras da FUNDEPAR?
- 8 - Como tem-se comportado a atual administração no que se refere aos reparos da rede estadual?
- 9 - Existe necessidade de construção de mais salas de aulas, fora aquelas programadas para o ano de 1984 e discriminadas no item 4? Onde?

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita à Mesa o encaminhamento do seguinte pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, Claus Magno Germer:

- 01 - Procede a informação do ex-Secretário de de Desenvolvimento dos Municípios, Lubomir Ficinski, divulgada em 10 de outubro de 1982, a respeito do levantamento cartográfico das cidades abrangidas pela METRONOR, através do ITC?
- 02 - Qual o envolvimento da Secretaria da Agricultura com o projeto METRONOR? Enviar o respectivo dossiê a este Deputado.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita à Mesa o encaminhamento do seguinte pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Planejamento Belmiro Valverde Jobim Castor:

- 01 - A METRONOR, por si, ou a Secretaria do Planejamento assinou convênio em 1982 com a Universidade Federal do Paraná para o levantamento das migrações no eixo Londrina-Maringá e a situação de emprego na região? Enviar relatório sucinto a este Deputado.
- 02 - Foi concluído o Plano Diretor de Apucarana, que serviria de modelo a ser apresentado ao BIRD, para as demais cidades integrantes do projeto METRONOR? Houve providências complementares ou posteriores? Enviar relatório sucinto.
- 03 - Em 10 de outubro de 1982, o então Secretário de Desenvolvimento dos Municípios revelou a liberação, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, da importância de 30 milhões, para elaboração de projetos de desenvolvimento industrial

na área da METRONOR "visando a capitalização das pequenas e médias empresas, o incentivo à exportação e a geração de empregos". Qual a destinação dada a estes recursos, quais os projetos efetivamente elaborados?

- 04 - Detalhar a aplicação dos referidos 30 milhões.
05 - Foi efetivamente elaborado o Plano Regional de Uso do Solo pelo escritório da METRONOR em Apucarana? Enviar o respectivo dossiê a este Deputado.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita à Mesa o encaminhamento do seguinte pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, Nelson Friedrich:

- 01 - Baseado em que dispositivo legal, pode a SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos - receber recursos de outra entidade pública estadual, para executar serviços que são de sua competência exclusiva?
- 02 - Procede a informação do ex-Secretário de Desenvolvimento dos Municípios, Lubomir Ficinski, divulgada em 10 de outubro de 1982, relatando que foi assinado convênio entre aquela Secretaria e a SUREHMA, no valor de 7 milhões, "visando solucionar, além do abastecimento, problemas de esgotos doméstico e industrial, preservação de mananciais e fundos de vale"? Enviar cópia deste convênio e relatório sucinto sobre os resultados alcançados.
- 03 - Procede a informação divulgada no mesmo dia 10 de outubro de 1982 por aquele ex-Secretário, a respeito da elaboração de um Plano Diretor de Controle e Abastecimento de Água, no eixo Iporã-Paiçandu, tendo o projeto custado 10 milhões? Informar quem elaborou este projeto e demais informações pertinentes.
- 04 - A SUREHMA elaborou projeto em 1982 e assinou acordo de prestação de serviços com a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, visando a melhor utilização de cursos d'água na região da METRONOR?
Enviar o respectivo dossiê a este Deputado.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita à Mesa o encaminhamento do seguinte pedido de informações ao Excelentíssimo

Sr. Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde Jobim Castor:

01) Sua Excelência aprovou o relatório das atividades e o orçamento da METRONOR relativos ao exercício de 1983? Enviar cópia de inteiro teor a este Deputado, bem como a documentação referente as atividades da Região Metropolitana Linear do Norte do Paraná, desde os exercícios de 1981, incluindo convênios assinados com a SUDESUL, Ministério do Interior, outros órgãos estaduais e prefeituras dos municípios de área.

02) Qual a orientação atual do Governo José Richa, através da Secretaria do Planejamento e de outros órgãos estaduais a respeito da METRONOR? Detalhar o seu plano de atividades para 1984.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no exercício de suas atribuições legais, solicita à Mesa, o encaminhamento do seguinte pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes:

01) Qual a densidade do tráfego no trecho da BR - 376, entre Londrina e Maringá, também conhecida como "rodovia da morte"? Remeter a este Deputado estatística atualizada de acidentes;

02) Qual a viabilidade da duplicação da pista no referido trecho?

03) Não seria mais econômica a construção de uma ferrovia?

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER seja oficiada a COPEL, para que forneça as seguintes informações sobre empréstimos em moeda externa, bem como sobre recolhimentos de encargos sociais no exercício de 1983:

1) Quantas operações de crédito, em moeda estrangeira, foram realizadas pela COPEL, no exercício de 1983, com quais Bancos estrangeiros, qual o valor de cada operação (em dólares e cruzeiros equivalentes) e em que datas as operações foram credenciadas junto ao Banco Central e, finalmente, contratadas.

2) Se nestas operações a COPEL pagou comissão de intermediação local.

EM CASO POSITIVO,

— Por que foram pagas as comissões?

— Quais as empresas que intermediaram cada uma das operações?

— Qual o percentual sobre cada operação, que foi pago como comissão de intermediação?

— Como procedeu o pagamento da comissão de intermediação, de houve contrato (s) e se este (s) está (ão) lastreado (s) em processos licitatórios.

3) Em que Bancos, exceto o Banco do Estado do Paraná, foram recolhidos os encargos sociais (INPS, FGTS, IR FONTE) dos funcionários da empresa no exercício de 1983, indicando: mês, valor e Banco em que foi recolhido.

4) Em caso de recolhimento em Banco diferente do Banestado, informar se houve autorização de

autoridade superior para fazê-lo.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA:

O pedido de informações ora formulado objetiva aprofundar os esclarecimentos sobre as operações de empréstimo em dólares efetuadas no ano de 1983 pelo Governo do Paraná, quer pelos órgãos da administração direta e autarquias direta e autarquias quer pelos da Administração indireta, tendo em vistas as acentuadas diferenças nas taxas de intermediação pagas nas várias operações realizadas. Objetiva também esclarecer se está ou não está sendo cumprida a determinação de decreto governamental para que a movimentação de recursos públicos sejam efetuados exclusivamente no Banco do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA à Mesa o encaminhamento do seguinte pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Deni Schwartz:

01) É verdadeira a informação divulgada no dia 13 de maio de 1981, pelo Coordenador da METRONOR, José Alves Socorro, sobre a abertura iminente de concorrência pública da rodovia Londrina — Maringá?

02) Procede a informação divulgada na mesma data, pelo então Secretário dos Transportes, Nivaldo Almeida, que o projeto de duplicação do trecho Londrina — Maringá incluía os contornos de Londrina, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Mandaguari, Marialva e Maringá?

03) Procede a informação, também divulgada no mesmo dia 13 de maio de 1981 pelo Secretário de Transportes, que o referido projeto abrangia a construção de pistas exclusivas para o transporte de massa em Londrina e Maringá?

04) Procede as informações divulgadas em 10 de outubro de 1982, pelo então Secretário de Desenvolvimento dos Municípios, Lubomir Ficinski, anunciando:

a) os projetos de contorno de Rolândia, Arapongas, Apucarana, Mandaguari e Marialva foram aprovados pelas prefeituras e estão em fase de elaboração pelo DER?

b) A CESBE S/A tem prazo de 18 meses para a conclusão das obras da av. Brasília, sentido Ibiporã — Londrina, em um trecho de 7,4 Km?

c) Além da duplicação da pista, o projeto prevê galerias pluviais, iluminação e obras de arte, incluindo uma trincheira de aproximadamente 30 metros na confluência da av. Brasília com a rua Ermelino de Leão e três viadutos de 55 metros cada?

05) Procede as informações divulgadas no mesmo dia 10 de outubro de 1982, pelo referido Secretário de Desenvolvimento dos Municípios, que:

a) as obras de duplicação da av. Colombo em Maringá, serão executadas pela firma Azevedo Travassos, de São Paulo, encontrando-se o contrato em fase de homologação pelo DNER?

b) A Construtora Amurada, de Curitiba, fará

os contornos de Rolândia, Arapongas, Londrina, Cambé, Sarandi, Maringá Paçandu?

c) Que estas obras foram CONTRATADAS em 24 de agosto de 1981 (pelo DNER - Metronor), incluindo a duplicação dos trechos Cambé - Rolândia - Arapongas?

06) Procede as informações divulgadas na mesma data por aquele ex-secretário, que:

a) A Construtora Esteio, de Curitiba, executaria o contorno de Marialva e a ligação deste contorno com a BR - 376 e os contornos sul e leste de Maringá?

b) Foi assinado contrato com a empresa ETEL, de Curitiba, para duplicação da rodovia Mandaguari - Marialva?

07) Procede as informações divulgadas pelo ex-secretário de Desenvolvimento dos Municípios, em 10 de outubro de 1982, que:

a) esse conjunto de obras exigiria um investimento de CR\$ 120 bilhões?

b) Que outros CR\$ 26 bilhões seriam destinados ao projeto de transportes de massa, a ser executado pela Construtora Etel, entre Ibiporã - Londrina - Cambé - Maringá - Sarandi - Paçandu?

08) Quais as concorrências relativas a esse conjunto de obras que foram efetivamente homologadas?

09) Quais as firmas vencedoras, incluindo as especificações técnicas de cada obra e respectivos custos?

10) Quais as importâncias pagas a cada empreiteira contratada?

11) Quais os serviços efetivamente executados pelas empreiteiras? O que determinou a paralisação das obras? Por que algumas obras não foram iniciadas? Especificar a natureza de cada uma.

12) As importâncias referidas nas alíneas a e b do item 7 deste pedido de informações, foram liberadas total ou parcialmente? Como foram aplicadas?

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis, cópia de pronunciamento efetuado por Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, na data de 29 de março p.p., em resposta ao pronunciamento do Senhor Líder da Minoria desta Casa na Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa, do artigo "A Importância Maior", de autoria do Jornalista pontagrossense Adail Ingles, em sua Coluna "OPINIÃO", publicado no "Jornal da Manhã" de Ponta Grossa, edição de 17/05/84, que a seguir vai transcrito.

Requer, ainda, que desta decisão, seja dado ciência ao Sr. Adail Ingles, no seguinte endereço: "Jornal da Manhã - Rua Santos Dumont, nº 1.039, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984
(aa) ODENI MONGRUEL e
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve; no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, transcrição nos Anais desta Casa, da matéria publicada no Jornal "Gazeta do Povo", do dia 19/5/84, de autoria do Jornalista David Carneiro, na coluna Veterana Verba, intitulada "Uma Universidade em Cascavel".

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 106/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Artigo 1º — O corpo discente terá representação, com o direito a voz e voto, nos órgãos colegiados das Universidades e Faculdades mantidas pelo Governo do Estado do Paraná, bem como em comissões instituídas na forma dos Estatutos e Regimentos.

§ 1º — A escolha dos representantes estudantis será feita por meio de eleições diretas e secretas, dirigidas pelas entidades estudantis para as quais são candidatos todos os estudantes regularmente matriculados na instituição de ensino e no curso para o qual o pleiteiam a representação;

§ 2º — A representação estudantil será de, obrigatoriamente, um quinto do total dos membros dos colegiados e comissões.

Artigo 2º — Os Estatutos e Regimentos deverão adaptar-se à presente lei após a data de sua publicação.

Artigo 3º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 dias, e revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa assegurar direito de representação às comunidades discentes nas Faculdades e Universidades Estaduais, numa confirmação do que lhes é facultado na legislação federal sobre a matéria.

Introduz duas modificações principais na legislação estadual vigente: primeira, garante a todos os membros discentes o direito de eleger e ser representante nos órgãos colegiados; segunda, obriga a instituição a, em seus Estatutos e Regimentos, assegurar a participação de um quinto de estudantes do total de membros dos colegiados e comissões.

Estribado na Lei Federal nº 5540, de 28 de novembro de 1968, o projeto ora em apreciação democratiza substancialmente a vida institucional e política das faculdades e universidades estaduais, já que retira do arbítrio dos Estatutos e Regimentos Internos a faculdade de restringir candidaturas discentes e de diminuir a proporcionalidade desta participação.

PROJETO DE LEI Nº 107/84

Art. 1º — Fica denominada Escola Estadual Monsenhor Ivo Zanlorenzi - Ensino 1º Grau e Supletivo, a atual Escola Embaixador Lincoln Gordon, sita à Rua Eduardo Sprada, 1103 - Campo Comprido, nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

No dia 05 de dezembro de 1982, faleceu em Curitiba, Monsenhor Ivo Zanlorenzi, vítima de enfarte cardíaco. Nasceu em Campo Comprido, a 9 de setembro de 1927. Ordenado sacerdote a 17 de janeiro de 1954, ocupou os seguintes cargos: Vigário Cooperador da paróquia de Santa Terezinha (1954 - 1957), Assistente e Eclesiástico da J.O.C., prefeito de estudos, vice-reitor e reitor do Seminário Rainha dos Apóstolos (1957 - 1971), capelão das Irmãs da Divina Providência (1957 - 1959) e do Colégio do Internato Paranaense (1959 - 1970), a censor de livros, professor de Filosofia e Teologia na Universidade Católica do Paraná e Diretor do Departamento de Teologia na Universidade Católica do Paraná.

Monsenhor Ivo Zanlorenzi distinguiu-se sempre por brilhante inteligência, pela vivacidade dialética em suas aulas, pelo dom oratório e por uma linguagem fluente e convincente e por sua metodologia aceita por todos.

PROJETO DE LEI Nº 108/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a obrigatoriedade, no início do ano letivo, de ser medida a acuidade visual do educando matriculado nas escolas do Sistema Estadual de Ensino, a qual deverá ser tomada pelo professor (a), orientado pelo serviço competente da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social.

Art. 2º — Deverá constar da programação curricular do professor (a) uma aula a ser proferida por médico oftalmologista referente à tomada da acuidade visual e detecção de problemas primários oculares.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

Em outros países, a preocupação em detectar os problemas oculares em tenra idade já é de muitos anos. Nos Estados Unidos esse trabalho foi feito, inicialmente, por meio de voluntários. Em 1951, respondendo a um apelo feito pela Sociedade Nacional de Proteção contra a cegueira, um grupo de senhoras de uma organização feminina, no Estado de Michigan, tentou pela primeira vez o exame de visão em grande escala, sendo examinadas todas

as crianças em idade escolar e pré-escolar. Os excelentes resultados dessa primeira pesquisa incentivaram os outros estados a continuarem com a experiência e, em 1960 o movimento já se tornara de âmbito nacional. Hoje em dia, o exame de visão nas crianças é obrigatório em todos os Estados Unidos, sendo encaminhados aos oftalmologistas os casos que apresentarem em qualquer anormalidade.

No Brasil, cujo índice de pessoas com problemas visuais é alarmante, tais exames preventivos seriam de significativa importância, no sentido de que paulatinamente sejam debeladas tais deficiências.

Aos professores caberia além da importante função de educador, a aplicação dos exames de visão, recebendo, para isso, treinamento especial. Os exames seriam feitos - de rotina em cada escola, e os casos com deficiência ou anormalidade seriam encaminhados ao oftalmologista.

Ficaria, assim, iniciado o atendimento de parcela significativa da população infantil, seja deste ou daquele nível social, para o problema inicial, que é, repetimos, a identificação dos problemas oculares precoces, seguidos posteriormente do encaminhamento dos casos que exijam tratamento específico.

A concretização total do objetivo exigirá, além da colaboração da Escola, a conscientização da família, o que irá assegurar a continuidade do tratamento necessário e garantir o sucesso do empreendimento.

PROJETO DE LEI Nº 109/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica instituída a data de 23 de abril, como o dia em que se celebrará homenagens ao LEONISMO PARANAENSE.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR e
NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

LIONS CLUBE

No princípio do século XX, organizações associativas surgem em diversas localidades dos Estados Unidos. A característica principal dessas organizações era o lema “ajudar uns aos outros” (sociedades de viajantes, profissionais, clubes de almoços e jantares).

Em março de 1913, Melvin Jones, corretor de seguros, vai a um clube onde os sócios eram clientes uns dos outros, faziam propaganda mútua com o fim do benefício recíproco. Jones achou ser a oportunidade dos homens de negócios trabalharem juntos para a melhoria de sua comunidade e para servir seus semelhantes. Era o “Círculo de Negócios de Chicago”. Melvin corresponde-se com representantes de clubes semelhantes e sugere a União de todos. A 7 de junho de 1917, 20 delegados representando 27 clubes, reuniam-se na sala do Hotel La Salle, de Chicago. Apesar da diferença de personalidades, a reunião teve êxito.

Marcou-se outra, para os dias 8, 9 e 10 de outubro de 1917, em Dallas. A data reconhecida

pelo Lions Internacional é 10 de outubro daquele ano, encerramento da 1ª Convenção. O nome Lions foi escolhido por se encontrar na heráldica, nos monumentos e na literatura de todos os povos. O Leão representa força, coragem, atividade e fidelidade.

Sob a liderança de Melvin Jones, que logo deixou sua agência de seguros para dedicar tempo integral ao Leonismo, a organização cresceu em números e em serviços. Por volta de 1927 o quadro social já atingia quase 60.000 e o total de clubes era de 1.183. Com a criação de Lions Clubes no Canadá, na China e no México, a organização tornara-se realmente internacional.

Os objetivos humanitários e comunitários destes clubes eram bem conhecidos.

O Leonismo preocupa-se com sua coletividade, interessando-se por seu bem estar, cuidando das condições de saúde e progresso de seus habitantes.

Procura desenvolver um espírito de compreensão entre os povos do mundo, conhecendo os problemas internacionais. O Leão sabe que, sem o apoio de cada cidadão, problemas jamais serão resolvidos.

Também é objetivo deste movimento, incentivar os princípios do bom governo e da boa cidadania. Ele crê que unidos os clubes pelos laços da amizade, do companheirismos da compreensão mútua, poderão concluir programas que tornarão a sua comunidade um lugar melhor para viver.

No Lions Clube objetiva-se promover a discussão de todos os assuntos de interesse público, porém, abstendo-se o partidatismo político e o sectarismo religioso.

O Leão, compreendendo que é seu dever ajudar seu semelhante, servir sua comunidade, não procura obter benefício pessoal financeiro; estimula os valores éticos no comércio, na indústria, nas profissões, nos serviços públicos e empreendimentos particulares.

O Lions Clube veio para o Brasil através do uruguaio Nivaldo Navarro, que convidou Armando Fajardo a fundar aqui o Leonismo, o que aconteceu a 16 de abril de 1952, nos salões do Jockey Clube do Rio de Janeiro.

No Paraná, o Lions Clube foi fundado a 23 de abril de 1953, por Victor Ferreira do Amaral Filho, com o incentivo e o apoio de Armando Fajardo. Contou, inicialmente, com 43 sócios que realizaram com acrimônia no Clube Curitiba e tiveram a primeira sede no Edifício Ana Cristina.

Como no Brasil o Lions recebeu a letra “L” para representar os seus Distritos, em nosso Estado denominou-se Distrito L-6. Quando da inauguração, o Distrito L-6 compreendia os três Estados sulinos: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi o quarto Distrito a ser fundado no Brasil.

De 1953 até hoje, tiveram 29 Presidentes. É o clube recordista mundial possuindo o maior número de Governadores de Distrito (10 sócios já ocuparam este cargo e 4 já presidiram o Conselho Nacional de Governadores). É padrinho de vários outros clubes espalhados pelo Estado.

PROJETO DE LEI Nº 110/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Artigo 1º — Os recursos provenientes do salário-educação quota estadual, previsto originariamente no Artigo 178 da Constituição da República Federativa do Brasil, não poderão, em nenhum caso, ser aplicados no pagamento de despesas classificadas no elemento econômico correspondente a pessoal da administração direta do Estado e suas eventuais repercussões.

Artigo 2º — Os recursos especificados no artigo serão geridos de conformidade com a legislação vigente sobre a matéria no suprimento exclusivo de atividades necessárias ao ensino de 1º grau, a saber:

I - melhoria das condições sócio-econômicas de alunos carentes do 2º e 1º grau;

II - melhoria da qualidade do ensino;

III - manutenção e expansão da rede de ensino;

IV - incentivo à pesquisa educacional;

V - transporte de alunos.

Artigo 3º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo máximo de 60 dias, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a corrigir as distorções sofridas, no decorrer dos últimos anos, na aplicação do salário-educação quota estadual.

Concebido para assegurar o direito de todas as crianças de escolarização ao nível de 1º grau, o salário-educação, frente à escassez de recursos para a educação, terminou por constituir fonte auxiliar para pagamento de professores, em detrimento das despesas de custeio e capital.

Diante do exposto, defendemos disciplinação da aplicação dos recursos aludidos, orientando-o para o que especifica o Artigo 2º.

PROJETO DE LEI Nº 111/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Artigo 1º — Os órgãos públicos da administração direta e indireta do Estado, quando encarregados da elaboração e execução de planos, estudos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto perdurar a referida atividade, sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para prestação de serviços.

Artigo 2º — Para os efeitos da presente lei, o exercício da profissão de sociólogo e as suas atribuições são previstos na Lei Federal Nº 6888, de 10 de dezembro de 1980, regulamentada pelo Decreto Presidencial nº 89.531, de 5 de abril de 1984.

Artigo 3º — A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 60 dias, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei considera a necessidade de aproveitamento dos profissionais da área sociológica nos órgãos públicos da administração direta do Estado, dentro da perspectiva de modernização

e maior eficiência ao nível de Governo.

As atribuições conferidas aos sociólogos, pela legislação vigente, na elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, implantação, controle, direção, execução, análise ou avaliação de estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social e no assessoramento e prestação de consultoria a órgãos da administração pública direta ou indireta cristaliza, perfeitamente, a pertinência da proposta.

Ademais, pela existência de diversas Universidades no Paraná que formam a cada ano contingentes razoáveis de sociólogos, capacitados nas referidas atividades e considerando o fato de o Paraná possuir os maiores acervos documentais do Brasil, encontrados na Universidade Federal do Paraná e na Universidade Católica do Paraná.

Posto isto, observada a Lei Federal n.º 6888, de 10 de dezembro de 1980, e o Decreto que a regulamenta n.º 89.531, de 05 de abril de 1984, julgamos o presente projeto perfeitamente consentâneo com o ideário de melhora dos serviços públicos e modernização administrativa.

PROJETO DE LEI Nº 112/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao jornalista SAMUEL GUIMARÃES DA COSTA.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que se pretende prestar ao ilustre jornalista e escritor Samuel Guimarães da Costa, visa resgatar a grande dívida que o nosso Estado tem pelos relevantes serviços prestados por um de seus mais queridos filhos.

Descendente de família de intelectuais, esse paranguara familiarizou-se, desde cedo, com a atividade jornalística.

Apesar de sua grande obra ter sido voltada para este campo, através de uma contribuição concreta e contínua nos mais diversos órgãos da imprensa e de várias publicações a exemplo o lançamento de seu último livro "40 Anos de Jornalismo", dedicou-se também, sobremaneira, a outros campos de atividades, tais como: o cooperativismo e a política.

No setor do cooperativismo, sua participação foi ativa, especialmente no âmbito da erva-mate.

Como político, sua experiência e inteligência, serviram sempre à causa pública, galgando o alto posto de Chefe da Casa Civil do Governo Paulo Pimentel.

PROJETO DE LEI Nº 113/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE AUXILIADORA DAS SENHORAS DE ARAPONGAS, com sede e foro nesta cidade.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, foi fundada sem fins lucrativos e com a finalidade filantrópica, inspirada na necessidade de promover a valorização da pessoa humana, atendendo principalmente os enfermos, os idosos e os deficientes.

A documentação que estamos anexando ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Com o exposto, esperamos contar com o apoio à aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 114/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica declarado de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PALMITAL, com sede e foro naquele município.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital vem prestando inestimáveis e relevantes serviços ao meio rural de Palmital e adjacências, conforme o relatório apresentado, nos termos das finalidades estatutárias.

A documentação que anexamos, comprova o preenchimento das exigências legais para o seu reconhecimento publico no âmbito estadual, razão pela qual apresentamos o presente plano de lei que temos a certeza merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 115/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica declarada de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO BETEL – SERVIÇO SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS”, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços de assistência social desde 1974, data da sua fundação, junto à comunidade de Guarapuava.

A documentação que estamos anexando, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta

Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Ordem do Dia da sessão de hoje, da Assembléia, inclui a primeira discussão e votação do Projeto de Lei n.º 156/83, que dispõe sobre a Ação Social do Estado, no que respeita a educação, habilitação ou reabilitação e integração das pessoas com deficiências e dá outras providências.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda nesse Pequeno Expediente, com a possibilidade de, no Horário da Liderança, podermos nos deter um pouco mais na apreciação e na explanação aos Srs. Deputados sobre o objetivo e conteúdo do presente projeto de lei, gostaríamos nesse tempo do Pequeno Expediente, saudar a todas as pessoas que prestigiam a sessão de hoje, demonstrando com isso não só o seu interesse por ocasião da elaboração e discussão do anteprojeto dessa lei, ocorrido no ano de 83, durante seis meses de 83, mas também demonstrando com a presença, na tarde de hoje, o seu interesse em que, após a apreciação, e temos certeza, a aprovação por unanimidade dos integrantes da Assembléia Legislativa, de ambos os partidos, o interesse que após essa aprovação, este projeto de lei seja sancionado e imediatamente regulamentado pelo Governo do Estado, como aliás, conforme aliás compromisso já assumido pelo Sr. Governador.

Esses agradecimentos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos permitimos registrar nessa oportunidade, de forma especial, a entidades e pessoas que participaram durante o ano de 83, na discussão do que era então anteprojeto.

Hoje em votação, já na fase inicial de votação, tendo recebido das Comissões específicas desta Casa, pareceres e aprovação por unanimidade.

Os agradecimentos, inclusive nesta tarde se faz, aos Deputados integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, e aos Deputados da Comissão de Educação, em especial.

E esse agradecimento, Sras. e Srs. Deputados, se faz na pessoa do Dr. Francisco Muniz, Dr. Lamartine Correia de Oliveira, Sr. Chainn Jugend, Sra. Leonor Correia de Oliveira, Professor Flávio Ams, atual diretor do Departamento de Educação Especial, cujo apoio e, inclusive, providências no sentido da transcrição em braille, do projeto de lei, permitiu que deficientes visuais participassem de toda discussão que se travou em relação ao projeto. Da professora Maria Cecília Vieira Helm, Sra. Enólia Loyola, do Dr. Nelson Gercmann, professora Liege Silveira, professora Geni Angela Alves, professor Almeri Siqueira, Dr. Joaquim Madalossi e Sr. Max Ferreira.

São pessoas sem nenhuma outra razão do que a do registro das que mais participaram daquela fase de discussão, que representando ou integrando entidades como a Escola Hefta, a Associação dos Deficientes Físicos do Paraná, realizaram inclusive o II Encontro Paranaense

de Deficientes Físicos em Maringá, e que discutiram o projeto.

As APAEs do Paraná, o Departamento de Educação Especial, a PROMOPAR, o Centro de Reabilitação Adeodato Volpi, a Associação dos Hemofílicos, a Associação Paranaense de Assistência aos Paraplégicos, a Associação Nacional para Excepcionais, Comitê Estadual de Entidades de Pessoas Deficientes, Centro de Reabilitação e Audição, Instituto Londrinense de Educação de Surdos, Escola de Surdos, Hefta e Centro de Estimulação Precoce.

Enfim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas e entidades que estão hoje presentes, aguardando a discussão e votação desse projeto, avisamos que voltaremos no Horário da Liderança do PMDB.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A organização política da sociedade, deve ser o resultado da relação existente entre instituições e homens que a integram. Nós sabemos que as instituições condicionam as pessoas que dela participam.

Mas, não é menos verdade que existem certas pessoas que exercem as suas influências na própria história e no conteúdo das instituições às quais integram.

E quando esse trabalho e essas influências são feitas no sentido positivo, engrandecem e valorizam a instituição diante da sociedade em geral.

A propósito do desempenho do Sr. Presidente desta Casa nas memoráveis sessões da semana próxima passada, eu trago à Mesa da Assembléia Legislativa, um requerimento, pedindo a transcrição de um artigo do "Jornal da Manhã", de autoria do jornalista Adhail Inglês, sob o título "A Importância Maior" e destaca, não apenas o trabalho do ilustre Presidente, Deputado Trajano Bastos, mas expressa o que significa a imagem e o conceito deste Poder e desempenho de ambas as Bancadas naquelas sessões.

O papel desempenhado pelo Presidente Trajano Bastos contribuiu indiscutivelmente e de forma expressiva para destacar e para promover o Poder Legislativo, chamado para ele, o Poder Legislativo, a atenção e a importância do seu significado, face aos reclamos de uma sociedade civil, emergente e participativa.

E valeria aqui ler um trecho deste artigo em que destaca o jornalista Adhail Inglês:

"O Deputado Trajano Bastos demonstrou ao Paraná, revelando ao povo deste Estado, por força do poder da televisão, uma Assembléia Legislativa que tem, efetivamente, muito a oferecer ao processo de amadurecimento de nossas instituições, a partir da consciência do homem público como instrumento provocador das reformas indispensáveis à sociedade, que aí se encontra à busca de modelos e de exemplos, tanto no ser quanto no agir.

E o povo do Paraná viu e assistiu, na terça e quarta-feiras, que o seu Poder Legislativo pode, com muita autoridade, reivindicar as reformas secundárias, como legislar sobre matéria financeira e fiscalizar

as empresas estatais, numa linguagem de configuração simbólica, por ter, em primeiríssimo lugar, mostrado, em seu conjunto, já ter promovido a reforma maior de que tanto necessita este País.

O Presidente do Poder Legislativo do Paraná, engrandeceu seguramente a classe política deste Estado, por ter demonstrado a sua capacidade de homem público consciente da responsabilidade assumida conduzindo, com firmeza e serenidade, as duas sessões mais difíceis, com certeza, de seu mandato como dirigente maior da Assembléia Legislativa".

A esta minha manifestação somam-se os dois eminentes líderes das duas bancadas, do PMDB e do PDS, que na sessão última da semana próxima passada, engrandeceram, por consciência e por satisfação, o trabalho maiúsculo do Presidente, Deputado Trajano Bastos, pelo benefício que trouxe em favor da imagem do Poder Legislativo no Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna para apresentar o seguinte requerimento. (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a consignação de um voto de regozijo pela passagem do 50.^o aniversário de Formatura dos Normalistas do Instituto de Educação do Paraná, a transcorrer no próximo dia 30 de maio.

Sala das Sessões em 22 de maio de 1984."

(a) ERVIN BONKOSKI

"Senhor Presidente, Srs. Deputados.

No ano de 1934, o Instituto de Educação do Paraná formava uma de suas mais brilhantes turmas de normalistas.

Noventa e oito jovens atingiam um ideal em suas vidas ao receberem seu diploma, fruto de muita abnegação e sacrifício. Era dia 30 de maio e a antiga Assembléia Legislativa do Estado (no prédio onde hoje funciona a Câmara Municipal de Curitiba), recebia um grande público para compartilhar com eles essa imensa alegria.

Eram 17 rapazes e mais 81 moças a iniciar a caminhada de um futuro de aspirações e esperanças, numa confraternização inesquecível.

Muitos desses formandos deixaram uma indelével contribuição ao Paraná nos mais diferentes campos de atuação, quer na política, na cultura ou no magistério.

Hoje, passados 50 anos daquela festividade, são por nós reverenciados com profunda admiração, carinho e gratidão.

Impossível seria destacar-se a atuação de todos. Por isso, relembramos aqui apenas alguns nomes, sem que se injustice os demais, pois servirão apenas uma melhor ilustração de nosso pronunciamento.

Assim, queremos relembrar as figuras de Ernani Santiago de Oliveira, que chegou a ser nosso prefeito municipal; do renomado médico Heitor Dutra Silva; um José Muggiati Sobrinho, jornalista, advogado e escritor; de um Oney Borba, advogado, historiador e escritor; dos engenheiros Alaor Barbosa Borba e Flávio Maurer; de um Lauro Esmanhotto, que foi vereador e também diretor do Instituto de Educação do Paraná; de um Ildefonso Marques, Meretíssimo Desembargador

e Magnífico Reitor de nossa Faculdade de Direito e da Professora Maria Clara Brandão Tesserolli, que se destacou como vereadora no Legislativo Municipal e também da Professora Edy Capriglione, liderando até hoje inúmeras promoções sociais e religiosas.

Muitos abraçaram o magistério e foram insígnies mestres, alguns diretores das mais importantes escolas paranaenses, tais como: Argentina Nicz Roda, Jair Correia da Motta, Doralice Sponholz, Iracema Lour, Jurema Mastek, Marina Adam e Nadir de Andrade.

Com sua inteligência e saber, todos colaboraram cada um com seu precioso quinhão em benefício da comunidade.

Desempenharam relevantes cargos nas atividades pública e privada. Constituíram suas famílias e se tornaram exemplos de trabalho e dedicação.

Outros, já cumpriram sua missão aqui na terra, porém são por nós considerados imperecíveis, deixando apenas uma doce saudade por não poderem, em vida, compartilhar daquela alegria de outrora. A eles, nosso respeito e veneração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por uma demonstração de afeto e reconhecimento por tudo o quanto fizeram e deixaram de dignificante, queremos tributar àqueles formandos o nosso preito de carinho e respeito.

Para isso, subscrevemos e estamos encaminhando à Mesa um voto de regozijo pela festiva efeméride. E pedimos a Deus que ilumine e abençoe todos os remanescentes daquela turma de normalistas, paraninfada pelo Dr. Carlos de Brito Pereira, no dia 30 de maio de 1934.

Acredito ser a melhor maneira para homenageá-los, de forma simples mas sincera, transmitindo assim o júbilo e confraternização desta Casa com nosso abraço de felicitações.

E, oxalá, possamos a cada dia 30 de maio, todos os anos, comungar com eles ao relembrar a imorredoura data.

RELAÇÃO DOS FORMANDOS NORMALISTAS DE 1.934

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------------|
| 01. Adelaide de Matos Guedes | |
| 02. Alite Cordeiro de Moraes | |
| 03. Amália Franco Nogueira | 23. Edy Saporski |
| 04. Annaracy Tissot | 24. Edmé Angely |
| 05. Annahyr Rusnardo Silva | 25. Eddyde Andrade Gomes |
| 06. Aracy de Souza Feijó | 26. Eleonora Carneiro |
| 07. Aurea Ribeiro de Souza | 27. Eloina Azevedo Macedo |
| 08. Arnoldo Chiminazzo Boscardin | 28. Eloina Gugelmin |
| 09. Avany Altheia Buzetti | 29. Elvira Macedo |
| 10. Argentina Nicz Roda | 30. Estela Machado Bianco |
| 11. Aracy Lamback | 31. Estella Gonçalves Nogueira |
| 12. Belkis Ballão | 32. Ernani Santiago de Oliveira |
| 13. Cândida A. Rodrigues da Costa | 33. Gentila Ramina |
| 14. Carmem Accácia Procopiak | 34. Hamilton Bastos Manfredini |
| 15. Cinira Palmeiro | 35. Heraldo dos Santos Ramos |
| 16. Cláudia Machado da Luz | 36. Hedwiges Beuhadt |
| 17. Dalfria Franco | 37. Heitor de Araújo |
| 18. Débora Pacheco | 38. Heitor Dutra da Silva |
| 19. Dinorah Escellar | 39. Iracema Lour |
| 20. Diva Ferreira de Andrade | 40. Heredia Lady Medeiros |
| 21. Diva Martins Senteno | 41. Ildefonso Marques |
| 22. Doralice Sponholz | 42. Iolanda Cercal da Silva |

43. Ismênia Wosgerau Schmidt
44. Ivete Fonseca de Siqueira
45. Ophélia Joshasen
46. Yolanda C. Borgamini
47. José Muggiati Sobrinho
48. João Zacarkim
49. Lygia Laffitti Rocha
50.
51. Rivail Ascendino Baptista
52. Oney Barbosa Borba
53. Aloar Barbosa Borba
54. Flávio Molleta Maurer
55. Joannez Paz Ribas
56. Júlia Marques dos Santos
57. Julieta Rosa
58. Jurema Mastek
59. Justina Seiller Giglio
60. Lauro Esmanhotto
61. Leonor Boteri
62. Lenira Palmeiro
63. Lindamyr L. Guimarães
64. Ludmila Bernardt
65. Lygia de Lemos Lessa
66. Maria Clara A. Brandão
67. Maria L. M. N. Sarmento
68. Maria de Jesus Taborda
69. Maria do Carmo A. Silva
70. Maria do Carmo Teixeira
71. Maria do Carmo V. Mello
72. Maria Leocádia Leyne
73. Maria José F. F. da Costa
74. Marina Adam
75. Maria Miranda
76. Miralva de Oliveira
77. Nadir de Andrade
78. Nadir Leite de Araújo
79. Nair Correia da Silva
80. Nair Haydeé Talamino
81. Narciso Mendes
82. Nícia Reis Borio
83. Niza Figueira
84. Noêmia Gonçalves
85. Olga Maria dos Santos
86. Olindina Cintra
87. Oswaldo Cecato
88. Oswaldo Ferreira de Souza
89. Philomena Micelli
90. Ruth Carneiro
91. Sinhorinha M. M. Sarmento
92. Stella Busse
93. Themira Veiga Picanço
94. Teodésia Sttagenska
95. Yolanda Busse
96. Yolanda Oliveira da Cruz
97. Zuleika Maranhão
98. Zair Correia Bozza

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SERGIO SPADA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Lê): “Os professores universitários das autarquias

federais entram hoje na segunda semana de greve geral e nacional, sob a orientação decidida da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior.

Constam da pauta de reivindicações do movimento docente a defesa de mais verbas para a Universidade, reposição salarial de 64,8 por cento retroativa a janeiro, e 100 por cento do INPC para o reajuste de julho.

Se o Governo, de um lado, empurra as Universidades para a iniciativa privada, restringe os gastos públicos no setor e rifa todas as possibilidades de a instituição elaborar um modelo de sociedade alternativa, de outra parte, a ANDES, entidade representativa da vontade soberana de participação do corpo docente, através da gratuidade e publicidade do ensino, unificação do padrão de qualidade, consolidação da carreira e reestruturação em termos os mais amplos da estrutura de poder da instituição universitária.

Neste processo de luta dos contrários, o Governo Federal procura dividir e isolar os professores universitários, apresentando-os como advogados de si mesmos, na medida em que não se submetem ao arrocho salarial implementado pela política econômica da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. E o faz dentro de uma perspectiva de liquidação da Universidade pública e gratuita, já que deixa em estado de absoluta agonia os Hospitais Universitários, os Restaurantes, os Centros de Pesquisa e os seus servidores.

A Universidade Federal do Paraná, a título de exemplo, traz em seu interior uma Fundação privada, que crescentemente domina as áreas vitais do saber e da produção científica. A comunidade universitária denuncia a irregularidade e o Governo, procurando esvaziar a luta pela Reestruturação da Universidade, acena com a execução de Programa de Reavaliação da Reforma Universitária. Só que o faz sem um mínimo de sensibilidade política, pois coloca, em nosso Estado, o general Alípio Ayres de Carvalho, ex-deputado federal pedessista para presidir os trabalhos do Programa. Assim não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Universidade deve ser centro de excelência e não refúgio para o nepotismo, o aproveitamento, o privilégio.

E o Ministério da Educação e Cultura, enquanto as Universidades Federais estão paralisadas, é bombardeado por inúmeras denúncias de corrupção, sem que nenhuma providência concreta seja adotada. O mesmo ocorreu em relação aos empréstimos secretos que o MEC tentou captar o ano passado de instituições financeiras internacionais, num montante de 200 mil dólares, à revelia do Congresso Nacional e do conjunto da sociedade civil brasileira. Permanecem sem punição, igualmente, os fantásticos desvios de verbas do salário-educação, somando dezenas de bilhões de cruzeiros que foram alocados para os bolsos das mantenedoras particulares. A isto tudo o MEC faz ouvidos moucos, sobrando tempo para a Senhora Ministra da Educação para posar fotograficamente na promoção de moda feminina do figurino multinacional, como recentemente noticiaram os jornais.

Neste quadro de disparates, falcaturas, irresponsabilidade é difícil determinar a quem cabe o dever de buscar alternativas para a superação da crise com que se deparam as nossas Universidades uma vez mais. Os professores já elegeram os seus porta-vozes, através da Professora Maria José Ferez Ribeiro, eleita semana passada, Presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Resta agora saber quem será o porta-voz do Executivo, no regime do desgoverno, da ausência de

voto e legitimidade. Enfim, Sr. Presidente, o importante é saber que o Governo terá de ceder, pois que os professores reivindicam a decência, a dignidade, a soberania, o respeito à Lei. Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!"

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Gostaria de felicitar o nosso colega Deputado Márcio Almeida, pelo importante trabalho que Sua Excelência tem realizado em favor das entidades assistenciais. É um trabalho de muito idealismo, de muito vigor, de muita fé. E aproveitar, nobre Deputado Márcio Almeida, aproveitando este ensejo feliz na tarde de hoje, de apelar ao Governador José Richa, para que Sua Excelência dê maior apoio às entidades assistenciais do Paraná. Tem-nos cortado o coração, encontrarmos em Curitiba mulheres, homens, dirigentes, líderes religiosos, dirigentes de entidades assistenciais, que vêm do interior quase que, já no desespero, no sufoco, na tentativa angustiante de conseguir verba do Governo do Estado, para tocar as entidades assistenciais, os asilos, as creches, os orfanatos, institutos de cegos, institutos de surdos, e lamentavelmente nós temos constatado, Srs. Deputados, que os dirigentes de entidades assistenciais, que vêm a Curitiba, voltam decepcionados com o tratamento, que lhes é proporcionado pelo Governo José Richa.

Quer dizer, eles acabam contraindo despesas de hotel, de transporte, para chegar até Curitiba, em busca de verba, porque tem muita entidade que chega a ficar até ameaçada de paralisar sua atividade, e de repente, encontrar aqui muito verbo e nada de verba.

E quando a gente liga o rádio, a televisão, abre o jornal e vê uma campanha incessante do Governo José Richa, propaganda de casas, da comunicação social, de Secretarias, de Banco do Governo, de entidades ligadas ao Governo do Estado, a gente gostaria de sugerir aqui, que se gastasse menos dinheiro em publicidade, de SANEPAR, de COPEL, e se ajudasse mais a essas pessoas abnegadas, que com muito amor, muita garra têm desempenhado um papel muito nobre, e muito cristão, no nosso Paraná. Mas, infelizmente, o Governo José Richa, está muito falho, muito precário, no tocante à falta de apoio, de ajuda financeira, às entidades assistenciais.

Eu aproveito esta tarde aqui, para apelar ao coração do Sr. José Richa, apelar à sua sensibilidade, apelar ao seu espírito cristão, para que Sua Excelência, gaste menos dinheiro em propaganda, porque a melhor propaganda de um Governo, é aquela que é feita pelo próprio povo, de boca em boca e não adiante a gente ficar vendo só propaganda de SANEPAR, de COPEL, e do Governo do Estado, e vemos as entidades assistenciais do interior frustradas, com a falta de recursos financeiros.

Por último, Sr. Presidente, passando para outro assunto, eu quero também hipotecar apoio, ao nosso colega Nestor Baptista, pelas graves acusações de irregularidades do Porto de Paranaguá.

Quanto ao atual Superintendente, está aqui a denúncia, gastou mais de trezentos milhões de cruzeiros, para indenizar pessoas, inclusive parentes, do atual Superintendente, pessoas que estavam já próximas da aposentadoria, mas que foram "demitidas", só para receberem 30, 40, 50 milhões de cruzeiros, cada demitido, a custa do dinheiro do Governo do Paraná, encabeçado pelo Dr. José Richa. Eu acho um abuso vergonhoso do atual Superintendente do Porto de Paranaguá, e esta acusação trazida na imprensa hoje, eu acho que merece toda a análise cuidadosa desta Casa, e da própria CPI da Corrupção, porque são trezentos milhões de cruzeiros, que foram jogados fora, e não é dinheiro do Superintendente, o Sr. José Vicente Elias, é dinheiro do Governo do Estado do Paraná utilizado para demissão, até de parente do atual Superintendente.

O nosso apoio ao Deputado Nestor Baptista e a gente vê, ainda, sobre esse problema de corrupção a nota que a ilustre Bancada do PMDB divulgou ontem, e pela primeira vez a própria nota oficial do PMDB chega a falar, falando do caso Garanhão - Belmiro, a própria Bancada numa nota oficial já transforma o caso num episódio de corrupção, dizendo, "que o tratamento que hoje o povo vê ser dado no Paraná às questões de corrupção é tratamento que o povo quer ver ser dado no Paraná, é o tratamento que a Nação exige para todas as denúncias a nível nacional. Fica aqui o registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Esta Casa ouviu, acima dos interesses políticos, acima dos interesses partidários e de grupos, e no interesse soberano do povo, este não submetido a conveniências momentâneas e nem posto em jogo no confronto de posições de A ou B, os Secretários de Estado Erasmo Garanhão e Belmiro Valderde, para que fosse demonstrada a imensa capacidade de um povo de democratizar, desde que seu Governo o deseje realmente.

De certa forma, este meu intróito foi parafraseando o nobre Deputado Augusto Carneiro, que em pronunciamento feito nesta Casa, na data de 14 de maio, segunda-feira passada, veio dar mais uma demonstração de que o partido da minoria não tem a menor condição de fazer Oposição, nem de maneira construtiva, nem de maneira alguma, frente a fatos que, apesar de alegados não têm a mínima condição de sobreviver a uma análise mais acurada; só podem ser colocados da forma distorcida e simplista com que o foram, e aguardar-se que sejam esquecidos.

Porém, deveria o nobre Deputado escusar-se de trazer à tribuna tais colocações, pois seria de se esperar que alguém as rebatesse, agora sim, no interesse político, partidário e, acima de tudo, no interesse soberano do povo do Paraná, que deveria ser, tão somente, a verdadeira ótica dos fatos, e não distorcidas visões, transmutadas visões do que representa o Governo José Richa.

Não nos consta, por atos e fatos, que esteja ocorrendo uma condição de marasmo administrativo,

e parodiando o ilustre Deputado Gabriel Manoel, cito um ditado popular: "pior cego é o que não quer ver". Onde está situado o tal marasmo aventado pelo Deputado Augusto Carneiro?

Talvez nas Secretarias e órgãos governamentais que tiveram condições de responder, em menos de dez dias, um requerimento de pedido de informações feito pelo partido da minoria, há algum tempo, e que envolvia nada menos do que doze órgãos da administração direta, e pelo menos dez da administração indireta, contendo um sem-fim de informações condensadas em um volume de aproximadamente 400 folhas. Deve-se depreender que tal rapidez de resposta a tamanha pergunta é advinda de tal marasmo, só que um marasmo diferente do que existia no Governo anterior, que no máximo dava aos nossos pedidos de informação o rumo da posteridade.

No mesmo erro, ainda, incorre o Deputado Augusto Carneiro quando, textualmente, vem de público dizer: "nada, absolutamente nada, de obras, realizações e promessas cumpridas". Erro crasso este cometido, pois em somente 14 meses de gestão, 14 meses de gestão, repito, sendo que doze meses trabalhando com um orçamento aprovado pelo Governo anterior, o Governo Richa conseguiu trazer ao Paraná um desenvolvimento notável em todas as áreas, mormente quando se sabe que o nosso Estado atravessou uma das agruras piores no ano de 1983.

E conclamo ao nobre Deputado Jorge Maia, que tenha paciência, que relataremos tudo que foi feito nestes 14 meses de Governo José Richa..

No que tange à transparência do Governo, de fato este o é. Se não o faremos pelo fato afirmado por Sua Excelência de que "existem privilégios de uns na manipulação de poderes extrapolados em evidentes prejuízos de tantos, atingidos igualmente pela imoralidade que corrompe a todos". Este fato ocorreu, realmente, na Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, quando o Secretário detentor da Pasta se desincompatibilizou, deixando em seu lugar o Diretor Geral de então, e que usou a máquina do Poder em benefício de campanha política. Também ocorreu no BANESTADO, que foi usado com os mesmos fins; e na imprensa oficial do Estado, que imprimiu material de propaganda para o partido de sua Excelência; e na FUNDEPAR, que contribuiu com material escolar para os mesmos fins. Aonde está a autoridade moral para se vir falar de "imoralidade que corrompe a todos"? Quem tomou atitudes desse naipe não foi o nosso partido, mas, sim, o partido de Vossas Excelências.

Sempre que se fala em ideologia partidária e conceitos díspares, o assunto nos traz uma lembrança do significado da palavra "democracia". Ora, que outro sistema permitiria que tal leque de ideologias pudesse conviver junto? Decerto que em nosso partido existe tal conveniência, e ela se faz de uma maneira extremamente razoável, tendo-se em vista que os conceitos são tão díspares quanto podem ser díspares os dedos da mão, que, no entanto, unidos, da mesma forma ocorrendo com o PMDB, que luta pela redemocratização deste País, e em Estados aonde é Governo este fato é sobejamente sentido. Mas, esperar uma ruptura no seio do nosso partido é utópico, pois aqui são permitidas manifestações as mais variadas, sempre com todo respeito às opiniões dos companheiros e, principalmente,

com vistas a se chegar a um consenso de opiniões final e único, mas isto de modo a que se atendam os interesses de toda a população que, imaginem, deve ser fatalmente representada por uma gama tão grande de ideologias.

Todavia, Sr. Presidente, todavia, Srs. Deputados, gostaria de pedir, nesta oportunidade, ao Partido da oposição, que apontasse quais seriam os membros do Governo que participariam de "polpudas somas de comissões imorais", e quais seriam estas comissões, mas pediria, também, que o fizesse com provas insofismáveis, e não com argumentos de mera retórica, como estamos acostumados a ouvir. Além do que, creio que existe nesta Casa uma CPI que visa atender a este tipo de problema, e que não conta com o apoio da própria oposição, que se exclui de, ao menos, participar com sua presença física, e só graças ao partido do Governo, a CPI se mantém funcionando. Lá é que devem ser levadas as acusações de corrupção administrativa. Lá é que devem ser levadas as acusações de corrupção que constantemente os Deputados vêm fazendo com tanta força de retórica.

De acordo com documentos em meu poder, acusações têm sido feitas ao Sr. Francisco Deliberador Neto, Diretor do DETRAN. Isto sim, um fato a lamentar, pois chegar-se ao ponto de forjar documentos com a finalidade de se atingir uma pessoa como o Diretor do DETRAN e não por uma, mas por duas vezes, que são do nosso conhecimento. Isto sim, é lento, de modo extremamente escuso, desestabilizar um órgão do Governo, que vem se pautando em suas atividades por uma batalha para se aprimorar e sanear seus serviços, e vem vencendo esta batalha. Um órgão que conseguiu diminuir, sensivelmente, a corrupção que grassava em seu seio, lembram-se? E é sobre esse órgão que incidem os ataques que, se analisados com mais atenção, visam atingir também este Parlamento, pois procuram colocar seus membros contra o Diretor do DETRAN, porém, diga-se de passagem, da forma mais infantil possível. Sou levado a afirmar que não conseguirão o seu intento, esses usurpadores baratos; o máximo que conseguirão será causar ataques de hilariedade às pessoas honestas e bem-intencionadas que, com todo o esmero, procuram elevar o bom nome que o nosso Estado tem no cenário nacional.

Que fique registrado na memória de todos, que mesmo após todo esforço que o Governo dispense, na luta para se mudar o estado de coisas para melhor, existem elementos mal-intencionados que agem unicamente em proveito próprio, ainda que em detrimento da coletividade; elementos que buscam o Poder como meio para atingirem a propósitos escusos e inconfessáveis.

Porém, de balde é seu esforço, como o prova este laudo do Instituto de Criminalística, que coloca por terra o intento virulento, demonstrando até que ponto podem chegar estes crápulas. Ao crime!

Percebem os nobres colegas a profundidade deste fato? Agora eu pergunto: a quem interessaria esta desestabilização? Certamente que não ao nosso partido. Escuso-me de formular acusações, aqui e agora. Virei a esta tribuna denunciar os responsáveis por ato tão indigno perpetrado, não contra o Governo, mas contra o próprio povo do Paraná, e expô-los, com o maior prazer, à execução pública.

Referindo-me, novamente, ao pronunciamento do Deputado Augusto Carneiro, tenho orgulho em dizer que os "foros de celebridade" que este Governo ganha, contrariamente ao depreendido por Sua Excelência, é motivado exatamente pelas suas realizações profícuas, levadas a termo em qualquer campo, seja o administrativo, seja o político. Basta que se consultem os documentos necessários, e a assertiva de Sua Excelência cairá por terra, pois mudanças no sentido de elevação da qualidade de vida foram e estão sendo feitas, talvez não as pretendidas por Sua Excelência, que terá a possibilidade de promovê-las, quando e se for Governo novamente, mas as que o PMDB defende como as mais e de maior alcance social, e isto ficará provado no decorrer deste Governo, e demonstrado durante este pronunciamento.

Quanto a acusação de voracidade fiscal, e de discriminação odiosa, não consta que o fisco alcance somente aos simpatizantes do partido da oposição, mas creio que ele cobra o que é constitucionalmente devido ao Estado, e de outra forma não poderia ser, pois como é que seriam conseguidos os recursos destinados a tapar o furo de 80 bilhões de cruzeiros que existia no Orçamento do Estado em 1983, legado ao Governo do PMDB pelo Governo do PDS?

Esse furo foi suprido por meio de uma campanha moralizante no campo da arrecadação tributária; e não com o aumento da dívida externa, em visível detrimento da população, para locupletação de eleitos do Partido. Sabe Sua Excelência que não subsiste mais a fórmula tão famosa do "quebra-galho" e usada por tanto tempo nos governos de ARENA e PDS. Não percebe-se que quando o fisco age com rigor, sua atitude não deve ser encarada como sendo discriminatória, mas sim como austera e necessária, fato que não acontecia no Governo anterior.

E o que o Deputado classifica como "escândalos em cima de escândalos" deve ser a menção pública de atitudes moralizantes levadas a efeito por um Governo que prima pela conduta baseada em interesses da coletividade, e que considera como um dever sagrado manter esta mesma coletividade informada dos fatos que ocorrem no meio administrativo, coisa que não acontecia no Governo anterior, onde as informações eram filtradas no interesse de que se formasse a opinião pública de acordo com a verdade "oficial". Interessante maneira de agir. No mínimo é constante no livro de Jorge War - "1984" - para não dizer mais.

Se Sua Excelência me permitisse gostaria de fornecer-lhe alguns subsídios para que arrolasse algumas iniciativas que representam um benefício para o povo. Permita-me citar e agora então, para acalmar um pouco o Deputado Jorge Maia. Permita-me citar o programa de microdestilaria que merece profundos elogios da CENAL - Comissão Executiva Nacional do Alcool. Por ser considerado o melhor programa existente na atualidade, não comprometendo recursos externos, criando tecnologia nacional que evita o pagamento de "royalties" e evitando o famoso passeio do álcool. Tanto é um bom programa, que de 6 Estados da Federação que tem interesse na assinatura de convênios visando a aquisição da tecnologia desse programa, quatro são governados por Governos

do PDS. O que demonstra, em hipótese, que ainda existem homens de visão em todos os Partidos.

Passemos então ao Projeto CLIC, levado a efeito pela COPEL. Qualquer um sabe que esse projeto levará até o fim do Governo Richa, os benefícios da eletricidade a cem mil usuários, só na área rural. O que talvez não se saiba, é que no primeiro trimestre deste ano, já foram efetuados mais de 25 mil inscrições, número este, que será o limite permissível de se atender até o final deste ano. Talvez não se saiba que foi conseguida uma sensível diminuição dos custos, com conseqüente redução do preço final ao usuário.

Tudo isto, motivado por uma dinâmica orientação no sentido de aquisição de novas tecnologias e simplificação nos serviços. Tome-se por exemplo, uma ligação rural de 5 kwa que no ano passado custava 650 mil cruzeiros, mais 200 mil cruzeiros pela entrada de serviço, perfazendo um total de 850 mil cruzeiros. e, que, atualmente, custa um total de 636 mil cruzeiros completos. Considere-se ainda, que este custo já pode ser financiado diretamente pela COPEL e até em 4 vezes com uma correção de somente 8,5 por cento.

Acredito, firmemente, na profundidade das medidas tomadas por este Governo no campo dos benefícios sociais. Posso até particularizar mais o meu fornecimento de subsídios, informando ao nobre Deputado Augusto Carneiro sobre realizações efetuadas num município de sua área de atuação política, mais precisamente nos municípios em que Vossa Excelência foi o Deputado mais votado. Entre os quais encontram-se alguns administrativos por prefeitos do PDS e para ser exato, no período compreendido entre 15 de março de 1983 a 14 de maio do corrente ano. Para tanto eu vou passar ao Presidente uma relação do que foi atendido os prefeitos de Vossa Excelência e Vossa Excelência terá oportunidade de observar que não houve discriminação mas que houve sim, realização com honestidade e com decência.

Há que se considerar mais. Para o próximo tópico a ser analisado, a influência da crise econômica que se abateu sobre este país há partir de 1982 e da estagnação sofrida em nosso crescimento econômico, determinada por uma política federal sabidamente recessiva, tornou-se quase impossível, determinar um crescimento significativo no nível de emprego. Apesar de todas as dificuldades citadas, conseguiu-se num período de doze meses de nosso Governo, uma variação de nível de emprego da ordem de quase duas mil unidades positivas, contra uma variação na ordem de mais de 60 mil unidades negativas. Em igual período de Sua Excelência se encontrava no Poder na época. E tenha certeza, nobre Deputado, de que tal fato não foi conseguido sem que fosse dado o devido apoio à atividade administrativa, produtiva do nosso Estado.

Coerência e sensibilidade na administração da coisa pública são fatos notáveis em nosso Governo. E temos o direito de rejeitar qualquer iniciativa da oposição que nos pareça conflitante com nossas metas definitivas da política administrativa. Assim como acolheremos as medidas propostas que se colocaram os nossos olhos como sendo em real benefício e que coadunarem com os nossos

propósitos, julgamos necessário tomar atitudes como essas, por serem as usuais num Parlamento democrático.

Coerência e sensibilidade para não se discriminar municípios administrados pelo PDS, como pode observar e como pode testemunhar Altamira do Paraná, Janiópolis e Juranda, da área de Sua Excelência, Deputado Augusto Carneiro.

E inúmeros exemplos em minha própria área de atuação política, pois os Prefeitos do PDS são e serão bem atendidos em nossos gabinetes e lutaremos até juntos se preciso for para o benefício do povo do Paraná.

Não é sabidamente de nosso feito promover uma política de discriminação ou de revanchismo. Justiça e valorização das células administrativas municipais fazem parte do programa do PMDB. Nós não temos um carimbo com o dizer "oposição" para por em letras vermelhas nas capas dos requerimentos feitos por Prefeitos ou políticos do PDS.

Tal fato foi feito no passado no Governo de Vossa Excelência, fato que contribuiu para entrar o mais rápido desenvolvimento deste Estado.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Concedo, pela ordem, o aparte ao nobre Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Nobre Deputado, eu me parabeno com Vossa Excelência, pela coragem de ocupar a tribuna e responder um pronunciamento que fiz, com muita convicção e com cuidado de pronunciamento da palavra, o que sempre norteou a minha vida pública.

Digo coragem de Vossa Excelência de defender o indefensável; quero mostrar ao Paraná eficiência no Governo José Richa é realmente uma tarefa difícil que só alguém com a coragem de Vossa Excelência é que pode assumir uma tarefa desta natureza.

Vossa Excelência fez várias vezes referências a meu nome, de colocações quando eu, foi longo e extenso o pronunciamento que eu já perdi, vamos dizer, a íntegra dele, procurarei numa outra oportunidade responder item por item. Porém, a primeira indagação foi aquela de que quando eu falei que o Governo não fez nada, absolutamente nada.

Disse com convicção, não por palavras. Eu não quis me referir a que o Governo aumentou a sua arrecadação, de que o Governo recebeu 80 milhões de dívida no Orçamento, mas que na verdade só no Porto de Paranaguá e foi tão alardeado pelo Governo, lá foi arrecadado um superavit de 86 milhões o que já deu para pagar toda a dívida do Estado. Era uma previsão que não existia e que entrou a arrecadação do Porto de Paranaguá.

Mas eu quis me referir a obras, a obras, a asfalto feito neste Estado; a construção de Postos de Saúde. Eu fiz referências e citei de que o Governo alardeou com grande entusiasmo dois Postos de Saúde feitos no Estado do Paraná, quando na verdade

em outras épocas o Governo nem sequer fazia propaganda de vários e vários Postos de Saúde que eram feitos mensalmente.

Eu quis fazer referência ao que foi apregoado inicialmente de aumento de trabalho para esta gente do Paraná e que foi dito em números de cem mil empregos haveriam de se abrir. Aonde estão os cem mil empregos?

Pelo contrário, o que o Governo fez foi causar desemprego, tirando gente que estava cumprindo com a sua obrigação, e trabalhando, de uma forma revanchista, de uma forma que ficou claro o Paraná todo conhece de algumas perseguições muito injustas que foram feitas com aspecto de fundamento político.

Eu quis me referir a de que obras neste Estado que passam ser mostradas que justifique o atual Governo não existe nada, porque o quase nada, é... já podemos justificar ...

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Se Vossa

Excelência tiver paciência de ouvir até o final do meu pronunciamento, eu ainda enumerarei uma série de obras realizadas nestes primeiros 14 meses de Governo, e eu solicito de Vossa Excelência brevidade para que Vossa Excelência tenha a oportunidade de ouvir o final de meu pronunciamento.

O Sr. Augusto Carneiro — Deputado Tadeu, para não ir prejudicando o pronunciamento de Vossa Excelência, eu aguardarei e prometo que eu analisarei item por item e aonde eu, verdadeiramente, puder refazer o que disse, eu farei com muita tranqüilidade e reafirmarei as minhas posições que assim entender.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço a compreensão de Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Nobre Deputado, permite-me um aparte? Eu serei breve, Deputado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu só vou responder o aparte do nobre Deputado Augusto Carneiro, dizendo que tarefa difícil, Deputado, é governar este Estado depois de quatro anos de Governo Ney Braga, tarefa difícil, Deputado, é conseguir restabelecer a integridade moral neste Estado do Paraná ...

O Sr. Augusto Carneiro — Realmente, está muito difícil, Deputado ...

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Tarefa difícil é conduzir este Paraná a caminhos firmes e objetivos, mas o Governo Richa está conseguindo, realizações só não vê quem não quiser, e está aqui uma relação das realizações efetuadas nos municípios de Vossa Excelência: as construções asfálticas, as pavimentações estão sendo realizadas ...

O Sr. Augusto Carneiro — Lamentavelmente não houve nenhum metro.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — e em seguida eu vou enumerar alguns.

Quanto ao fato de o Governador do Estado demitir funcionários, e não declinar seus nomes, age

ele estritamente dentro do direito que lhe assegura a lei, e que garante que a informação é de inteiro segredo, e de rigorosa posse do binômio empregador/empregado, portanto, não sendo prerrogativa de ninguém, fora os citados, conhecê-las.

Não pretende nosso Governo, de forma alguma, denegir a tudo o que existia antes, porquanto temos de reconhecer que algo existia, feito por Governos anteriores, e nem poderia ser de outra forma, mas o que nos espanta é que, para uma determinada quantidade de obras, realizações, conquistas, havia uma proporção maior, muito maior, de atitudes que implicavam num verdadeiro "auê", ou seja, numa prevaricação imoral, em imagem que se assemelhava a uma pilhagem de hostes bárbaras. Graças a Deus, tal atuação era, de certa forma, contida por elementos honestos e probos, que os houve em todos os Governos, mas que em determinadas épocas eram anulados pelos desonestos, tal qual a luta entre o bem e o mal, que somos obrigados a suportar estoicamente pelo decorrer dos tempos.

Tampouco se pode afirmar que o Governador Jayme Canet foi o único sustentáculo da vitória do PMDB. Foi ele um fator importante quando, de fato, avalizou as promessas de mudanças feitas ao povo. Mas, o que de fato nos trouxe ao Poder, e isto não é ignorado pela Oposição, foi a vontade deste mesmo povo de efetuar mudanças radicais na condução dos destinos do Estado, vez que, pela expressiva diferença de votação, percebeu-se o descontentamento com respeito referida condução.

Foi a primeira oportunidade que este povo teve, desde longa data, de eleger seu representante, e o fez consciente da necessidade de se mudar, e mudar para melhor. Se assim não fosse, ficaria o povo com o partido que anteriormente ocupava o Poder e que, mesmo contando com o apoio total do Governo da União, não conseguia trazer a todos uma segurança econômica e uma igualdade social desejáveis.

Foram os erros cometidos pelo partido que anteriormente ocupava o Poder, que deram a vitória ao PMDB, que além de implantar uma política mais democrática de Poder, com efetiva participação popular, ainda tem de se preocupar em corrigir inúmeros desvios e anomalias, legados pela administração anterior. Isto sim é tarefa difícil.

Realmente, sob a égide do PMDB, o Paraná inicia uma nova escalada, tal como a mitológica Fênix ressurgia de suas cinzas, e que terá como fim a reconstrução da ordem sócio-econômica justa, e a real melhoria do nível de vida da sua população, ainda que contra tal propósito se insurjam inimigos do povo, que como personagens romanescos agem embuçados e às sombras da escuridão, trabalhando para desestabilizar um Governo, ainda que em detrimento do povo. Porém, cumpre-me, nesta oportunidade, avisar que coesos em torno de um ideal maior, tudo faremos para combater esses davassos.

E um dia, a própria história, fiel avalista dos fatos, testemunhará o acerto de propósitos ora demonstrado.

De útil, este Governo preocupou-se em não interromper a execução de nenhuma obra rodoviária; de relevante, concluiu as estradas interrompidas no Governo Ney Braga; e de benefício para a população, iniciou e concluirá neste Governo em sua gestão,

este ano de 1984, agora no mês de junho, a pavimentação da Estrada do Cerne, legítima e importante aspiração do povo do Norte do Paraná, primeira ligação Norte/Sul, através de rodovia.

Creio podermos designar como realização profícua a implantação do "Projeto Mutirão" pela Secretaria do Interior que trará à numerosa parcela, à população de baixa renda, a possibilidade da aquisição de sua casa própria e não é projeto, já está em andamento e já estão sendo construídos, é de se lamentar a desinformação do Deputado Augusto Carneiro, ao afirmar que se proclama a existência de dois milhões e trezentos mil analfabetos, quando o número que nos foi fornecido pela Secretaria de Educação e que está aqui à disposição de Vossas Excelências é de um milhão cento e onze mil e se é apregoada a eleição de diretores de escola pública é porque o fato é totalmente inédito neste Estado e foi uma real conquista do nosso atual Governo, mas poderíamos citar a Vossa Excelência na área da educação as seguintes realizações: aquisição e remessa de material didático pela FUNDEPAR para todos os Municípios do Paraná, beneficiando 400 mil crianças de primeira e segunda séries, imediato incentivo à independência e autonomia de leitura na criação de 412 bibliotecas escolares, cada uma com 150 volumes de literatura infanto-juvenil, promoção de treinamento descentralizado pelo DETEPAR para encaminhamento de técnica e metodologia visando a melhoria da qualidade de trabalho, atingindo 11.500 professores de nosso Estado, execução do projeto pré-escolar, origem de inúmeros vícios de aprendizado que também atinge atualmente 28.000 alunos, perfazendo 816 turmas na rede pública do Estado e visando principalmente as periferias urbanas. Também, a título de informação, podemos declarar que foi aplicado em atividades desenvolvidas pelo Departamento de ensino de primeiro grau a quantia de 867 milhões distribuídos na execução de três projetos na área e estão aqui os documentos comprobatórios, não são retórica, mas sim são fatos insofismáveis, existem recursos financeiros disponíveis, existem recursos financeiros disponíveis para execução de quatro projetos neste ano de 1984, no valor de quase 2 milhões de cruzeiros, recursos esses que serão implantados ainda este ano.

Concedo o aparte, pela ordem, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Muito obrigado a Vossa Excelência e Vossa Excelência que eu sempre considere um Parlamentar eficiente, hoje me decepçiona; que para elogiar, nobre Deputado, não precisa agredir. E Vossa Excelência ao elogiar o Governo José Richa, está cumprindo o seu papel; Vossa Excelência pertence ao partido que apoia a administração José Richa. Eu compreendo. Vossa Excelência está desempenhando o papel que lhe cabe, como Parlamentar do PMDB não precisa agredir ninguém. Vossa Excelência agrediu o ex-Governador Ney Braga, inquinando-o de corrupto. Mas eu desafio Vossa Excelência a vir a sua tribuna e indicar um ato de corrupção cometido por Ney Braga, nas duas vezes que ele foi Governador do Paraná. Então Vossa Excelência não precisa agredir ninguém.

Agora eu discordo da colocação que Vossa Excelência fez aí, com relação à eletrificação rural.

Eu acho que a eletrificação rural, está sendo subsidiada pelo Governo do Estado, com dólares emprestados no exterior. Empréstimo este que toda a sociedade paranaense vai pagar. Privilegia-se parcela da população do Paraná, mas a conta será paga pela totalidade da população paranaense. E se fosse um subsídio feito apenas a nequenos agricultores então ainda estaria concorde com o que está se fazendo em matéria de eletrificação rural. Mas acontece que grandes latifundiários estão também se beneficiando, desse subsídio que se faz hoje, à eletrificação rural, no Estado do Paraná. E diga-se de passagem, não com recursos do Tesouro Estadual. Portanto nenhum mérito, são cento e vinte milhões de dólares, que foram emprestados exclusivamente para eletrificação rural; e a conta será debitada à toda população do Paraná. Embora apenas uma parcela dela se beneficie. Projeto mutirão, que Vossa Excelência aponta aí como realização exclusiva do Governo José Richa, Vossa Excelência sabe que não o é. Vossa Excelência sabe que no pedido de informações que eu fiz ao Governo do Estado e da documentação que eu recebi, tem ali um empréstimo que o BNH fez, convênio assinado entre o BNH e o Governo do Estado do Paraná, exatamente para execução desse projeto. Então é dinheiro do Governo Federal.

Então, são estas duas colocações que eu faço reparos. Eu não estou, veja bem, eu não estou contestando as obras que Vossa Excelência apregoa estarem sendo realizadas pelo Governo José Richa, não estou contestando. Elas talvez estejam sendo realizadas. Apenas eu discordo desses dois itens do discurso de Vossa Excelência e repudio Vossa Excelência quando, para defender um Governo, precisa atingir um homem de bem, um homem que já prestou inestimáveis serviços ao Estado e à Nação Brasileira.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Erondy Silvério, pessoa de quem sempre eu afirmei ser sem desmerecer qualquer outro Deputado da bancada de oposição nesta Casa, um dos seus melhores Deputados.

O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado, é bondade de Vossa Excelência.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — E sou testemunha disso, porque durante quatro anos, ele conseguiu com bastante mérito, defender o indefensável, quando líder da Bancada da ARENA e do PDS no Governo Ney Braga...

O Sr. Erondy Silvério — E quero afirmar a Vossa Excelência nobre Deputado Erondy Silvério, se o Governo Federal tem feito repasse através do BNH ou através de outros órgãos, não tem feito nada mais do que a sua obrigação...

O Sr. Erondy Silvério — Exatamente, eu estou de acordo.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Porque o que o Estado do Paraná contribui para a Federação e só não tem o que merece; ainda mais, só não vem

o que lhe é justo, porque o Governo de Vossa Excelência é discriminatório. E além de tudo, o Governo de Vossa Excelência é responsável por uma organização tributária das piores possíveis.

O Sr. Erondy Silvério — Mas que Governo? Governo é do PMDB.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — O Governo Federal.

O Sr. Erondy Silvério — O Governo é do PMDB; eu não tenho Governo. Eu não sou índio, para ser governado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Mas o Governo Federal, não é de Vossa Excelência?

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência está enganado. Eu não apoio bandalheiras do Governo Federal.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Ah! bom, talvez antes de vir a esta tribuna, Vossa Excelência ele tenha mudado de partido.

O Sr. Erondy Silvério — Por favor, não me misture. É do meu conhecimento que o Sr. João Batista de Oliveira Figueiredo é filiado ao PDS. É o partido responsável... (tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) (faz soar os timpanos).

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu agradeço a Vossa Excelência que me assegure a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — É o partido de Vossa Excelência o Partido Democrático Social. (tumulto no plenário).

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Presidência solicita ao nobre Deputado Erondy Silvério, não interromper o orador.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) Sr. Presidente, eu peço escusas a Vossa Excelência e ao orador por interrompê-lo.

Mas, eu quero de uma vez por todas fixar a minha posição nesta Casa.

A minha posição é pessoal; eu pertenço ao partido político que não escolheu o Presidente da República nenhum. Ele nos foi imposto e a Nação está pagando hoje pelos desacertos deste Governo e não se pode responsabilizar o partido pelos desmandos e pela corrupção de um Governo. Como não se pode responsabilizar o PMDB por esta bandalheira que está se vendo por aí, dos dólares.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa informa ao orador que está com a palavra.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu só requeiro

a Vossa Excelência que desconte o tempo da questão de ordem do Deputado Erondy.

E peço paciência do Deputado para que, pelo menos eu possa concluir meu ponto de vista.

Eu não sei, eu acho que o partido que Vossa Excelência pertence, é o mesmo do Presidente da República.

O Sr. Mário Pereira — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu estou ouvindo com atenção o seu pronunciamento e se me permitir, eu gostaria de fazer algumas colocações a respeito da eletrificação rural que na minha opinião, foi equivocadamente colocada pelo Deputado Erondy Silvério.

Quando fala de que o Governo está subsidiando com cento e vinte milhões de dólares o programa de eletrificação rural.

O que ocorre, o programa de eletrificação rural, nobre Deputado, é que há uma participação do empréstimo do BIRD de 1/3 do total a ser aplicado pelo Governo do Estado do Paraná no programa de eletrificação rural, empréstimo este feito por uma organização oficial que, dito pelo Secretário Belmiro Valverde, é o "filé mignon" do mercado financeiro internacional. Juros subsidiados, 1/3, a contrapartida do Governo do Paraná é de 2/3.

Agora, o grande sucesso do programa de eletrificação rural é do Governo Richa, baixou os custos, não o preço, além de arcar com uma parcela maior a COPEL do que arcava dos custos dos Governos anteriores. Isto, graças a uma política de desenvolvida pela COPEL da modificação do padrão tecnológico e eu tenho um fato hoje e posso lhe elucidar muito bem o que está ocorrendo.

A COPEL tinha no Paraná somente dezesseis empreiteiras. E para conseguir ser empreiteiro da COPEL, era uma exigência de tal monta para que outros conseguissem ser empreiteiros, que o círculo era fechado.

Se aplicássemos as exigências para ser empreiteiro da COPEL, as que já eram empreiteiras, as dezesseis, só sobriam cinco. Porque, onze destas dezesseis não cumpriam com as obrigações e com as exigências a que outras empreiteiras passassem a trabalhar para a COPEL. Hoje está aberto. É concorrência pública. E isto fez com que o preço baixasse também na mão-de-obra além dos custos do material pela modificação do padrão tecnológico.

Eu acabei nobre Deputado Tadeu Lúcio, de conversar com um amigo meu que tem uma empreiteira no Estado do Paraná, que era uma destas dezesseis empreiteiras. Que na ocasião, ele meu amigo de muitos anos, reclamava que o PMDB queria modificar a estrutura e, ele que vinha a tantos anos trabalhando para a COPEL iria perder a oportunidade de trabalho.

Pois telefonei hoje a ele e, ele me disse o seguinte. Que ontem foi feito em Cascavel, concorrência pública para quarenta e duas obras. Houve obras em que nenhuma empreiteira do Estado do Paraná participou. Porque, as empreiteiras do Paraná não só as dezesseis, mas todas, não estão dando conta do volume total de obras de eletrificação rural hoje desenvolvido pelo Paraná.

Várias obras ficaram em aberto para posterior licitação.

Este empreiteiro que reclamava no início, está

satisfeito e com possibilidade de que se quisesse pegar mais obras, não pega pela capacidade do tamanho da sua empresa.

É um Governo que executa obras. Um Governo que dá trabalho às empresas paranaenses e um Governo, que principalmente, com este trabalho e com essas obras, beneficia diretamente o agricultor pelo preço muito mais baixo da eletrificação rural, valorizando o homem que gera a riqueza do Estado do Paraná, que é o homem do campo, o homem da lavoura do Estado do Paraná.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO – Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e peço permissão para incluí-lo no meu pronunciamento.

Eu dizia da área da Educação e continuo: com recursos ordinários do Tesouro, recebeu o DEPG no ano de 1982, a quantia de vinte e sete bilhões e meio, passando a mais de cinquenta e sete bilhões em 1983, e a cento e dezenove bilhões de cruzeiros previstos para 1984, o que significa um aumento de mais de 100% ao ano, no custeio da execução, supervisão e controle do ensino de primeiro grau.

Para se corrigir os desvios existentes na área da alfabetização infantil, e desvios que não criamos, foram feitos em 1983, oito projetos, envolvendo reciclagem e aprendizado de novas técnicas, por parte de mais de três mil professores; fornecimento de material de ensino, aprendizagem e didático, pedagógico a quase 17 mil crianças, e atendimento a clientela potencial de 1ª série no último quadrimestre de 1983, que beneficiou 15 mil alunos, aproximadamente. Foi também dada uma especial atenção às zonas rurais e da periferia urbana, seguindo-se uma linha de descentralização de cultura, que tornará o aprendizado mais abrangente e com maior penetração, menos superficial para os alunos.

Quanto à área de alfabetização de adultos, no ano de 1983 sentiu-se a necessidade de uma retomada de posição, buscando fundamentar uma proposta com base em princípios e técnicas de alfabetização, a partir das próprias experiências e do contexto no qual o adulto está inserido, possibilitando ao professor e ao aluno o direcionamento do processo ensino/aprendizagem, e a criação de materiais instrucionais.

Realizaram-se treinamentos, logo após nova proposta, para professores regentes da alfabetização e supervisores de todo o Estado.

Assim é que, no período de 7 a 11 de novembro do ano passado, em Maringá, e de 21 a 25 de novembro do mesmo ano, em Curitiba, foi realizado um Curso de Atualização em Princípios e Técnicas de Alfabetização de Adultos, com 40 horas de duração, sob a forma de estudo direto, tendo atingido 72 regentes de classes noturnas e 54 técnicos, na sua maioria supervisores de Núcleos e Inspetorias, num total de 126 elementos profissionais de 36 Municípios do Estado. Aproveito, portanto, para congratular-me com o Departamento de Ensino Supletivo e com o Departamento de Ensino do Primeiro Grau da Secretaria da Educação, pelo excelente trabalho de melhoria das condições de ensino básico, e espero ter demonstrado a Sua Excelência, Deputado Augusto Carneiro, a inveracidade de mais uma das suas afirmações.

Porém, passemos a outra: a afirmação de quadro

dramático na área de saúde. Simplesmente ridícula esta afirmação; só se por dramático for entendido um aumento de 1.18% do valor comparativo do Orçamento da SESB perante o Orçamento do Estado, para o biênio 83/84, em comparação ao período 80/81.

Ou então, se dramático é ter o maior percentual de destinação à área de saúde, que é de 5.10% contra 3.71% em 1980.

Mas dramático também pode ser considerado o fato de que em 1982, a SESB gastava 61% a mais em despesas administrativas do que em 1983. Ou que em 1982, a cobertura vacinal em crianças de 0 a 4 anos, contra a poliomielite, atingia a 91.5%, e em 1983 - apesar das enchentes - chegou a 94.9%. Ou que a vacinação de rotina, em crianças com menos de um ano de idade chegou, em 1983, a níveis nunca alcançados! Também é dramático saber-se que o programa de controle da tuberculose existente, ampliou-se, a partir de 15 de março de 1983, de 45.9% para 81% dos Municípios paranaenses. E que o Programa de Hanseníase passou de 58.1% para 77.7% dos Municípios?

A raiva permanece sob controle, e foi dedicado especial empenho no tratamento preventivo da doença, com o desenvolvimento e produção de soro anti-raiva homólogo, praticamente desprovido de riscos na aplicação. Devemos ressaltar o pioneirismo deste trabalho, uma vez que o soro será utilizado pela primeira vez no País, tendo sido desenvolvido por técnicos paranaenses. Só no ano passado, foram preparados ou reciclados pela Fundação de Saúde, 5.316 pessoas da comunidade e 1.145 servidores. Foi recuperado o funcionamento do Laboratório Geral do Estado, que permitirá um aumento na produção de remédios da ordem de mais de 50%, assim como outros dados podem ser verificados, desde que se tenha vontade de conhecê-los. Tudo isso será verdadeiramente dramático, nobre Deputado Augusto Carneiro?

Sua Excelência pergunta, enfaticamente, onde a coerência, quando diante de tanta gravidade no campo social - que gravidade? - aplica-se menos de 15% do Orçamento global na área social.

Estranho muito tal afirmativa, tão impropriedade, principalmente vinda de um membro insígne desta Casa de Leis.

Senão, vejamos: segundo nos consta, o Orçamento do Estado, em 1983 era de 326 bilhões e 300 milhões provenientes do Tesouro, e 66 bilhões e 100 milhões de Outras Fontes, totalizando quase 330 bilhões de cruzeiros. Ora, 15% desse valor equivaleria a quase 60 bilhões, mas como foram, realmente, aplicados quase 185 bilhões na área social, o percentual beira os 47% de aplicação na referida área.

Com respeito à Segurança Pública, está em andamento um projeto especial de aumento do grau de operacionalidade da Polícia Militar e melhoria dos meios da Polícia Civil. A melhoria da qualidade dos serviços de segurança patrimonial e pessoal representa um significativo avanço social, por se constituir num fator de diminuição das oportunidades de ocorrência de atos delituosos. A confiança nos serviços de segurança depende do pessoal e dos meios materiais disponíveis para permitir um rápido atendimento às situações conturbadoras.

A Pasta da Segurança Pública tem uma permanente preocupação com o aumento dos quadros, realização

de cursos, seminários, estágios e reciclagens bem como com o oferecimento de condições salariais mais adequadas e com a redignificação do homem policial, visando maior eficácia no desempenho funcional.

No tocante aos meios materiais, além do FUNRESPOL e do FUNRESTRAN, este projeto terá meios advindos do excesso de arrecadação do ICM, e contribuirá para que a Secretaria de Segurança tenha condições de maximizar suas ações no combate ao crime.

Tudo isto contribuindo para que a finalidade maior seja colocar a segurança ao alcance de todos os segmentos sociais, e não a serviço dos poderosos do momento.

Eu ouço, com satisfação, pela ordem, o meu colega, Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada — Nobre Deputado Tadeu.

Decididamente, o PDS não tem condições de cobrar do Estado aquilo que ele não está fazendo na parte que lhe toca no âmbito federal. O Governo do Estado do Paraná está fazendo obras; Vossa Excelência enumerou um elenco muito grande de obras que estão sendo feitas no Paraná com cunho eminentemente social. Agora, pedimos à Bancada do PDS que numere as obras que estão sendo feitas por esse Governo Federal que levou este Brasil a uma dívida estrondosa, a uma inflação, à recessão, à estagnação. O que está fazendo o PDS? O PDS desta Casa não tem condições morais de cobrar e dizer que o Governo do PMDB está discriminando os Prefeitos do PDS. E os dados comprovam, nobre Deputado. No projeto do PRAN, nenhum Município do PDS foi discriminado.

No convênio com a Secretaria da Educação, todos receberão igualmente, a parte que lhe toca para pagar os Srs. Professores do município. O Governo José Richa, é o caso de Foz do Iguaçu, estará investindo em breve, em breve mesmo, cem milhões de cruzeiros que serão destinados a obras que visem a gerar emprego, para combater um mal terrível criado pelo sistema do regime do PDS, que foi a ITAIPU BINACIONAL, que é uma verdadeira praga no Município de Foz do Iguaçu.

O governo José Richa está destinando cem milhões de cruzeiros para aquele nosso município. Ao contrário do que acontecia nos governos de Ney Braga, onde a prática do carimbinho era uma praxe, onde o Prefeito de Corbélia, em seis anos de mandato, só falou 15 minutos com o Governador do Estado, onde o assédio, a pressão, fez com que muitos companheiros, que se elegeram pelo PMDB, da época, não conseguissem ficar no partido, e muitos mais vulneráveis saíram inclusive, do nosso partido, e passaram para a ARENA e para o PDS. É o caso do Prefeito de Londrina, o caso do Prefeito de Cascavel, o caso do Prefeito de Assis Chateaubriand. Isso sim, era discriminação, odiosa, perseguidora, que era praticada pelo governo anterior.

Portanto, a Bancada do PDS, que deu sustentação a este regime, não tem condição moral de vir a esta Casa cobrar alguma coisa que não existe, como estão aventando neste momento.

Nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, brilhante o seu pronunciamento, mostrou com dados o trabalho que o Governo do PMDB está fazendo no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e peço um pouco de paciência por parte do nobre Deputado e em seguida concederei o aparte a V. Ex^a e a todos os Srs. Deputados. Então, agradeço o aparte de V. Ex^a e peço para que eu

possa incorporar neste meu pronunciamento.

Eu concedo, pela ordem, o aparte ao nobre Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Agradeço a Vossa Excelência

Deputado Tadeu Lúcio Machado, e pedi este aparte apenas para dizer, que dado V. Ex^a fazer assim um pronunciamento prolongado, e que citou nele números e várias colocações de palavras é que é difícil assim de improvisar, e de pronto, captarmos e segurarmos todos os dados proferidos por V. Ex^a.

Então, eu devo responder este pronunciamento, concedendo-lhe também os apartes como Vossa Excelência fez, para que possamos discutir estes números, porém, hoje, neste pequeno aparte, quero fazer apenas um reparo. Quando Vossa Excelência colocou de que eu teria dito no meu pronunciamento, e de fato fiz esta citação, de que no Paraná tem dois milhões e trezentos mil analfabetos. Porém, eu critiquei esta postura, dizendo que o Governador, através da sua mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, na sua página 15, quando se refere à educação, "é o Governo do Paraná que fez esta afirmação não nasceu deste Deputado. E referindo-se a esta afirmação, é que nós dissemos, de que esta afirmação, no meu entendimento, não poderia ser verdadeira, era uma desinformação, por parte do Governo, não deste Deputado. Mas, mesmo admitindo que isto acontecesse, nós criticamos esta postura, porque não concordamos de que num Estado de oito milhões de habitantes, aproximadamente, tivesse dois milhões e trezentos mil analfabetos, como diz a mensagem de Sua Excelência, o Sr. Governador.

Mas, o restante do pronunciamento de Vossa Excelência, eu estudarei, e depois responderei, com oportunidade de Vossa Excelência contestar as minhas posturas

Muito obrigado pela atenção de Vossa Excelência.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e confesso que vou aguardar ao pronunciamento que Vossa Excelência deverá fazer em breve da tribuna desta Casa.

Concedo o aparte, pela ordem, ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Eu agradeço, e vou usar no Horário da Liderança, um aparte ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, para responder ao Deputado Sérgio Spada, as infantilidades que ele disse no aparte a Vossa Excelência.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu concedo o aparte ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Nobre Parlamentar, falou-se alguns Parlamentares do PDS têm-se referido nesta Casa em relação aos Prefeitos do PDS. Eu sou testemunha, há cerca de trinta dias atrás fui procurado por um Prefeito do PDS, que me desejava apenas um favor, que eu permitisse a ida dele até o Governador José Richa para agradecer uma obra realizada pelo Governo do Estado. Curiosamente levei o Prefeito até lá, e sabe o que esse Prefeito do PDS disse ao Governador José Richa, "Governador, há mais de doze anos, e nesse interim eu já fui Prefeito anteriormente, há mais de doze anos nós imploramos uma ponte, Vossa Excelência ao terminar o seu primeiro ano de trabalho já está entregando ao povo de nossa cidade essa ponte. Essa é a discriminação que o Governo José Richa faz ao PDS.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e quero afirmar que esse acontecimento não ocorreu só com Prefeito da área de Vossa Excelência. Eu sou testemunha e acredito que outros Deputados de minha Bancada são testemunhas

da quantidade de números de Prefeitos do PDS que têm elogiados através de órgãos de imprensa a administração do Governo José Richa, comprovando desta forma, de que não existe discriminação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa concede dois minutos para concluir sua oração.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Mas, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, para concluir meu pronunciamento eu quero solicitar aos Deputados da Bancada do PDS, a situação em que o País atravessa é das mais difíceis possíveis, por vias de consequência o nosso Estado também atravessa semelhante situação. Governar um Estado num período normal já é difícil, num período de crise é quase que impossível. Se está sendo possível governar um Estado de maneira honesta, idônea e descente, como está sendo feito, só está sendo possível graças a um homem como o Governador José Richa, é e neste momento que a população do Paraná, independentemente de partido política espera dos nobres Pares do PDS nesta Casa que antes de fazer qualquer acusação, que antes de vir a esta Casa fazer ou levantar qualquer ato, que primeiro procurem saber a verdade, que primeiro procurem basear-se em fatos, que procurem documentar-se, que não tentem de nenhuma forma desestabilizar o Governo, porque desta forma vocês estarão desestabilizando o Estado do Paraná, que não pertence ao PMDB, que não pertence a nós Deputados, que não pertence a José Richa, mas que pertence a todo povo, ao povo paranaense como um todo. E que os Srs. Deputados do PDS, assim como nós, tenham responsabilidade também. Por isso nesse momento de dificuldade eu consinto aos nobres Deputados do PDS que se unam à luta do nosso Partido, que é de dar melhores dias para nossos filhos, melhores dias para os netos de todos vocês, melhores dias para o futuro deste Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do espaço que lhe é reservado.

(Pausa) — Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ABLERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Tadeu Lúcio Machado é um esforçado advogado da causa errada. Seu discurso que foi provavelmente preparado no Palácio Iguaçu, nada mais faz do que trazer a esta Casa alguns dados já conhecidos oficialmente por este Poder em razão da Mensagem que o Sr. Governador mandou à ALE prestando contas das suas atividades no exercício de 1983. Não esclarece, entretanto, o esforçado governista, tudo o quanto o Paraná clama; tudo o quanto o PMDB mente; tudo o quanto a população exige.

Quaisquer Secretarias de Estado que se analisa hoje, a começar pela falta de segurança, até à falta de saúde, indo para a educação, onde os professores já começam a se manifestar pela greve, ou chegando à Secretaria dos Transportes, qualquer uma delas, nós verificamos que houve um crescimento, sim, houve uma atuação muito grande dos Secretários, mas foi um crescimento da mordomia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não o crescimento de obras.

Ora, é ridículo vir a este Estado dizer que o programa de eletrificação rural é como “reinventar a roda”. Ora, é um programa cujo processo de

financiamento, este sim, sem juros, exorbitante, mas, sobretudo, se comissão escandalosa, porque foi negociado pelo Governo passado.

Pensa o Deputado Tadeu Machado que aquele axioma que diz “quanto mais repetir uma mentira, a mentira acaba se transformando na verdade”, possa ser verdadeiro neste Plenário.

Sabemos que algumas poucas obras que o Governo tem feito, poucas, pálidas, pequenas, inexpressivas, têm sido feitas graças a recursos do Governo Federal, e o Governador José Richa tem elogiado o Ministério de Transporte dizendo...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência se acautele, Vossa Excelência estava nervoso na tribuna, agora está nervoso no plenário também. Não quer ouvir a verdade, Vossa Excelência se acalme nobre Deputado. Calma, calma! Vossa Excelência já cumpriu o seu papel. Vossa Excelência vai conseguir mais dois ou três empreguinhos por aí, já fez elogios ao Governo, Vossa Excelência se acalme, Vossa Excelência está no seu papel...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Pela ordem) — Vossa Excelência mantenha a palavra do Deputado na tribuna.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita, antes de conceder pela ordem, a Mesa quer que seja assegurada a palavra ao orador que está na tribuna, e só lhe será dada se ele conceder, e solicita que os nobres Deputados mantenham a ordem na Casa, para que esta sessão possa prosseguir.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado. (Tumulto)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lamenta, mas havia antes dois Deputados que tinham pedido “Pela Ordem”. Primeiro, o Deputado Tércio.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Então, Vossa Excelência conceda, mas me assegure a minha Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, está com a palavra o nobre Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, eu pedi um aparte ao nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado e ele não me deu. Acho que deve assegurar a palavra ao Deputado que está na tribuna desta Casa. Agora, o que nós não aceitamos é que os Deputados venham à tribuna e pichem todos os Deputados do PDS e todos os Governadores. Antes de se jogar a pedra, nós temos que ver o telhado dos outros. Não admito mais, seja de quem for dos Deputados da atual situação, que marginalizem todos os Deputados desta Casa. Com todo respeito que tenho, devem “dar o nome aos bois”, e o Deputado não deve vir aqui e dizer “O Prefeito procurou”. Dê o nome ao Prefeito, dê o nome ao Deputado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa vai decidir. Quando o orador está na tribuna e não quer conceder aparte, cabe ao orador da tribuna decidir se quer ou não. É isso que a Mesa está procurando fazer, e concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós ouvimos, infelizmente, através do atrevimento do Deputado Tadeu Machado, querer taxar todos os Deputados do PDS de inoperantes e coniventes como o não acontecido. Mas ele fez um discurso que nada disse da realidade, não enumerou as verbas que o Governo

Federal tem enviado a este Estado, para que o Governo do Estado e Sua Excelência o Secretário dos Transportes inaugure obras com o dinheiro do Governo Federal, mentindo ao povo...

(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa cassa a palavra...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Vossa Excelência pode cassar a palavra, mas o Deputado não pode porque tem igualdade comigo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa é que está cassando e solicita aos nobres Deputados que tenham compreensão. A Mesa, antes de conceder a palavra ao orador que está na tribuna, concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu agradeço a Vossa Excelência e só à guisa de informação, tenho razoável conhecimento do Regimento Interno desta Casa, e sei que a nenhum Deputado do Plenário cabe o direito de cassar a palavra de quem quer que seja. Então, a afirmativa do Deputado Tércio Albuquerque não é verdadeira. Sr. Presidente, o fato que realmente choca nesta tarde é de observar o nobre Deputado Líder da Oposição, aguerrido Líder da Oposição, nesta Casa, que sempre demonstrou e sempre pautou com uma postura exemplar na tribuna, vir cair abaixo, acusando que nós viemos à tribuna defender o Governo em troca de empregos. O Deputado demonstrou que não tem competência para liderar bancada nenhuma.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa cassa a palavra e solicita que os Deputados mantenham ordem na Casa e devolve a palavra ao orador que está na tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu consulto Vossa Excelência se Vossa Excelência vai descontar do tempo da Liderança da Oposição às questões de ordem, algumas com cabimento e outras descabidas, como o discurso do Deputado Tadeu Machado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa irá descontar no final o tempo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pois bem. A irritação do Deputado governista talvez tenha sido porque esclareci, Sr. Presidente, que ele era um Deputado esforçado, talvez porque tenha dito que o Deputado Tadeu Machado fez um esforço intelectual, pessoal, para defender o seu Governador. Se Sua Excelência não ficou satisfeito com o que eu disse, por tê-lo denominado de esforçado parlamentar, eu vou mandar, vou dizer que Sua Excelência é um diligente trabalhador do Palácio Iguaçu. Espero, Sr. Presidente, como ele é um “diligente”, “tarefeiro”, que também seja um diligente Parlamentar e aceite agora, dentro do Parlamento que é a Casa do convívio dos contrários, outras idéias, outras opiniões. Opiniões e idéias que não ficam em relatórios adrede preparados, mas que na verdade consubstanciam aquilo que o povo já sabe. O Paraná está literalmente parado.

Depois do escândalo dos dólares, mais nenhuma notícia se tem de uma obra, de um trabalho, de uma realização. O governo parou, parou por que, Sr. Presidente? Para comemorar algum fato? Para tomar alguma postura administrativa política? Não. O Governo

parou porque há o escândalo dos dólares no Paraná, porque aqui, nesta Casa, perante até os diligentes parlamentares do PMDB, ocorreu a mais séria denúncia, que a Bancada do PMDB ontem, em nota oficial, declara: que há um clima de corrupção no Paraná. Por isto, nós podemos dizer, alto e bom som, que na verdade o Governo do PMDB é o Governo da mentira e o Governo Calil Richa do Paraná, é o regime do mordomato. E agora, ao invés de fazer obras sociais, vai comprar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um avião a jato para transformar a mordomia do Paraná em mordomia a jato.

Mais quatro milhões e meio de dólares serão gastos pelo Governo que antes da eleição combatia a mordomia e depois de eleito, eleva as verbas de representação dos gabinetes dos Secretários em mais de mil por cento, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O novo escândalo do Paraná vai guardar só uma similitude com este escândalo que está nas páginas dos jornais e das revistas brasileiras, é que o escândalo também vai ser por dólar. Também o Governador José Richa que se dizia nacionalista, que se dizia contra o empréstimo em dólar e a favor da indústria nacional, agora deixa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, velado tudo o quanto que pregou. Resolve vender os aviões, todos os aviões do Estado e vai comprar ou um “Citation made in Usa” ou um “lead jet”. Estas são as obras que o Paraná quer? E os cem mil empregos prometidos na campanha eleitoral? E a moralidade administrativa defendida nos palanques? Onde fica, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Será que o Paraná vai ser embaído mais uma vez com discursos fracos de assessores palacianos?

Não, Sr. Presidente e Srs. Deputados! O Paraná quer a verdade, quer um clima de moralidade administrativa e é por isto que a Bancada do PDS, apresenta nesta tarde, um requerimento convocando o Secretário Chefe da Casa Civil.

Todos os Parlamentares estão recordados, quando aqui esteve o Secretário do Planejamento do PMDB, este que defende apenas a parte dos bancos nos empréstimos, ele declarou que o Secretário Chefe da Casa Civil, Euclides Scalco, confirmava todas as denúncias que tinha a respeito da corrupção patrocinada pelo Secretário das Finanças.

Pois bem, como o Secretário Chefe da Casa Civil foi trazido à colação, agora este Plenário deve também ouvir o Secretário Chefe da Casa Civil. E é por isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que vou passar a ler a justificativa do pedido de convocação dos Secretários, feito pela Bancada do Partido da Oposição, nesta Casa.

Antes, porém, vou conceder os apartes, pela ordem, solicitados pelos Deputados Airton Cordeiro e Tércio Albuquerque.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência está cometendo um erro. Eu fui o primeiro a solicitar o aparte de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência que erre sozinho; não se preocupe com os meus erros.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Um pouquinho de ética parlamentar lhe faria bem, Deputado. Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e discuta entre a Bancada do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa concede a palavra ao orador que está na tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência já está correndo como fez ontem?

O Sr. Airton Cordeiro — Sr. Presidente, eu peço permissão a Vossa Excelência para oferecer o aparte, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência está com a palavra, eminente Deputado.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Luiz Alberto, os Deputados do PMDB, nesta Casa, alguns muito farsantes nas suas ações montaram uma chamada CPI da Corrupção, e hoje voltam a bater na mesma tecla da corrupção de governos passados. Causa profunda estranheza que o PMDB com o poder nas mãos não tenha apurado até o momento nenhum caso de corrupção. Se fez um alarido neste Paraná, na tentativa de desmoralizar o ex-Secretário da Saúde, Deputado Federal Oscar Alves; foi feita uma representação ao Procurador Geral da República que não reconheceu na representação do PMDB desta Casa nada que pudesse tipificar qualquer delito tanto do ponto de vista do Código Eleitoral, quanto do ponto de vista do Código Penal.

Mas Suas Excelências com o poder econômico que lhes confere a máquina governamental, e uso indiscriminado do Banco do Estado do Paraná, Suas Excelências esparramam por este Estado notas oficiais do PMDB, como que querendo justificar os problemas que hoje por uma possível, eventual ou acidental omissão do passado, se esquecendo que não apresentaram nada de concreto, passados tantos meses da instalação da chamada CPI da Corrupção.

Vossa Excelência é benevolente, Deputado Luiz Alberto, quando fala que o Governo do PMDB parou por causa do escândalo dos dólares. Este é um governo parado desde que se implantou no Paraná. Não se tem conhecimento de uma ação eficaz do Governo; em todo este Estado as verbas prometidas para a educação pelo Governador José Richa perante mais de cem prefeitos do PDS, em dezembro do ano passado, estão sendo liberadas agora, cinco meses depois. Quando professores quase pereceram; quando prefeitos foram colocados em cheque por uma situação social impositantíssima.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — É o Governo “tartaruga”.

O Sr. Airton Cordeiro — E muitos tiveram que ser dispensados. Trarei a esta Casa...

O Sr. Orlando Pessuti — O “outro” era ligeirinho!

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Mas nunca pagou comissão como vocês estão pagando, roubando aos cofres do povo, ouviu Deputado? Deputado Pessuti! Viu, nunca pagou comissão de corrupção com o Governo de vocês estão pagando agora. Era ligeiro para atender o povo, mas não era ligeiro para pôr a mão no jarro.

O Sr. Airton Cordeiro — Trarei a esta Casa, Deputado Luiz Alberto, brevemente, mais um escândalo do Governo participativo do PMDB. Todos nós vemos pela televisão, lemos nos jornais que a Banestado- Corretora de Valores é a maior empresa do ramo no País, empresa, Senhores Parlamentares, que foi recebida pela gestão José Richa em março de 83 com três bilhões de lucro e que fechou o seu balanço encaminhado ao Banco Central, em dezembro de 83, com um bilhão de cruzeiros de prejuízos, no entanto...

O Sr. Tércio Albuquerque — Minha Nossa Senhora!

O Sr. Airton Cordeiro — No entanto, se faltou em gastar em um semestre duzentos e cinco milhões em verbas publicitárias. É documento oficial que está no Banco Central.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Mas Vossa Excelência me permite dialogar com Vossa Excelência, eminente

Deputado?

O Sr. Airton Cordeiro — Com muito prazer.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Os diálogos de Vossas Excelências são muito importantes, valorizam mais...

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência assegura a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa assegura a palavra ao orador que se encontra na tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, eu não quero responder e nem quero dialogar com um Deputado governista rançoso, Sr. Presidente, estou dialogando com um Deputado de outro nível, que é o Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Entre as oposições, as Vossas Excelências...

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa solicita ao nobre Deputado Tadeu que mantenha...

O Sr. Airton Cordeiro — A dignidade, Sr. Presidente, a dignidade...

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A calma...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Manterei, a dignidade eu mantive sempre, Deputado, eu mantive sempre.

O Sr. Airton Cordeiro — Dignidade parlamentar, dignidade parlamentar.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está com a palavra...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito que Vossa Excelência tome as providências legais do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Que Vossa Excelência continue a sua palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência veja bem, nobre Deputado, este dado que Vossa Excelência revela, hoje, acho que causa espécie até para os Deputados governistas, porque eu li nas matérias pagas pela imprensa que essa BANESTADO Corretora era o primeiro lugar entre as corretoras no País inteiro.

O Sr. Airton Cordeiro — A outra mentira, outra mentira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Mentira? Mais uma mentira do Governo. Quer dizer que deu um prejuízo de um bilhão de cruzeiros? E o furo de caixa do Banco do Estado? Quanto será que é, Deputado?

O Sr. Airton Cordeiro — Anda na casa dos 60 bilhões de cruzeiros.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Este é o Governo eficiente, este é o Governo do PMDB.

Continue com a palavra, nobre Deputado.

O Sr. Airton Cordeiro — Apenas para deixar muito clara a posição que nós Deputados do PDS temos adotado.

Interessa-nos esclarecer, com muita clareza, com nitidez, o que se passa nesse Governo. Não foram dez cruzeiros, nobre Deputado Luiz Alberto. Foram setecentos e quarenta e quatro mil dólares que o Paraná pagou em intermediação espúria nos empréstimos internacionais. Num mesmo período em que uma simples empresa da administração direta — a COPEL, contratou empréstimos internacionais pagando um por cento num caso, meio por cento no outro para empresas vinculadas aos próprios bancos financiadores, sem a intermediação inescrupulosa de qualquer empresa estranha dentro do processo de financiamento. Nós queremos só isso. Se o PMDB não teve no passado competência, se não teve coragem, se não teve...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Se não foi conivente...

O Sr. Airton Cordeiro — ... condições para oferecer denúncias concretas como estas, ficamos a imaginar que tem razão o ex-Governador Haroldo Leon Peres, quando outro dia solicitou a um jornal de Maringá que confirmássemos uma declaração em que comparávamos o Governo Richa ao seu governo, e dizia-me o jornalista, lá de Maringá: — “Haroldo Leon Peres se sente ofendido com a comparação”.

Isto é triste, Deputado Luiz Alberto. Haroldo Leon Peres saiu porque tinha o seu mandato conferido por um Presidente, era Governador de um voto só. Este Governador que aí está frustra o Paraná, e o equívoco dos paranaenses há de ser suportado, infelizmente, pelo sofrimento desses milhões de paranaenses que trabalham para que a prodigalidade governamental jogue o seu dinheiro pela janela.

Muito obrigado, meus parabéns pelo pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço o aparte de

Vossa Excelência, logo em seguida concederei o aparte também a Vossa Excelência, Deputado Márcio Almeida, mas eu gostaria inclusive de dizer a Vossa Excelência que é ridícula e infantil a nota oficial do Secretário das Finanças, afirmando que o Banco Central não regulamenta o pagamento de comissões internas, e que portanto, este assunto...

O Sr. Airton Cordeiro — Ele não regulamenta mas veda.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Veda, e não existe lei neste Estado.

A Assembléia aprovou uma lei mandando fazer o empréstimo internacional de acordo com as normas do Banco Central, Sua Excelência o Secretário Garanhão deveria ter menos assessores de comissão e pelo menos um assessor jurídico, para mostrar a ele a diferença entre o Direito Privado e o Direito Público.

No Direito Privado nós podemos fazer tudo aquilo que a lei não veda, mas no Direito Público o administrador só pode fazer aquilo que a lei manda, é um princípio do Direito Administrativo, onde a autorização, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que o Secretário Erasmo Garanhão (inaudível) a corretagem aonde até um despachante de trânsito, para ser um despachante de trânsito, precisa ter uma autorização legal para exercer a profissão.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o incompetente Secretário das Finanças revela o total desconhecimento de matéria administrativa, não só nesta nota oficial mas também na nota oficial onde ele promete processar o Secretário Belmiro Valverde Castor.

Ora, não sabe o Secretário das Finanças que neste Estado tem um Procurador Geral, se ele quiser processar alguém na condição de Secretário de Estado, ele tem que se valer da Procuradoria Geral do Estado, nunca tentar contratar um advogado, lamentavelmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é um governo que fica marcado, estigmatizado pelas denúncias, de tão transparente já ficou difuso, já virou opaca a transparência do PMDB; a gente através do vidro transparente do PMDB vê uma corzinha verde por trás: desta transparência, e Vossa Excelência sabe bem o que é, Deputado Acir, Vossa Excelência sabe o tamaninho dela, por isso, eu concedo o aparte ao Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa concede dois minutos para concluir sua oração.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu concedo os dois minutos restantes ao eminente Deputado Tércio

Albuquerque.

(Tumulto no plenário)

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — A minha cor verde é a cor da Constituição, e a cor verde é a cor da corrupção.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem) Solicito de Vossa Excelência que peça que se expunja das notas taquigráficas o termo “corrupção”, que o nobre Líder da Oposição destinou ao ilustre Parlamentar Acir Mezzadri.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa defere.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência desconte o tempo. Eu não fiz nenhuma acusação de corrupção com relação ao Deputado Acir Mezzadri...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência disse...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, estou falando com a Mesa. Não estou falando com menino de recados do Palácio Iguaçu.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa, antes de conceder a palavra, Pela Ordem, mandará expungir todas as palavras ofensivas aos Deputados, de qualquer forma, e concede a palavra, pela ordem.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, eu não aceito o termo “menino de recados” e peço a Vossa Excelência que mande expungir das notas taquigráficas.

Entretanto, “menino de recados” nesta Casa é o Líder da Oposição. “Menino de recados” do Tribunal de Contas do Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa manda expungir da mesma forma as palavras ofensivas ao Deputado. E está com a palavra o Líder do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, este é o samba de uma nota só, da Bancada do PMDB. A única acusação que se faz a este Parlamentar que tem uma longa vida na política do Paraná, e da sua família também, a única acusação que se pretende lançar, torpe, maldosa, é esta feita pelo diligente Deputado palaciano.

Pela Ordem, Sr. Presidente, eu gostaria de responder a Vossa Excelência porque eu não fiz nenhuma acusação com relação ao Deputado Acir Mezzadri. Respeito Sua Excelência. Acho-o um Deputado corajoso, atuante, não faria uma colocação com relação à corrupção, nem faço com relação ao diligente Deputado governista. Não, eu não conheço nenhuma atitude de corrupção de Sua Excelência.

Agora, fiz a declaração de corrupção, porque a Bancada do PMDB, na nota oficial, declara que não vai ficar ao lado dos atos de corrupção praticados no atual Governo.

Estou me valendo das declarações da Bancada do PMDB, que no último parágrafo estabelece...

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) (Faz soar os tímpanos) A Mesa encerra a Hora do Expediente e passaremos à Ordem do Dia.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, Vossa Excelência encerrou, e eu tenho dois minutos do aparte ao Deputado Luiz Alberto.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa já encerrou

e passa à Ordem do Dia.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Pela Ordem,

Vossa Excelência encerrou; a Bancada do PMDB não consegue esclarecer os fatos, indícios de corrupção no seu governo, tumultua a sessão plenária, até, acredito um dever que lhe assiste tumultuar, para que o povo não seja esclarecido dos fatos, e Vossa Excelência me corta os dois minutos que o Líder me destinou para que eu pudesse apartear-lo.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa não cortou.

O Líder usou os dois minutos.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — O Líder falou em Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Estava com a palavra o Líder e ele utilizou os dois minutos.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Muito obrigado a Vossa Excelência. Muito obrigado, ouviu?

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Djalma de Almeida César e Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Ervin Bonkoski e Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a devolução parcial dos documentos encaminhados pelo Sr. Governador do Estado, em resposta a pedido de informações formuladas pelo mesmo, por julgá-los incompletos. — **Deferido.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 98/83 (Mensagem n.º 119/83), que aprova Termo Aditivo n.º 01, de 06/09/83, ao Convênio celebrado em 13/06/83, entre o Estado do Paraná e o Município de UMUARAMA, através da Secretaria do Interior, objetivando execução de obras de Controle da Erosão Urbana, no citado município. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 116/83,

(Mensagem n.º 116/83, ex-Proposição n.º 112/83), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 125/83 (Mensagem n.º 151/83, ex-Proposição n.º 138/83), que aprova Convênios em 20/11/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, nos Programas de Obras que especifica. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 133/83, (Mensagem n.º 149/83, ex-Proposição n.º 136/83), que aprova Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que extingue o período de estágio probatório ao professor da Rede Estadual de Ensino, nas situações que estabelece. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.E., por unanimidade Com Emenda do Plenário Em Regime de Urgência.

Sobre o mesmo, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Tadeu Lúcio Machado, Adhail Sprenger Passos e subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o adiamento da votação por uma (1) sessão, do referido projeto. — **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a votação do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83, por 1 (uma) sessão.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/83, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que autoriza o Poder Executivo instalar Creches junto aos Postos de Saúde do Estado e dá outras providências. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F.. Contrário da C.S., por unanimidade. — Em votação.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — (Para encaminhar) Sr.

Presidente, Srs. Deputados, unicamente pelo fato de ter sido relator na Comissão de Saúde neste projeto de lei, de autoria do eminente Deputado Nelson Buffara, gostaríamos de fazer a leitura rápida da justificativa do parecer contrário ao presente projeto de lei.

Em sua justificativa, diz o nobre autor. (Lê):

“A presente proposição de autoria do nobre Deputado Nelson Buffara, visa autorizar o Poder Executivo a instalar creches junto aos Postos de Saúde do Estado do Paraná.

Em sua justificativa, o nobre autor ressalta que a finalidade principal deste projeto é dotar o Estado de uma estrutura de proteção ao menor, amparando também a família, quando a mãe tem necessidade de trabalhar fora de seu domicílio.

Quanto ao mérito, não há, nem poderá haver objeções. Entretanto, toma-se irrelevante dispor-se, em lei, que tenha

obrigatoriamente que ser junto aos Postos de Saúde.

Dependendo de vários fatores, tais como características demográficas, meios de transporte, topografia, localização da locação de mão-de-obra, pode ser que não seja justamente junto ao Posto de Saúde existente, o local mais adequado para a instalação de uma creche.

Por outro lado, é de se questionar a validade da propositura de uma medida que visa autorizar, deixando na conveniência do Executivo a adoção ou não da medida.

Por outro lado, paira dúvidas quanto ao seu cabimento, de vez que o projeto visa autorizar o que não está nem impedido nem proibido.

A realidade encontrada em nossos municípios é bem diversa daquela apresentada em argumentos da justificativa.

A grande maioria dos programas do gênero, atualmente existentes, vêm sendo executados com enorme falta de recursos, tanto materiais quanto humanos. As participações do Estado nestes programas são irrisórias precisando de uma maior ingerência financeira, e não de instalações físicas.

Já existem os convênios IAM/LBA para desenvolverem o proposto, parecendo-nos que a instalação de creches junto ou não a Postos de Saúde é uma questão de definição política de programa de governo, e nunca de uma lei "autorizatória".

Pelo exposto, somos pela improcedência do requerido pelo nobre Deputado Nelson Buffara, votando pela DESAPROVAÇÃO DO PROJETO, REQUERENDO, pelos contidos no Regimento Interno desta Casa de Leis, que o processo seja retornado à Comissão de Constituição e Justiça, para ser reestudado.

É o meu parecer.

Sala das Comissões, em 05 de abril de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA – Relator"

Esse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi o Parecer nosso na Comissão de Saúde, para o qual solicitamos a atenção e o apoio, neste momento de deliberação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) Está em votação.

A Mesa informa que fará a votação inversa, já que existe o Parecer contrário.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. — Rejeitado o projeto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – (Pela Ordem) Eu requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) A Mesa defere e irá colocar.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se.

12 Srs. Deputados aprovam o Projeto, 17 rejeitam. — Está rejeitado o projeto.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 75/83, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO GNÓSTICA DE ESTUDOS FILOSÓFICOS, CIENTÍFICOS E CULTURAIS, com sede nesta Capital. Com

parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE — CEMIC, com sede na cidade de Moreira Salles, e foro no Município de Goioerê. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/83, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública o GRUPO ESPIRITA ALLAN KARDEC, com sede e foro na cidade de Maringá. Com Parecer Favorável da C.C.J. por unanimidade. —Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 241/83, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a GUARDA MIRIM DE ASSIS CHATEAUBRIAND, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/84, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Coronel CONFÚCIO PAMPLONA, com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. —Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO ARISTIDES DE ATHAYDE, com sede e foro nesta Capital. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 119/83, (Mensagem n.º 102/82, ex-Proposição n.º 88/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos datados de 11/03/81, de 11 de junho de 1981, e 09 de junho de 1982, ao Convênio celebrado em 11 de novembro de 1980, entre o Estado do Paraná e o Município de RIO NEGRO, objetivando a construção de um microsistema de abastecimento de água. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 120/83, (Mensagem n.º 111/83, ex-Proposição n.º 106/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado em 30/11/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de ARAUCÁRIA, objetivando recuperação das matas ciliares das Bacias dos Rios Iguaçu e Passaúna. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 121/83, (Mensagem n.º 114/83, ex-Proposição n.º 109/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o

10.º Termo Aditivo de 28/06/82, ao Convênio celebrado em 02/10/75, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura e a SUDESUL, que objetiva continuar serviços da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 122/83, (ex-Proposição n.º 63/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de Contas da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais da verba designada aos Srs. Deputados, do exercício financeiro de 1982. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 123/83, (Mensagem n.º 153/83, ex-Proposição n.º 140/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08/07/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes, e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 124/83, (Mensagem n.º 152/83, ex-Proposição n.º 139/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado em 31/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de BOCAIUVA DO SUL, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, nos Programas de Obras que especifica. — **Aprovado**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 126/83, (Mensagem n.º 146/83, ex-Proposição n.º 134/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 127/83, (Mensagem n.º 144/83 — ex-Proposição n.º 120/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J. que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de PINHALÃO, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 128/83, (Mensagem n.º 143/83, ex-Proposição n.º 119/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado em 26/10/83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, e o Município de PARANAGUÁ, objetivando regular ampliação dos serviços de segurança contra incêndios e a prestação de socorros públicos. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 130/83, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que denomina “DEPUTADO LUIZ GABRIEL SAMPAIO”, o Pequeno Auditório (Plenarinho) da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 132/83, (Mensagem n.º 154/83, ex-Proposição n.º 141/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 241/83, celebrado em 13/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de JANIÓPOLIS, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 134/83, (Mensagem n.º 159/83, ex-Proposição n.º 145/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 13/10/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 135/83, (Mensagem n.º 157/83, ex-Proposição n.º 143/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de GRANDES RIOS e SANTA TEREZINHA, visando execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 136/83, (Mensagem n.º 127/83, ex-Proposição n.º 127/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 10/08/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de GUAÍRA e MATELÂNDIA, objetivando execução de obras públicas, em conformidade com o PRODOPAR. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/84, (ex-Proposição n.º 34/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as contas da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao exercício de 1982. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/84, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas individuais dos Srs. Deputados, referente a verba de Bolsa de Estudos durante o exercício de 1982. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/84, (Mensagem n.º 26/84, ex-Proposição n.º 29/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em

08/01/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de SÃO JORGE DO IVAÍ, objetivando execução de obras para recuperação de pontes. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/84, (Mensagem n.º 14/84, ex-Proposição n.º 17/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o 12.º Termo Aditivo de 21/10/83, ao Convênio celebrado em 02/10/75, entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, objetivando execução do programa que visa dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156/83, de autoria do Deputado MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA, que dispõe sobre a Ação Social do Estado, no que respeita à educação, habilitação e integração das pessoas com deficiências e dá outras providências. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e S.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 156/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º — O Estado obriga-se a realizar uma política de prevenção e de tratamento, de educação, habilitação ou reabilitação e integração das pessoas com deficiência, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização de seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais, tutores ou curadores.

Art. 2.º — A noção de pessoas com deficiência, para os efeitos desta lei, abrange as pessoas portadoras de deficiências físicas não sensoriais, deficiências sensoriais (auditivas e visuais), deficiência mental e os portadores de deficiências múltiplas.

Art. 3.º — A política de educação, habilitação ou reabilitação e integração social igualitária deverá proporcionar aos deficientes as condições de adequada formação escolar e profissional e as oportunidades de trabalho e de convívio comunitário, que lhes permitam o pleno desenvolvimento da personalidade.

Art. 4.º — Ao Estado compete fomentar e desenvolver a criação de estruturas adequadas, nomeadamente escolas especializadas e centros de formação e de readaptação profissionais, que assegurem e acelerem a integração social das pessoas com deficiência. Tais escolas e centros serão públicos e gratuitos.

Art. 5.º — O Estado reconhece o valor social da iniciativa particular, estimulando a intervenção das instituições privadas de solidariedade social na prossecução dos objetivos dos artigos anteriores.

Art. 6.º — Em execução do estabelecido na presente Lei, o Estado promoverá a gradual concretização e adequação dos direitos reconhecidos às pessoas com deficiência.

Art. 7.º — Fica criado o Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social, a quem incumba:

I — Assegurar às pessoas com deficiência a efetiva realização de seus direitos.

II — Promover, coordenar, manter, desenvolver a ação de consciencialização da sociedade quanto aos fins e meios necessários à educação, habilitação ou reabilitação e integração social igualitária dos deficientes.

III — Estimular e desenvolver, por todos os meios necessários, as iniciativas públicas ou privadas em matéria de:

- Pré-Educação;
- Readaptação funcional;
- Reeducação profissional;
- Readaptação profissional;
- Criação de empregos;
- Segurança e Conservação do emprego pelo trabalhador deficiente;
- Ensino, educação e adaptação ao trabalho de crianças e adolescentes com deficiência.

IV — Reunir todos os elementos de informação por meio de pesquisas e estatísticas sobre a matéria especificada no item anterior, notadamente no que se refira à possibilidade de empregos.

Art. 8.º — O Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social, presidido pelo Secretário da Educação ou seu representante, é composto ainda pelos seguintes membros:

a) Secretário da Saúde e Bem-Estar Social ou seu representante;

b) Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa ou seu representante;

c) Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa ou seu representante;

d) Quatro (4) trabalhadores com deficiência ou parentes de pessoas físicas ou mentalmente deficientes;

e) Oito (8) representantes de associações de deficientes.

Art. 9.º — Os membros do Conselho serão nomeados pelo Governador do Estado, pelo período correspondente ao termo de seu mandato, de lista elaborada pelas respectivas instituições.

Art. 10.º — Compete ao Conselho elaborar o regimento interno até sessenta (60) dias após a posse.

Art. 11.º — O desempenho do mandato do Membro do Conselho é gratuito, proibida a percepção de gratificação ou outra forma de remuneração, e reconhecido como serviço de relevante valor social.

Art. 12.º — Constituem direitos do Conselho de Habilitação ou Reabilitação e Integração Social:

I — Participar na formulação da política estadual de prevenção e de tratamento, habilitação e integração dos deficientes e de planos ou projetos que contemplem o respectivo setor;

II — Participar na fiscalização e controle da execução de planos e medidas administrativas que visem satisfazer os interesses das pessoas com deficiência;

III — Pronunciar-se por sua iniciativa, ou sob consulta do governo, sobre as providências necessárias ao desenvolvimento do ensino especial, da formação cultural, técnica e desempenho profissional das pessoas com deficiência;

IV — Participar, junto aos poderes públicos em nível consultivo, da elaboração da legislação estadual no que respeita à política de prevenção e de tratamento, habilitação e integração das pessoas com deficiência;

V — Receber todas as informações necessárias ao exercício de sua atividade.

Art. 13.º — O Conselho será coadjuvado por um grupo permanente de funcionários administrativos, técnicos e especialistas, encarregado de estudar todas as questões que lhe sejam submetidas, exercer a Secretaria do Conselho e dar publicidade às suas atividades.

PARÁGRAFO ÚNICO — Não serão criados cargos nem empregos para os fins deste artigo.

Art. 14.º — O Conselho reunir-se-á pelo menos seis vezes ao ano, por iniciativa de seu presidente.

PARÁGRAFO ÚNICO — Poderá ainda ser convocado extraordinariamente pelo seu presidente, ou o requerimento de um terço de seus membros, para se ocupar de assuntos específicos.

CAPÍTULO II

DA CRIAÇÃO DE EMPREGOS RESERVADOS

Art. 15.º — Fica assegurado que do quadro de servidores

ou empregados da Administração Indireta do Governo do Paraná façam parte pessoas com deficiência, com os direitos e os deveres consignados na Lei, com vista a concretização pelo Estado do direito da pessoa com deficiência ao trabalho.

Art. 16.º — Os órgãos compreendidos na Administração Indireta são obrigados a, com prioridade, empregar pessoas com deficiência, ocupando-se no percentual mínimo de cinco (5) por cento de seu quadro permanente de empregados ou servidores técnicos e administrativos, dando-lhes atividades adequadas à sua condição.

PARÁGRAFO ÚNICO — Incumbe aos órgãos referidos neste artigo assegurar estrutura técnica adequada que permita a realização e o desenvolvimento dos meios necessários à integração ao trabalho das pessoas com deficiência.

Art. 17.º — Até noventa (90) dias após a regulamentação da presente Lei dos órgãos da Administração Indireta apresentarão ao Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social número de empregos reservados nos respectivos quadros, e relacionarão as medidas previstas para assegurar aos deficientes o acesso ao trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: Anualmente, os órgãos da administração indireta remeterão, ao Conselho, assento ou ficha funcional, por pessoa deficiente, onde constarão obrigatoriamente:

- a) data de admissão, cargo ou função que desempenha;
- b) remuneração e tempo de serviço.

Art. 18.º — As entidades da Administração Indireta, através de declaração especial, comunicarão ao Conselho a existência de vaga no emprego reservado, bem como a existência de emprego qualquer, quando o percentual da entidade empregadora tenha sido atingido.

Art. 19.º — No prazo de dez (10) dias de recepção da declaração especial, o Conselho apresentará à entidade empregadora candidato ao emprego.

PARÁGRAFO ÚNICO — Na falta de candidato, a entidade empregadora poderá preencher a vaga com emprego não reservado, fazendo-se compensação, oportunamente.

Art. 20.º — Se a entidade da Administração Indireta se recusar a contratar o candidato sob a alegação de que é portador de deficiência que impossibilite o exercício das funções básicas do cargo ou emprego, será, no prazo de dez (10) dias constituída Junta Médica nos termos do Art. 23 e seus parágrafos, para examiná-lo e emitir parecer conclusivo.

PARÁGRAFO ÚNICO — Mantida pela Junta Médica a inaptidão, poderá o candidato, não sendo unânime o laudo, recorrer, no prazo de trinta (30) dias, ao Secretário da pasta a que estiver vinculada a entidade, que decidirá, ouvido o Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social.

Art. 21 — O disposto neste Capítulo aplica-se por igual à Administração Direta, que reservará, com prioridade, empregos aos deficientes em percentual a ser fixado pelo Secretário da Administração, de modo a assegurar-lhes o direito ao trabalho em condições de exercer uma profissão.

CAPÍTULO III

DO EXAME MÉDICO PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA APROVADA EM CONCURSO

Art. 22 — Por ocasião dos exames médicos pré-admissionais em pessoas com deficiência, nomeados em virtude de aprovação em concurso público de qualquer natureza, será observado, como princípio, a necessidade de integração do candidato no serviço público, sempre que a deficiência de que seja portador, não impossibilite, na época do exame, o exercício das funções básicas do cargo.

Art. 23 — Na hipótese de o deficiente ser considerado inapto, o órgão que realizou a inspeção constituirá, de ofício, no prazo de trinta (30) dias, junta Médica para os exames a que se refere o artigo anterior, comunicando o fato ao Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração So-

cial.

§ 1.º — Da Junta Médica farão parte, no mínimo, um (01) médico clínico, dois (02) médicos especialistas na deficiência de que é portador o candidato e um (01) médico com conhecimentos da reabilitação da mesma deficiência.

§ 2.º — É facultado ao candidato indicar um (01) médico a seu critério, para integrar a Junta Médica.

Art. 24 — Mantida pela Junta Médica a inaptidão, poderá o candidato, não sendo unânime o laudo, recorrer no prazo de trinta (30) dias, ao Secretário da Administração, que decidirá, ouvido o Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social.

Art. 25 — O Poder Executivo, regulamentará a presente Lei no prazo de cento e vinte (120) dias.

Art. 26 — A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

"Não basta declarar e reconhecer os direitos do homem. Torna-se necessário realizá-los e promovê-los na realidade social e no Estado. Os direitos fundamentais nunca estão integralmente realizados; e a sua realização efetiva está sempre aquém do exigível e do possível. A própria transformação social vai exigindo novas garantias, criando novos direitos, alargando o espaço de realização dos direitos fundamentais".

(Vital Moreira)

1. O presente projeto de lei tem como razão primeira e principal, dar cumprimento ao imperativo constitucional inscrito no Artigo 158 da Constituição Estadual, que diz: (Lê):

"É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

- I — educação especial gratuita;
- II — assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social;
- III — proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
- IV — possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos".

Trata-se, pois, de dar execução à regra constitucional que proclama os direitos da pessoa com deficiência.

Eis aí, portanto, no que se traduz a presente proposta: concretizar a ação social e política do Poder Público no que respeita à educação, habilitação ou reabilitação e à integração social da pessoa com deficiência.

E chegou o momento de explicitar em um diploma legal alguns princípios, algumas soluções que permitam atender às mais prementes necessidades dos deficientes, o que, na verdade, constitui, de há muito uma realidade na generalidade dos países.

Assim já a Organização das Nações Unidas formulou a Declaração dos Direitos do Deficiente (Resolução n.º 3 447, de 09 de dezembro de 1.973).

Essa declaração afirma em relação aos deficientes o princípio da igualdade de direitos e o compromisso assumido pelos Estados membros — por força da Carta das Nações Unidas — de promoverem "a melhoria dos níveis de vida, o pleno emprego e as condições de progresso e desenvolvimento na ordem econômica e social".

Significa isto o reconhecimento, como diz a própria Declaração, do valor eminente da pessoa humana.

De resto, o reconhecimento do valor indeclinável da pessoa humana implica necessariamente no reconhecimento de igual dignidade social a todas as pessoas.

A concessão de direitos às pessoas com deficiência, proposta pelo projeto, por corresponder a uma contemplação ao desenvolvimento da norma constitucional, busca compensar a situação de fato de carência, de incapacidade ou de menor proteção, em que se encontram, de regra, os deficientes, de modo que esses direitos apareçam como instrumentos de concreta e efetiva realização da igualdade social.

E ainda dentro do mesmo espírito, cumpre lembrar que a questão vem tratada em diversas constituições: no Art. 38 da Constituição italiana; no Art. 71 da Constituição portuguesa; no preâmbulo da Constituição francesa e no Art. 49 da recente Constituição espanhola onde o princípio da igual dignidade social sustenta a ação do Estado no que respeita à reabilitação e integração social igualitária.

Em nosso Estado pode-se afirmar que existe a consciência da necessidade de concretizar medidas de apoio aos deficientes — desenvolvendo medidas administrativas que traduzam o compromisso do governo na execução do princípio constitucional e atendam àquele justo anseio social.

A finalidade é expressar princípios, diretrizes da ação social do Estado, que garantam adequada proteção aos deficientes, e, desde já, promover medidas e soluções necessárias para corrigir ou superar as situações de fato, em que se encontram as pessoas com deficiência, e que constituem restrições ou obstáculos ao efetivo exercício dos seus direitos fundamentais, por exemplo, o exercício do direito ao trabalho, do direito à educação e à cultura, do direito à saúde.

2. Merecem participar destaque três pontos do projeto:

a) criação do Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social, a quem compete assegurar aos deficientes a efetiva realização de seus direitos e a quem está reservado particular e importante ação comunitária, na sua ação de conscientização da sociedade quanto aos fins e meios necessários à habilitação e integração igualitária dos deficientes (Arts. 7.º a 14).

A idéia central que informa e preside a criação do Conselho radica na concepção de que o Estado deve forjar formas de abertura à participação popular na elaboração dos atos administrativos e legislativos, que digam respeito ao homem — ao homem real — com seus direitos e deveres (pessoais, políticos, sociais e econômicos) mas também com seus problemas e necessidades, que estão a reclamar ou a exigir soluções.

É com essa intencionalidade que o projeto concebe o Conselho: pretende que os deficientes participem (participação direta e através de organizações) na resolução dos problemas que lhe dizem respeito.

A estrutura do Conselho está adequada à sua função de órgão de consulta descentralizada, destinado a canalizar a participação de trabalhadores deficientes, de grupos (associações) no equacionamento e na solução de problemas concretos como o emprego, a reabilitação ou habilitação, a educação.

Ainda neste contexto de idéias, optou-se por explicitar os direitos do Conselho, como expressão da necessidade e dos interesses dos deficientes: participar na formulação da política estadual de prevenção, de tratamento e de integração dos deficientes, de planos e projetos que contemplem o respectivo setor; participar na fiscalização e controle da execução de planos; pronunciar-se sobre as providências necessárias ao desenvolvimento do ensino especial, da habilitação ou reabilitação e integração social.

É no Conselho, portanto, que se encontra situado o problema da realização dos direitos da pessoa com deficiência.

E sob este ponto de vista podemos dizer que a realização dos direitos fundamentais em larga medida dependerá da ação do Conselho. Donde a conclusão de que a sua dimensão participativa é uma componente essencial de garantia da efetiva

realização dos direitos fundamentais.

b) Com vistas à concretização pelo Estado dos direitos da pessoa deficiente ao trabalho, as regras dos Arts. 15 a 21 impõem à administração Direta e Indireta o dever de ocupar um certo percentual de trabalhadores deficientes em empregos reservados, de modo análogo ao que ocorre com alguns países europeus.

c) Por último, o projeto disciplina os exames médicos pré-admissionais no serviço público de pessoa com deficiência aprovada em concurso (Arts. 22 e 24).

Temos assim concluído um rápido esboço do projeto que pretende ir ao encontro dos valores, interesses e necessidades da pessoa com deficiência.

Transformá-lo em lei, eis aí uma tarefa que vale a pena realizar e para a qual todos estão convidados”.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 156/83

PARECER

1. De autoria do nobre Deputado Márcio José de Almeida, o projeto trazido a exame por esta Comissão de Constituição e Justiça, nos chega técnica e devidamente articulado e, ainda mais, plenamente justificado.

2. A iniciativa intenciona dar total aplicabilidade à Emenda Constitucional n.º 13, de 02 de dezembro de 1981, configurada pelo artigo 158, I, II, III, IV, da Carta Estadual, dispositivo esse conformado com a Resolução n.º 3.447, de 09 de dezembro de 1973, da Organização das Nações Unidas que consubstancia a Declaração dos Direitos do Deficiente.

3. O que estranha, exatamente, é o Legislativo, nessa feliz iniciativa, obrigar-se, por Lei, a regulamentar dispositivo Constitucional auto-aplicável.

4. Louvável, entretanto, a coragem demonstrada ao exigir total respeito às normas Constitucionais vigentes, para que não continuemos a assistir a uma desintegração incessante das finalidades primordiais dos poderes públicos.

5. É momento de pararmos de prosseguir por estradas esburacadas e encetar caminhos mais concernentes com nossa realidade, para não termos o desprazer de trilharmos sendas piores.

6. De nossa coragem para enfrentar os percalços hodiernos e de nossa presteza para combater o cancro dos desajustes sociais e a odiosa discriminação, é que dependem todas as atividades tendentes a renovar conceitos, aviventar alguns já esquecidos e restabelecer a prática das atividades necessárias e essenciais.

7. De outra parte, ajusta-se a medida às disposições vigentes atinentes à espécie, sem ferir qualquer ditame legal.

8. Por tudo isso, a mais o constante da bem lançada exposição de motivos anexa ao projeto, corroborada pelos documentos carreados ao processo, por seu autor, somos favoráveis à aprovação do projeto de lei em exame.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Relator.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 156/83

PARECER

De autoria do nobre Deputado Márcio Almeida, o presente projeto de lei tem por finalidade estabelecer critérios sobre a eficácia da ação social do Estado, no que concerne a habilitação ou reabilitação e integração das pessoas com deficiências, e dá outras providências.

O projeto está devidamente justificado, e demonstra

o cuidado com que o legislador encara tão relevante problema da nossa sociedade atual, o qual seja, o amparo do Poder Público às pessoas com deficiência.

O Estado Moderno vem, através de diversas atitudes dos órgãos públicos dar novas dimensões no tratamento mais propício aos indivíduos com problemas de deficiência, quer física ou mental. Esta filosofia política necessita, no entanto, de mecanismos eficazes que possam sedimentar e estruturar com bases sólidas as medidas preconizadas. Tal plano de lei no seu bojo visa atender a preceito constitucional numa amplitude que procura atingir todos os campos de ação do Estado.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Saúde, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, louvando-se a iniciativa face à sua oportunidade.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1984.

(aa) MÁRCIO ALMEIDA — Presidente;

NELSON VASCONCELLOS — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 262/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que dá nova redação ao artigo n.º 131, do Estatuto dos Funcionários Cívis do Estado, conforme especifica. (Assegura vantagens funcionais ao servidor em exercício de mandato eletivo Federal ou Estadual). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—

Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 262/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 131 — Durante o exercício de mandato eletivo federal ou estadual, o funcionário fica afastado do exercício do cargo, incorrendo entretanto em todas as vantagens e promoções funcionais inerentes aos servidores que estão em efetivo exercício, contando-se-lhe integralmente o tempo de mandato para fins de aposentadoria.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 262/83

Art. 131 — Durante o exercício de mandato eletivo para o qual se exige ficar afastado o funcionário do cargo, incorrerá a este todas as vantagens e promoções inerentes aos servidores em efetivo exercício, contando-se-lhe, para todos os efeitos legais, o tempo de mandato.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

EZEQUIAS LOSSO — Relator.

Apoiamento:

Tadeu Lúcio Machado, Gilberto Carvalho, Amélia Hruschka, Homero Oguido, Fuad Nacli e uma assinatura ilegível.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei Complementar N.º 262/83

O presente plano de lei, de lavra do nobre Deputado Tadeu França, tem por objetivo modificar a redação

do artigo 131, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cívis do Estado.

A proposição é oportuna pois vem adaptar o referido diploma do Estatuto dos Funcionários Públicos Cívis do Estado à Constituição Estadual.

Assim, o parecer é favorável à aprovação da matéria, com a redação do substitutivo em anexo, para melhor adequação dos dispositivos de Lei Maior.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI N.º 262/83

PARECER

O presente projeto, de autoria do ilustre Deputado Tadeu França, visa dar nova redação ao art. 131, do Estatuto dos Funcionários Cívis do Estado, e conforme especifica.

A douda Comissão de Constituição e Justiça houve por bem conceder ao presente plano de lei, parecer favorável, com emenda, para assim melhor adequá-lo aos dispositivos de Lei.

Do ângulo desta comissão estamos de pleno acordo com a intenção do nobre autor, opinando-se por sua aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente;

NELSON VASCONCELLOS — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 230/83, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que dispõe sobre dispensa das atividades de seu cargo de Funcionário Público e Presidente da "Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná", conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade.— (Publicado no D.A. n.º 132/83, de 22/11/83.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 230/83

PARECER

Com o presente plano de lei o ilustre Deputado Paulo Furiatti, pretende dispensar das atividades do cargo de funcionário público, o Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

A medida proposta como esclarece o autor, visa proporcionar ao Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, maior agilização nos problemas prioritários daquela entidade, tendo em vista, que atualmente o trabalho dedicado àquela associação é somente nos finais de semana e após o expediente normal.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que, nada há que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, já que inexistem óbices capazes de comprometer o êxito do projeto.

Nestas condições, nosso parecer é favorável à aprovação.

Sala das Comissões, em 20 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

ERVIN BONKOSKI — Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI N.º 230/83

PARECER

O nobre Deputado Paulo Furiatti, objetiva, com o presente plano de lei de sua autoria, que o funcionário público ocupante da função de Presidente da Associação

dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, fique dispensado da carga horária a que o mesmo esteja obrigado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou sobre a matéria, emitindo parecer favorável.

No âmbito da competência desta Comissão de Recursos Humanos, não temos a opor à normal tramitação do projeto pelos demais órgãos da Casa.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL - Presidente e Relator.

Sobre o mesmo, requerimento de autoria do Sr. autor, Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja transformado o Projeto de Lei n.º 230/83 que dispõe sobre a dispensa do Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, do cargo que ocupa na administração estadual, em sugestão ao Chefe do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidos estudos mais abrangentes, inclusive com modificação do Estatuto dos Servidores do Estado, se necessário, para atender situações análogas.

— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14/84, de autoria da Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, que declara de utilidade pública o “SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMPO MOURÃO”, com sede e foro na Cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

— **Aprovado (Publicado no D.A. n.º 006, de 15/03/84).**

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 14/84

De autoria da nobre Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que visa tornar de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Mourão.

Por se tratar de um órgão de alta representatividade e que ao longo de sua existência vem prestando relevantes serviços gratuitos à classe operária rural, e por estar o mesmo enquadrado perfeitamente no teor da Lei n.º 6.994, de 10.01.78, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/84, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a “Comunidade Evangélica Luterana Bom Pastor”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 006, de 15/03/84).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 15/84

PARECER

1.º — De autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado ODENI MONGRUEL, o presente projeto de lei objetiva declarar de utilidade pública a “COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA BOM PASTOR”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

2.º — Analisando a documentação que acompanha o processo, verificamos que são indiscutíveis os altos propósitos da entidade a ser beneficiada, pois já presta inestimáveis serviços à referida comunidade, nos campos de assistência social, religiosa e cultural.

3.º — Sob o aspecto legal e constitucional, a matéria

preenche as normas exigidas pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, cuja lei regulamenta a matéria.

4.º — Diante do exposto e tratando-se de matéria altamente relevante, decidimos apresentar parecer favorável à aprovação do contido no presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública, a “Associação dos Surdos do Paraná”, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 007, de 19/03/84).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 17/84

PARECER

De autoria do ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DO PARANÁ, com sede e foro em Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
IVAN GUBERT — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 85/84), objetivando autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Xambrê as datas n.ºs 18 e 19, da Quadra 24, havidas pelo Estado por doação do referido município, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 32/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Xambrê, as datas de terreno n.ºs 18 e 19, da Quadra n.º 24, adquiridas pelo Estado do Paraná, por doação do referido município, conforme transcrição sob n.º 1.549, Livro 3A, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 32/84

PARECER

O projeto de lei que ora se examina, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 85/84, tem como finalidade, autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Xambrê, uma área de terra constituída das datas n.ºs 18 e 19, da quadra n.º 24, na referida cidade.

A justificativa que acompanha o processo, esclarece que a mencionada área fora doada ao Estado, pelo próprio município, conforme transcrição n.º 1.549, Livro 3A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, para que nela fosse construído prédio para

o funcionamento da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, obra essa, construída em outra área, mais ampla e adequada, também doada pelo Município de Xambrê.

Tratando-se de uma simples autorização legislativa, que se encontra dentro das atribuições constitucionais deste Poder Legislativo, não encontramos óbice que lhe possa antepor.

Somos, portanto, pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

ERVIN BONKOSKI — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Amália Baggio, avó do Sr. Deputado Eduardo Baggio.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Amália Baggio, ocorrido no dia 15 de maio do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Amália Baggio, ocorrido no dia 15 de maio do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, subscrito pelo Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Úrsula Lange Pedroso, ocorrido no dia 20 de maio do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Úrsula Lange Pedroso, ocorrido no dia 20 de maio do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Úrsula Lange Pedroso, ocorrido no dia 20 de maio do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Úrsula Pedroso, ocorrido no dia 20 de maio do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Úrsula Lange Pedroso, ocorrido no dia 20 de maio do corrente ano.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Mal. Henrique Teixeira Lott, ex-Ministro da Guerra.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vicente Todt, ex-funcionário do Frigorífico Baggio.— **Aprovado.**— À Diretoria

Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Úrsula Lange Pedroso, ocorrido no dia 20 de maio do corrente ano.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Mal. Henrique Teixeira Lott.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 49/84, oriundo da Mensagem n.º 87/84, do anteprojeto de lei, objetiva alterar dispositivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do egrégio Tribunal de Alçada.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei n.º 08/84.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 26/84, que transforma a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Castro, em Faculdade Estadual.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, com apoioamento de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações quanto ao Banco do Estado do Paraná S/A.— **Aprovado.**

O SR. SABINO CAMPOS (Pela Ordem) — Sr. Presidente, para que seja consignado na Ata que foi aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa faz consignar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banestado S/A., encarecendo a instalação de um Posto de Serviço do mesmo, no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio por telex, de moção de solidariedade ao XXIII Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES, a ser realizado nos dias 10, 11, 12 e 13 de maio do corrente ano, em Osasco-SP.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 47.º aniversário do Município de Mandaguari.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a realização de reformas de recuperação de uma quadra existente na Escola Estadual Dom Bosco — Ensino de primeiro grau, no Município de Mariluz.— **Aprovado.**— À Diretoria

Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da PROMOPAR, por intermédio da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de produtos alimentícios para a assistência social, no Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a destinação de um ônibus para o transporte de estudantes no Município de Juranda.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a estadualização da Escola Antônio Lacerda Braga, no Município de Ubatuba.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário da Associação Cultural Esportiva Nipônica, do Município de Goioerê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da rodovia que liga o Distrito de Palmitópolis à Nova Aurora, sede do Município.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da rodovia que liga os Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Barracão.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo informações quanto a situação do inquérito aberto pela Resolução n.º 321/83, a fim de apurar irregularidades na concessão de créditos do ICM, envolvendo as Firms IBATE-Cereais de Café Ltda. e Máquinas Carraro Ltda, no Município de Mandaguá.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a suspensão da tramitação do Projeto de Lei n.º 125/83, e o seu posterior arquivamento em definitivo.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a necessidade da continuidade do funcionamento da Agência de Rendas do Município de Rio Bom.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a criação de um horário matinal na linha Siqueira Campos-São Paulo.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo seja incluído o Município de Siqueira Campos na linha de ônibus que faz o percurso "Wenceslau Brás-Londrina." — **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior solicitando o envio de expediente a Senhora Mirian Mari Vieira, regozijando pelo 4.º lugar alcançado no concurso Miss Paraná, realizado no Município de Paranaguá.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 2.º aniversário de emancipação política do Município de Cantagalo.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Televisão Paraná, Canal 4, à Televisão Coroados, Canal 11 de Apucarana, e ao Jornal "O Estado do Paraná", pela realização do concurso Miss Paraná 84, bem como a Senhorita Marizabel Domingues por sua eleição como Miss Paranaguá e Miss Paraná.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, encarecendo informações quanto às denúncias de corrupção na CIRETRAN do Município de Goioerê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Jaracatiá, no Município de Goioerê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Rancho Alegre, no Município de Goioerê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação do Distrito Judiciário de Rancho Alegre, no Município de Goioerê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Bandeirantes do Oeste, no Município de Goioerê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a reinstalação da

Delegacia de Polícia do Distrito de Jaracatiá, no Município de Goioerê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação da sede da Comarca de Goioerê, da 2ª Vara Cível e Criminal.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Quarto Centenário, no Município de Goioerê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a recuperação da Escola Estadual Moreira Salles, de primeiro Grau, no Município de Moreira Salles.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a construção de uma quadra de esportes polivalente no Conjunto Residencial Vergínio Soco, no Município de São Pedro do Ivaí.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação da 3ª CIA do 10º BPM, no Município de Faxinal.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Ministra da Educação e Cultura, encarecendo a destinação de recursos de ordem financeira para a construção de uma cozinha devidamente equipada para a sede do MOBREAL, localizada no Município de Peabiru.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Jornal "O Paraná", pela passagem do 8º aniversário do mesmo.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a criação de duas salas de aula no Jardim Primavera, no Município de Goioerê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de um Instituto de Criminalística no Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo o alargamento da Rodovia Ponta Grossa-Spréa, no trecho compreendido entre o Trevo da entrada do Município de Ponta Grossa até a central armazenadora da CIBRAZEN e a construção

da terceira pista nos principais aclives existentes no trecho Ponta Grossa-Spréa.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor de Planejamento do DNER, encarecendo o recapeamento asfáltico da BR 476, no trecho compreendido entre os Municípios da Lapa e São Mateus do Sul.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à FAMEPAR, por intermédio da Secretaria do Planejamento, encarecendo informações a respeito dos recursos do PRAM, a serem aplicados nos Municípios de Alvorada do Sul, Amaporã, Arapoti, Cândido de Abreu, Goioerê, Ipiranga, Ivaí, Janiópolis, Mirador, Miraselva, Moreira Sales, Rebouças, Reserva, Salto do Itararé, Santa Cecília do Pavão, Santana do Itararé, Sarandi, Siqueira Campos, Teixeira Soares, Tibagi e Turvo.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de documentos utilizados na sessão do dia 15 de maio do corrente ano, pelos Srs. Secretário do Planejamento, à Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Externa do Brasil, da Câmara Federal.— Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações quanto a depósitos de dinheiro público em bancos particulares, em prejuízo do Banco do Estado do Paraná S/A.— Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 159 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo sejam entregues ao Sr. Presidente desta Casa de Leis todos os documentos utilizados durante a sessão do dia 15 de maio do corrente ano, para conhecimento e análise dos Srs. Deputados. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se

discussão para próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo informações a respeito de seus servidores. — Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI —(Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que a linha de ônibus que faz o trecho de Campo Mourão à Goioerê, seja estendida até o Distrito de Paraná do Oeste, no Município de Moreira Sales. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo informações a respeito dos seus programas de obras. — Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI —(Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a recuperação do Colégio Estadual João Teotônio Neto de 1º e 2º Graus do Município de Moreira Sales. — Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE —(Werner Wanderer) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de trevo de acesso ligando a Rodovia PR - 151, ao Distrito de Carambei, no Município de Castro. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornal "O Paraná", no Município de Cascavel, pela passagem do seu 8º aniversário de fundação. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação simultânea dos Srs. Secretários do Planejamento e Finanças, para

uma sessão especial, esclarecerem ao Paraná a formulação da verdade a respeito das divergências entre suas posições sobre empréstimos internacionais realizados pelo Governo do Estado. — Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA —(Pela ordem)
Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE —(Werner Wanderer) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

31 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há "quorum" para deliberação.

A Mesa procederá a verificação de votação, atendendo a solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Os Srs. Deputados que aprovam, o requerimento, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa solicita que os Srs. Deputados tomem seus assentos, e concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, tem vários Deputados no plenário, que eles estão votando automaticamente. Não estão ausentes. Tem o Deputado Quielse, Buffara, Deputado Luiz Alberto.

O SR. PRESIDENTE —(Werner Wanderer) A Mesa está considerando os Deputados que estão em plenário, nas suas bancadas, evidentemente.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Tudo aqui é plenário, Sr. Presidente.

O SR. TADEU FRANÇA — Nós somos testemunhas oculares da presença destes deputados, Sr. Presidente. Sempre valeu como prova.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Se não vota tem que sair.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, o Deputado Luiz Alberto Oliveira está contando os presentes e está ausente. Não dá para entender.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE —(Werner Wanderer) Dois Srs. Deputados aprovam e 26 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para a votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente
(Pela ordem). Na chamada nominal, constou a presença de 31 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Na chamada nominal realmente constaram, mas os Srs. Deputados podem sair do plenário nesta hora.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, os Deputados estão em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa já deu o resultado. São dois Srs. Deputados. Não há quorum para a votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de um matadouro no Município de Fênix. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na aquisição de combustíveis e lubrificantes no Município de Peabiru. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no atendimento a população em situação de carência existente no Município de Iretama. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornal "Correio de Notícias", pela sua reabertura. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo estudos da possibilidade da mudança do nome do Distrito Judiciário de Reserva para Distrito Judiciário de Rondinha, tendo em vista que o mesmo se localiza no Distrito de Rondinha no Município de Pinhão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de uma Delegacia de Polícia, bem como a designação de quatro soldados e um automóvel patrulha, para o Distrito de Rosário, no Município de Grandes Rios. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo informações referentes a participação do ITC na área da METRONOR. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo informações referentes à

METRONOR. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo informações referentes ao envolvimento da Surema com o projeto METRONOR. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo informações referentes à METRONOR. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações referentes à densidade do tráfego no trecho Londrina - Maringá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações referentes a obras rodoviárias no trecho Maringá - Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação de uma Comarca no Município de Moreira Sales. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências visando a manutenção da estrada Ponta Grossa - Rodovia do Cerne, num trecho de 22 Km. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a ampliação do refeitório e da cozinha para a Escola do Distrito de Paraná do Oeste, no Município de Moreira Sales, bem como a construção de lavatórios para a cancha de esportes para a mesma escola. — **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação do Trevo de acesso de Guaíra, na confluência das PR - 182 e 272 que se acha em péssimo estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a instalação da 2ª Vara da Comarca de Castro, já criada em lei e até agora não implantada. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso

Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Agricultura, do Interior e da Indústria e Comércio, bem como à direção da COPASA e BADEP, encarecendo a implantação de câmaras de refrigeração para conservação da produção de maçã e sementes de batata em nosso Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de verba para a Santa Casa do Município de Ponta Grossa. Em discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — (Pela ordem)

Sr. Presidente, queria saber o inteiro teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa defere e fará a leitura. (Lê o requerimento). **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente do Tribunal de Justiça, Corregedor da Justiça, e Presidente da Comissão de Organização e Divisão Judiciário do Estado, encarecendo a criação da 2ª Vara Cível e da 2ª Vara Criminal na Comarca de Pato Branco. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações quanto à dragagem no Cais Comercial do Porto de Paranaguá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária de Educação, encarecendo a destinação de um micro-ônibus escolar aos Municípios de Imbituva, Ipiranga, Ivaí e Tibagi. — **Encerrada a discussão.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem).

Senhor Presidente. (Assentimento).

Eu queria fazer uma comunicação a Vossa Excelência e solicitar o registro nos Anais dos trabalhos desta Casa, da presença do ilustre homem público, orindo como eu, da região Sudoeste do Paraná, o ex-Prefeito Assis Bandeira, Prefeito por duas ocasiões do próspero Município de Marmeleiro. Solicito que Vossa Excelência, nos termos regimentais, registre a satisfação desta Casa pela visita de tão ilustre personalidade política do Sudoeste.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa defere e solicita que seja consignado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da cópia do pronunciamento efetuado pelo Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, em resposta ao pronunciamento do Sr. Líder da Minoria desta Casa na Câmara Municipal de Curitiba. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Adhail Sprenger Passos, Gernote Kirinus; e subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador

do Estado, encarecendo que sejam acelerados, através dos órgãos competentes do Poder Executivo, os estudos para o envio à reapreciação deste Poder Legislativo, de Mensagem estabelecendo revisão aos proventos dos funcionários inativos do Estado. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Sr. Deputado Federal Valmor Giavarina, por seu projeto de resolução alterando o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Odeni Mongruel e Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "A Importância Maior", de autoria do Jornalista pontagrossense Adail Ingles, em sua Coluna "Opinião", publicado no "Jornal da Manhã". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Diretor - Presidente da PARANATUR, por intermédio da Secretaria da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos financeiros objetivando a implantação de um ponto turístico às margens da Usina Mourão, no Município de Campo Mourão. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de uma cancha de esportes para atender os alunos de Campineiro do Sul, no Município de Grandes Rios. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Rubens Bueno e Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente via telex, ao Congresso Nacional, dirigido aos Srs. Deputados Federais da Bancada do PMDB paranaense, para que estes solicitem oficialmente informações ao Sr. Presidente do Banco Central. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando a convocação do Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, para prestar informações sobre os fatos que originaram a criação da Comissão de Alto Nível, conforme Decreto nº 2934, para proceder ampla análise de todas as operações de crédito em moeda estrangeira, realizadas no atual período de Governo. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDNTE (Werner Wanderer) Adia-se a discussão para próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando

o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a concessão de uma ambulância disponível no Posto de Saúde do Município de Itaguajé. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Tadeu França, Antônio Annibelli, Márcio Almeida e subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando diligência e agilização com referência ao projeto que objetiva regulamentar a promoção e acesso dos funcionários desta Casa. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao IPARDES, por intermédio da Secretaria do Planejamento, encarecendo informações a respeito dos funcionários contratados a partir do dia 15 de março de 1983. — Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo auxílio financeiro para a Liga Iguauense de Futebol, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o envio de um veículo para a Delegacia do Município de Engenheiro Beltrão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o cumprimento de disposições legais quanto ao transporte de “bóias-frias” em veículos abertos em rodovias de nosso Estado. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente do Senado Federal e Líderes dos Partidos Políticos, representados na mesma Casa, encarecendo a aprovação urgente do novo Código Civil Brasileiro. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a instalação de representações dos órgãos estaduais no Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa, Tadeu Lúcio Machado, Nelson Vasconcellos e subscritos por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o encaminhamento a esta Casa, de Mensagem capeando projeto de lei revogando o art. 2.º da Lei n.º 7809, de 29 de dezembro de 1983. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo informações sobre empréstimos em moeda externa, bem como recolhimentos de encargos sociais no exercício de 1983. — Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria publicada no jornal “Gazeta do Povo”, intitulada “Uma Universidade em Cascavel”. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implantação do Posto de Identificação na sede do Município de Santa Terezinha de Itaipu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de protesto contra a ausência de honras militares no sepultamento do Marechal Henrique Teixeira Lott, com envio de cópia ao Sr. Ministro do Exército. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo esclarecimentos sobre o pagamento de comissões de intermediação para a contratação de empréstimos externos em dólares. — Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Para discutir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Adia-se na forma regimental.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Gostaria de indagar ao Sr. se a sessão pode prosseguir sem ninguém na bancada do PDS.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está prosseguindo, desde que algum Deputado solicite a chamada nominal ou verificação de “quorum”, a Presidência atende.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Dentro do Regimento Interno pode prosseguir a sessão sem representantes do PDS.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Pode, dentro do Regimento, pode.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria eleita da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior — ANDES. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor aos dirigentes da entidade Aldeia SOS do Município de Goioerê, pela implantação de uma modelar estrutura de atendimento às crianças órfãs proporcionando-lhes lares onde encontram alimentação, instrução, morar, amor e carinho das denominadas “Mães SOS”. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a doação dos instrumentos musicais necessários à formação da Banda do Colégio Barão de Antonina, do Município de Rio Negro. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o revestimento de cascalho da estrada que liga o Distrito do Rosário (Município de Grandes Rios), à localidade denominada Herval de Cima (Município de Reserva), interligando as localidades de Água Amarela, Campineiro do Sul e Rio Novo, este último no Município de Reserva, e aqueles no Município de Grandes Rios. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a destinação de maior quantidade de munição, bem como novos armamentos para a Delegacia de Polícia do Município de Janiópolis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do ITC, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a orientação e criação de um canteiro de mudas nos distritos, bem como no Município de Boa Esperança. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo o fornecimento de uma relação de todas as empreiteiras de obras, bem como os valores pagos a partir do dia 15 de março de 1983, até a presente data. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a criação e instalação de um Posto de Saúde na localidade de Silvianópolis, no Município de Peabiru. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, para que o mesmo determine à EMOPAR, encarecendo reparos no Colégio Padre Cirilo, do Município de Capanema. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezzi e Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Carlos Costa, no Município de Piraquara. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 50º aniversário de formatura dos normalistas do Instituto de Educação do Paraná. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo seja encaminhado para a análise desta Casa, a minuta dos termos do Convênio do PRAM — Programa de Assistência aos Municípios, que será firmado entre o Governo do Estado e os municípios paranaenses. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de

expediente à CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo informações quanto a situações dos estoques de algodão, milho, soja e arroz, bem como razões da dispensa do ex-contador Sr. Romualdo Celinsky e saída de cargos dos Srs. José Domingos Scarpellini e Carlos Hugo Von Grafen. — Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo informações quanto a situação funcional de Secretários e Chefes de Setores da Administração Estadual, no que se refere ao que percebem, a que título o fazem e horário de trabalho. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a recuperação e restauração das instalações onde funciona a Delegacia de Polícia dos Municípios de Cândido de Abreu, Ipiranga e Tibagi. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 02, 06 e 07/84.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 75, 121, 143, 156 e 241/83, e do Projeto de Lei Complementar n.º 262/83, e dos Projetos de Lei n.ºs 14, 15, 17, 22, 32, 52/84, dos Projetos de Resolução n.ºs 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 132, 134, 135, 136/83 e 03/84.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Recursos Humanos, na Sala da Presidência do Plenário, sob a presidência do Sr. Deputado Odeni Mongruel, com a presença dos Srs. Deputados Nelson Vasconcellos, Gabriel Manoel, Acir Mezzadri e Edgard Pimentel, membros efetivos desta Comissão. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente deu por abertos os trabalhos, passando-se em seguida à leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada sem observação. Passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foram relatados os PROJETO DE LEI N.º 12/84 — de

autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que dá nova redação ao Anexo I do art. 16, da Lei n.º 7784, de 14 de dezembro de 1983, conforme especifica.

Relator Deputado Nelson Vasconcellos. Parecer Favorável. Aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI N.º 262/84 — de autoria do Deputado Tadeu França, que dá nova redação ao art. 131 do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, conforme especifica (Assegura vantagens funcionais ao servidor em exercício de mandato eletivo estadual ou federal). Relator Deputado Nelson Vasconcellos. Parecer Favorável. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, Diva do Valle Cavalcanti, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado ODENI MONGRUEL

Presidente

Diva do Valle Cavalcanti — Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a Presidência do Sr. Deputado Tadeu França e com a presença dos Srs. Deputados Adhail Sprenger Passos, Sérgio Spada, Caíto Quintana e Antônio Belinati. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos da presente reunião, quando foram distribuídos os seguintes processos: Projetos de Lei n.ºs 232/83 e 26/84. Em seguida, foi apreciado o seguinte processo: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 77/83 — de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, que extingue o período de estágio probatório ao professor da Rede Estadual de Ensino, nas situações que estabelece. Relator: Deputado Antônio Belinati. Parecer Favorável. Aprovado. O Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos sugeriu que se convidasse a Secretária da Educação para discutir o assunto do segundo padrão; pediu também, que a Comissão fizesse uma reunião para discutir o problema do Orientador Educacional e dos professores celetistas, visando o problema do Orientador Educacional que precisa de um apoio e é um tema que deve ser abordado com urgência; falou também sobre a interiorização da Comissão, esclarecendo que já fez algumas pesquisas e que o Município de Laranjeiras do Sul está interessado em que seja realizada lá uma reunião, agregando vários municípios vizinhos; enfatizou também, que em outras oportunidades, a Comissão deve se deslocar a outros municípios, para que fique marcada a presença da Assembléia Legislativa no interior do Estado. Todos os presentes concordaram

com as sugestões. Ficou marcada para o dia oito de maio próximo, às dez horas, uma reunião para a qual foram enviados ofícios convidando a Excelentíssima Sra. Secretária da Educação e o Presidente da Associação dos Professores do Paraná, para discutir o problema do segundo padrão dos excedentes do concurso de 1979, convocados pela Secretaria da Educação e a situação dos professores celetistas. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, Secretária lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado JOSÉ TADEU FRANÇA

Presidente

Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio de hum mil, novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do Sr. Deputado José Tadeu França e com a presença dos Srs. Deputados Adhail Sprenger Passos, Márcio Almeida, Sérgio Spada, Nelson Vasconcellos, Amélia Hruschka e Antônio Belinati. A presente reunião contava com a presença do professor Izaías Ogliari, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, Sérgio Gonçalves Lima, do Sindicato dos Professores, Edison Henning, da A.P.P., Regina Maria Ogliari, da A.P.P., Esaú Almeida Chacon, da A.P.P., Joaquim Augusto Leal Neto, Shirley de Oliveira, Velocino B. Fernandes, Laura Kiener, Edith Cangussú Leger, Nanci Trindade, Antônio Ferrup, Juvir Corrêa de Castelis, Edna M. de Mello, Flávio Monteiro de Mello, professores representantes de diversas localidades do Paraná. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a ata da reunião anterior. O Sr. Presidente comunicou que a Comissão recebeu convite da Universidade Estadual de Londrina para uma visita; ficou decidido que será marcada uma data oportunamente. O Sr. Presidente comunicou também o recebimento de um ofício da Secretária Gilda Poli da Rocha Loures, justificando a sua ausência. O Sr. Presidente passou em primeiro lugar a palavra ao Professor Izaías Ogliari. Em seguida, falaram vários presentes. Todos os debates da presente reunião, se encontram em notas taquigráficas traduzidas que passam a fazer parte integrante da presente Ata. A Comissão emitiu um telex para a Secretária de Educação, solicitando que fosse baixado um ato administrativo, autorizando aos professores ministrarem aulas nas localidades onde residem. Nada mais havendo a tratar o Sr.

Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado JOSÉ TADEU FRANÇA

Presidente

Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10.^a LEGISLATURA

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Homero Oguido, Ervin Bonkoski, Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso, Augusto Carneiro, Artagão Mattos Leão, Nelson Buffara, Ezequias Losso e Caíto Quintana. Nada havendo a tratar, na Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia:

1) PROJETO DE LEI N.º 73/84, do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Declara de Utilidade Pública o Hospital Regional de Psiquiatria Cândido Berthier Fortes com sede e foro em Paranavaí. Relator Deputado Anibal Khury. Requerimento de vistas do Deputado Gilberto Carvalho. Deferido. 2) PROJETO DE LEI 88/84, do Deputado Antônio Annibelli. Assegura tratamento hospitalar gratuito aos integrantes da Polícia Militar do Estado, em consequência de ferimentos sofridos no desempenho de suas funções, conforme especifica e dá outras providências. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI 74/84, do Deputado Ivan Gubert. Dá nova redação ao parágrafo único do art. 51 da Lei 7297, de 08.01.80. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Contrário. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI 19/84, do Deputado Tadeu França. Dispõe sobre administração de pessoal pelo regime CLT, no âmbito da administração direta do Poder Executivo, na forma que especifica. Relator Deputado Anibal Khury. O presente projeto foi arquivado por solicitação do seu autor. 5) PROJETO DE LEI 138/83, do Deputado Márcio José de Almeida. Declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Voluntárias do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, com sede e foro em Londrina. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer Favorável. Aprovado. 6) PROJETO DE LEI 76/84, do Deputado Ivan Gubert. Declara de Utilidade Pública a Associação Teixeira Soares de Amigos do Idoso —

ATAI, com sede em Teixeira Soares. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência. Aprovado. 7) PROJETO DE LEI 82/84, do Deputado Roberto Requião e outros. Veda aos ocupantes de cargos do Poder Executivo perceber mais de uma remuneração. Requerimento de vistas do Deputado Ervin Bonkoski. Deferido. 8) PROJETO DE LEI 05/84, do Deputado Ferrari Júnior. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer Favorável. Aprovado. 9) PROJETO DE LEI 67/84, do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Autoriza o Poder Executivo a isentar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, das taxas de água e energia elétrica, com sede e foro em Paranavaí. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer Favorável. Aprovado. 10) PROJETO DE LEI 55/84, do Deputado Anibal Khury. Assegura incorporação aos proventos de que trata o art. 2.º da Lei 7507/81, aos professores que tenham recebido gratificação de regência de classe, durante três anos consecutivos. Relator Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer Favorável. Aprovado. 11) PROJETO DE LEI 87/84, do Poder Executivo, Mensagem 01/84. Encaminha para fins de exame e deliberação desta Casa de Leis, a inclusa proposição formulada pelo Tribunal de Justiça do Paraná, objetivando alterar dispositivos da Lei 7297. Relator Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer Favorável com Emenda. Aprovado com emenda. 12) PROPOSIÇÃO 96/84, do Poder Executivo, Mensagem 91/84, encaminha cópia de convênio entre o Estado, Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, com interveniência da EBTU, a Secretaria do Planejamento e a COMEC. Relator Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer Favorável. Aprovado com o Projeto de Resolução. 13) PROJETO DE RESOLUÇÃO 79/84, do Deputado Rubens Bueno. Acrescenta inciso XXI ao art. 3.º do Regimento Interno. Relator Deputado Augusto Carneiro. Requerimento de vistas do Deputado Anibal Khury. Deferido. 14) PROJETO DE LEI 58/84, do Deputado Antônio Annibelli. Dispõe que os novilhos, matrizes e reprodutores comercializados nas feiras de gado credenciadas pelo Poder Executivo, ficam isentos de ICM. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado. 15) PROJETO DE LEI 37/84, do Deputado Sérgio Spada. Dispõe sobre a participação discente nos Conselhos Universitários e Congregações das Universidades e Faculdades Estaduais. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência. Aprovado. 16) PROJETO DE LEI 22/84, do Deputado Fuad Nacli. Concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao

Coronel Confúcio Pamplona. Parecer Favorável.

Aprovado. 17) PROJETO DE LEI 68/84, do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Autoriza o Poder Executivo a isentar a Casa Antônio Frederico Ozana, das taxas de água e energia elétrica, com sede e foro em Paranaíba. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Parecer Favorável. Aprovado. 18) PROJETO DE LEI 84/84, do Deputado Dirceu Manfrinato. Cria o Distrito Administrativo de Vidigal, no Município de Cianorte. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. 19) PROJETO DE LEI 83/84, da Deputada Irondi Pugliesi. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Jandaia do Sul, o imóvel de propriedade do Estado. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. 20) PROJETO DE RESOLUÇÃO 97/84, do Deputado Nilso Sguarezi e outros. Denomina "Jardim 25 de Abril" o jardim suspenso do anexo da Assembléia Legislativa do Paraná. Relator Deputado Caíto Quintana. Requerimento com vistas do Deputado Basílio Zanusso. Deferido. 21) PROJETO DE LEI 63/84, do Deputado Ezequias Losso. Estabelece que a rede estadual de ensino de primeiro e segundo graus, na disciplina religiosa, setenta por cento das aulas, sejam sobre a vida e ensinamentos, de personagens do Antigo e Novo Testamento. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência. Aprovado. 22) PROJETO DE LEI 10/84, do Deputado Ferrari Júnior. Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguaçu, com sede e foro naquela cidade. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, Secretário da Comissão.

(aa) Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

Osvaldo Marques — Secretário

REGULAMENTO DO CONCURSO DE MONOGRAFIAS PARA CONCESSÃO DO PRÊMIO 130 ANOS DO PODER LEGISLATIVO DO PARANÁ.

1. FINALIDADE:

1.1 — O prêmio 130 Anos do Poder Legislativo do Paraná, instituído pela Portaria DG n.º 292/84, visa identificar a presença institucional, atuação e importância social e a estimular a pesquisa sobre o Poder Legislativo Paranaense.

2. DA MONOGRAFIA

2.1 — A monografia terá de ser inédita, e conter de 30 a 50 páginas.

2.2 — Os originais deverão ser datilografados numa só face do papel, tamanho ofício, em espaço dois, deixando à esquerda uma margem de 3,5 cm, com todas as páginas numeradas, e em 2 (duas) vias, indicando o título do trabalho e o pseudônimo do autor, também datilografados.

2.2.1 — As 2 (duas) vias serão acompanhadas, em sobrecarta separada, igualmente fechada e lacrada, de:

- a) Cédula ou ficha de identificação com o título do trabalho e o nome completo, o pseudônimo, o endereço e assinatura do autor;
- b) Fotocópia ou xerocópia da carteira de identidade;
- c) O envelope deverá trazer externamente apenas o título da monografia e o pseudônimo do autor.

2.3 — Cada candidato poderá apresentar mais de uma monografia, com pseudônimos diferentes, e inscrevê-las independentemente uma das outras.

2.4 — As monografias poderão ser em colaboração, sendo que o prêmio nesse caso será entregue ao autor mencionado em primeiro lugar na ficha de identificação.

2.5 — Para facilitar o processo de julgamento, os candidatos deverão seguir o seguinte roteiro na execução de seus trabalhos:

- a) Sumário (enumeração das principais divisões e seções do trabalho, na mesma ordem da apresentação da matéria);
- b) Introdução;
- c) Desenvolvimento do tema;
- d) Conclusão; e,
- e) Bibliografia consultada.

2.6 — Os direitos autorais das monografias premiadas pertencerão à Assembléia Legislativa até a primeira edição. Estes direitos ficarão liberados aos respectivos autores a partir de então.

3. DOS TEMAS

— A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO PARANÁ E A CONSTITUIÇÃO DO SEU PODER LEGISLATIVO.

— A ATUAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NO EQUACIONAMENTO DAS QUESTÕES SOCIAIS.

— A EVOLUÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NO PARANÁ PÓS 64 E SUAS ATRIBUIÇÕES REAIS.

— O PODER LEGISLATIVO NA ESTRUTURA DO ESTADO CONTEMPORÂNEO.

— A IMPORTÂNCIA DAS AUDIÊNCIAS POPULARES NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ.

— A QUESTÃO DAS PRERROGATIVAS DO PODER LEGISLATIVO NO PARANÁ PÓS 64.

4. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições ao concurso de monografias para o Prêmio 130 ANOS DO PODER LEGISLATIVO DO

PARANÁ estarão abertas de 15 de maio a 15 de junho e os trabalhos serão recebidos de 15 de junho a 30 de julho do corrente ano.

4.2 — Os trabalhos, composto de original e uma cópia, deverão ser entregues ou encaminhados, sob pseudônimo, ao subgrupo de monografias, Coordenaria de Assuntos e Promoções Especiais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Palácio XIX de Dezembro, Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto, CEP 80.000 Curitiba - Paraná, sob registro. No caso de remessa, esta deverá ser preferencialmente por via aérea. Para validade da inscrição será considerada a data do registro postal ou a entrega na empresa transportadora.

5. DOS PRÊMIOS

5.1 — Serão conferidos prêmios às monografias que melhor corresponderem aos objetivos deste concurso.

5.1.1 — O valor do primeiro prêmio será de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros); o do segundo prêmio, Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros); e o do terceiro prêmio, Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros).

OBS: DOS RESPECTIVOS PRÊMIOS SERÁ DEDUZIDO O IMPOSTO DE RENDA.

5.2 — Dependendo do nível dos trabalhos apresentados e a critério da Comissão Julgadora, os prêmios ou um dos prêmios poderão deixar de ser conferidos.

5.3 — Os prêmios são indivisíveis.

5.4 — Os prêmios serão entregues em Curitiba pelo Presidente do evento 130 Anos, em solenidade a ser oportunamente divulgada.

5.4.1 — Os candidatos que não comparecerem à solenidade de entrega dos prêmios terão sessenta (60) dias para recebimento da importância a eles destinada.

6. DA COMISSÃO JULGADORA:

6.1 — A Comissão Julgadora, composta de cinco (05) membros, será escolhida pela Comissão de Organização dos 130 Anos do Poder Legislativo, dentre brasileiros de comprovada competência.

6.2 — Não poderão inscrever-se no concurso os membros da Comissão Julgadora e nenhum Servidor do Poder Legislativo.

6.3 — A Comissão Julgadora, em sua primeira reunião, elegerá o seu Presidente, estabelecerá os critérios básicos a serem adotados para exame, julgamento e classificação dos trabalhos apresentados, e fixará as normas de suas atividades.

6.4 — A Comissão Julgadora terá plena autonomia de julgamento; de suas decisões não caberão recursos.

6.5 — Para efeito do cumprimento das normas deste Regulamento, a Comissão Julgadora consignará em relatório todas as suas decisões, devendo os originais, assinados por todos os membros, ficar arquivado (Setor de Documentação, Coordenadoria de Arquivos e Documentos).

6.6 — Os votos dos membros da Comissão Julgadora não poderão ser dados por procuração.

6.7 — A Comissão Julgadora dará a classificação, final dos trabalhos, em relatório conclusivo, contendo os pareceres relativos a cada monografia selecionada.

6.8 — Em reunião pública, a ser anunciada no Diário da Assembléia, edição avulsa, e nos principais órgãos de imprensa da Capital, a Comissão Julgadora identificará as monografias classificadas.

6.9 — A Comissão Julgadora apresentará até o dia 1.º de outubro, ao Presidente do evento 130 Anos do Poder Legislativo do Paraná o relatório de seus trabalhos, contendo a classificação final das monografias com a respectiva premiação, ocasião em que será dissolvida.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

7.1 — O Presidente do evento 130 Anos do Poder Legislativo designará funcionário para secretariar a Comissão Julgadora e demais trabalhos pertinentes à realização do Concurso.

7.2 — Os interessados poderão obter informações na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais da Assembléia Legislativa, ou pelo telefone 234-7522 — ramal 346.

7.3 — Os originais não classificados serão devolvidos aos interessados, mediante requerimento, que conterá endereço para remessa, firmado sob o pseudônimo para inscrição ao concurso.

7.3.1 — Serão incinerados os originais não retirados até 60 (sessenta) dias após a divulgação do resultado final.

7.4 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do evento 130 Anos do Poder Legislativo.

Curitiba, 30 de abril de 1984.

(aa) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Presidente do Evento 130 Anos do
Poder Legislativo do Paraná

Subgrupo de Monografias:

DAMARIS V. DE MELLO
SIRLEY DE FÁTIMA POH
MARIA THEREZA CALDAF
CLEMENTE HOROCHOWSKI